



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
Curso de Mestrado

EDERVAL SCARPIN

**IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL: TIPIFICAÇÃO, GÊNEROS E
IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE DISCURSIVA RELIGIOSA**

UBERLÂNDIA – MG

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
Curso de Mestrado

EDERVAL SCARPIN

**IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL: TIPIFICAÇÃO, GÊNEROS E
IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE DISCURSIVA RELIGIOSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Curso de Mestrado em Linguística, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia

UBERLÂNDIA - MG

2014

S285i SCARPIN, Ederval

Igreja Presbiteriana do Brasil: Tipificação, Gêneros e Identidade de uma Comunidade Discursiva Religiosa / Ederval Scarpin. Uberlândia, Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Letras e Linguística, 2014.

144 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Inclui referências

ISBN:

1. Linguística. I. Discurso. II. Religião. IV. Título.

CDD: 401.41
469.07
469.05



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
Curso de Mestrado

EDERVAL SCARPIN

**IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL: TIPIFICAÇÃO, GÊNEROS E
IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE DISCURSIVA RELIGIOSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Curso de Mestrado em Linguística, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Aprovada em ____/____/ 2014

Banca Examinadora

Luiz Carlos Travaglia - Dr. em Linguística – Instituição: UFU (Orientador)

Prof. Dr. Carlos Augusto Baptista de Andrade – Dr. em Língua Portuguesa – Instituição: UNICSUL

Profa. Dra. Eliana Dias – Dra. em Linguística – Instituição: UFU

AGRADECIMENTOS

A Deus pela saúde e demais condições pessoais de realizar este trabalho;

Aos meus pais, juntamente com meu irmão, cuja importância em minha vida é imensurável, entre outras razões, por todo o esforço que empreenderam para que eu chegasse até aqui.

À minha esposa e minha filha que suportaram minhas crises e inquietações durante este processo, sempre com bom humor e muito carinho;

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia, pela paciência, pela presença constante em todo meu processo de formação neste curso e na pesquisa, com inestimáveis contribuições que tornaram o trabalho possível.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, nas pessoas de seus docentes, discentes, equipes de gestão e secretaria por acolher este projeto e viabilizar minha formação.

À FAPEMIG pela concessão de bolsa durante o 1º semestre de 2013.

Aos amigos Alison e Cristiane, pelas hospedagens quando tive que vir a Uberlândia para realizar tarefas ligadas ao curso.

Aos meus pais, esposa e filha.

RESUMO

Este trabalho aborda gêneros textuais encontrados na comunidade discursiva da Igreja Presbiteriana do Brasil, doravante IPB, enfatizando como estes funcionam a serviço da construção de identidade para a comunidade. Para isso contamos com referencial teórico que articula: conceitos e critérios para caracterização tipológica de textos; o conceito de comunidade discursiva ligado aos conceitos de tipificação, sistemas de atividades, sistemas de gêneros, sistemas classificatórios, sistemas de representação e marcação da diferença. Com base em cinco parâmetros (as condições de produção, o conteúdo temático, o objetivo e as funções, a estrutura composicional e as características da superfície linguística), buscamos realizar uma caracterização e análise de gêneros encontrados na comunidade e classificados como mais e menos identitários. Os gêneros foram considerados como agindo na identidade da comunidade em dois sentidos: ao serem próprios da comunidade e ao atuarem na construção de seu modo de ser e pensar. Foram identificados vinte e sete gêneros na comunidade da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Destes vinte tinham atuação no estabelecimento da identidade da IPB seja por serem exclusivos da comunidade (dois deles), seja por apresentarem, mesmo sendo compartilhados com outras comunidades religiosas cristãs ou não, características específicas da IPB (dezoito deles). Os outros sete não tinham implicações identitárias além do fato de serem usados pela comunidade. Os gêneros encontrados foram organizados em três mundos específicos: o mundo administrativo, o mundo do ritual e o mundo social. Verificamos que, com frequência, estes gêneros sofriam a influência de alguns gêneros e textos prévios (Bíblia, Confissão de Fé, Catecismo Maior de Westminster e Catecismo Menor de Westminster), criados fora da comunidade, mas circulantes nela e que compõem o que chamamos de supramundo.

Palavras-chave: Igreja Presbiteriana – Comunidade Discursiva – Gêneros – Tipificação – Identidade.

ABSTRACT

This work addresses textual genres found in Brazil's Presbyterian Church discursive community, hereinafter BPC, emphasizing how these genres work in the service of building an identity for such community. In order to do so we relied on theoretical ballast that articulates: concepts and criteria for the typological characterization of texts; the concept of discursive community bonded to typification, systems of activities, systems of genres, classification systems, representation systems and marking differences. Based on five parameters (the conditions of production, the thematic content, the goal and the functions, the compositional structure and the characteristics of the linguistic surface), we sought to accomplish a characterization and analysis of genres found in the community and classified partially as related to identity. The genres were also considered as acting in the community's identity in two ways: the ones that belong to the community and the ones that acted in the construction of their way of thinking and existing. Twenty-seven genres from the Brazilian Presbyterian Church (BPC) were raised. Twenty of them played a role on the identity settling of BPC either because they were exclusive from the community (two of them), either because they presented, although shared by other Christian or non Christian religious communities, specific characteristics from BPC (eighteen of them). The genres that were found were organized in three specific worlds: the administrative world, the world of ritual and the social world. We have also often ascertained that these genres were influenced by some previous texts and genres (The Bible, Confessions of Faith, Westminster's Larger and Shorter Catechisms), created outside the community, but circulating around it and that compose what we call supra-world.

Key-words: Presbyterian Church – Discourse Community – Genre – Typification – Identity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1.A teoria dos tipelementos e os critérios para uma caracterização tipológica de textos	20
2.2. O conceito de comunidade discursiva articulado ao de identidade	38
2.2.1. Visão panorâmica dos mundos sociocomunicativos da IPB.....	44
2.2.2. As Instâncias da IPB como espaços de representação dos mundos por seus gêneros.....	45
2.2.3. Um percurso histórico sobre a IPB.....	52
2.2.3.1. Os primórdios.....	52
2.2.3.2. João Calvino e construção do pensamento adotado pelo presbiterianismo .	53
2.2.3.3. John Knox e a consolidação do presbiterianismo como um movimento descendente do Calvinismo	54
2.2.3.4. A organização do presbiterianismo nos Estados Unidos	55
2.2.3.5. A chegada do presbiterianismo ao Brasil e fundação da IPB	56
2.2.3.6. A IPB atualmente	57
3. RESULTADOS.....	58
3.1. Introdução aos resultados	58
3.2. O supramundo	61

3.2.1. A primeira referência textual do supramundo: a Bíblia, seus gêneros e atividades, e sua influência identitária sobre os gêneros e atividades da IPB	61
3.2.2. Caracterização e análise da segunda referência textual do supramundo: a Confissão de fé, o paradigma de interpretação da Bíblia	65
3.2.3. Caracterização e análise da terceira referência do supramundo: os catecismos de Westminster.....	70
 3.3. O mundo administrativo	 74
3.3.1. Caracterização e análise da Constituição	74
3.3.2. Estatuto, Código de disciplina e Princípios de liturgia.....	78
3.3.3. Carta pastoral	82
3.3.4. Resolução	88
 3.4. Mundo do ritual	 90
3.4.1. Moto.....	90
3.4.2. Hino	92
3.4.3. Oração Dominical.....	93
3.4.4. Sermão	97
3.4.5. Bênção apostólica.....	103
3.4.6. Batismo	105
3.4.7. Pública profissão de fé.....	109
3.4.8. Ordenação	112
3.4.9. Santa Ceia	118
3.4.10. Discipulado	122
 3.5. Mundo Social	 127
3.5.1. Logomarca	127
3.5.2. Artigo Pastoral.....	130

3.6. Fatores na emergência e estabelecimento dos gêneros	133
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
BIBLIOGRAFIA.....	142
BIBLIOGRAFIA DO <i>CORPUS</i>	144

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se nas inúmeras proposições que podem ser pensadas a respeito das relações entre comunidades discursivas e os gêneros de texto que produzem. Interessou-nos neste estudo realizarmos uma caracterização tipológica de gêneros textuais encontrados na comunidade da Igreja Presbiteriana do Brasil, doravante IPB, observando como esses gêneros inseridos em *sistemas de atividades*, por meio de seus *sistemas de gêneros*, constroem a *identidade* da comunidade. Baseamo-nos para isso na teoria dos *tipolementos* proposta em Travaglia (1991, 2001, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2007c, 2009); no conceito de *comunidade discursiva*, proposto em Swales (1990); nos conceitos de *tipificação*, *sistema de gêneros* e *sistema de atividades* propostos em Bazerman (2004); e nos estudos sobre *identidade* propostos em Woodward (2000), e Silva (2000).

Comunidades quando concebidas como uma espécie de *locus* de emergência dos *gêneros* textuais (Cf. Travaglia, 2012), podem se tornar um campo produtivo para se verificar as mais diversas possibilidades de circulação do texto em sua dimensão social, constituindo-se em excelentes campos para pesquisas que podem fomentar o desenvolvimento cada vez maior dos estudos linguísticos em diversas ramificações. Observar a comunidade IPB na perspectiva que adotamos permitiu-nos colocar conceitos teóricos em prática promovendo articulações entre eles, produzindo mais um olhar possível para a Linguística textual sobre a relação gêneros-comunidade-identidade.

Partimos inicialmente da caracterização da comunidade em alguns de seus aspectos históricos, sua estrutura organizacional, seus sistemas de atividades, seus sistemas de gêneros, para que pudéssemos confirmar que se tratava de uma comunidade discursiva, conforme os parâmetros de Swales (1990). Ao verificar a compatibilidade

entre tais parâmetros e a realidade encontrada, realizamos a observação dos sistemas de atividades e dos sistemas de gêneros a eles vinculados.

Como este é um trabalho inserido na Linguística textual, elegemos, inicialmente, como tarefa principal, apenas caracterizar tipologicamente os gêneros, porém, o processo de identificação dos gêneros levou-nos a perceber indícios teóricos sobre a existência de processos identitários ligados à criação, adaptação e manutenção de gêneros dentro de comunidades discursivas, o que fez com que discutir processos identitários que ligam os gêneros à comunidade também se tornasse tarefa central neste trabalho, ao lado da tarefa que havíamos elegido primeiro, a de caracterizar tipologicamente os gêneros.

Um dos aspectos presentes na relação comunidade-gêneros-identidade que nos motivou a este empreendimento é o pressuposto de que a percepção do valor sociocomunicativo de um gênero fica dificultada e às vezes até mesmo impossibilitada quando este é isolado do *sistema de atividades/gêneros* em que surge. Isso reflete outro pressuposto, o de que o *sistema de atividades* tende a se estabelecer como condição imprescindível da própria existência de qualquer gênero, no sentido de efetivar o gênero seu objetivo e sua função sociocomunicativa, assumir seu papel e realizar a ação que por meio dele espera-se que seja realizada.

Tais pressupostos nos fizeram estabelecer as seguintes **perguntas de pesquisa**:

- a) Há fatores identificáveis do *sistema* da IPB que promovem a emergência e a eficiência dos gêneros produzidos por ela? Quais?
- b) Esses fatores interferem nas características tipológicas do gênero?
- c) Esses fatores criam gêneros específicos? Levam à utilização de gêneros compartilhados com outras comunidades? Como?
- d) Dos gêneros produzidos pela IPB, quais se configuram como mais responsáveis pela construção de sua identidade? Por quê?
- e) Há mais de uma dimensão da identidade a ser considerada? Quais?

Tais perguntas, por sua vez nos levaram a duas **hipóteses**:

- 1) que *há no sistema da IPB fatores identificáveis que são responsáveis por garantir a existência e a eficiência dos gêneros, fazendo com que funcionem como meios de construção da identidade da comunidade, nas dimensões que ela possui;*

2) *que há gêneros específicos, ou com características específicas da comunidade que se configuram dentro do sistema como mais responsáveis pelo estabelecimento de sua identidade.*

Considerando as perguntas e as hipóteses os objetivos de pesquisa foram:

- 1) levantar os gêneros utilizados pela IPB;
- 2) caracterizar tipologicamente os gêneros da IPB, quando forem específicos, verificando, quando compartilhados, se apresentam especificidades na IPB.
- 3) identificar quais fatores do *sistema* fazem-nos emergir, conferindo-lhes peculiaridades que os relacionam identitariamente à IPB.
- 4) verificar quais dos gêneros identificados e caracterizados contribuem mais significativamente para o estabelecimento da identidade da comunidade da IPB e em que sentido o fazem.

Procuramos nos **procedimentos metodológicos** e fundamentos teóricos que nortearam esta pesquisa seguir a ordem de, primeiramente, constituir um *corpus* resultante do agrupamento dos gêneros produzidos pela IPB, por meio de pesquisa bibliográfica, e transcrição de realizações de gêneros orais, o que possibilitou-nos a caracterização dos sistemas de atividades e de gêneros da comunidade, conforme os pressupostos de Bazerman (2004), para, em seguida, realizarmos a caracterização tipológica dos gêneros. Para este fim forneceu-nos o referencial teórico e os parâmetros necessários, a teoria dos tipeamentos proposta por Travaglia (1991, 2001, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2007c, 2009). Por fim articulamos teoricamente as relações comunidade-gênero-identidade, o que se deu mediante suporte teórico em Swales(1990) com os parâmetros que caracterizam uma comunidade discursiva, Woodward (2000), e Silva(2000) que procuram conceituar identidade e também Bazerman (2004) com o conceito de tipificação.

Além dos autores citados, procuramos também fornecer nossas próprias contribuições teóricas nas análises.

Ainda em relação aos procedimentos metodológicos, tivemos o fator facilitador de ser membro da comunidade pesquisada, o que permitiu que soubéssemos com maior propriedade qual é a impressão interna de um membro da comunidade em relação a seus gêneros e conversássemos informalmente a esse respeito com membros da comunidade, pastores e líderes envolvidos nos seus contextos de produção.

Nossa pesquisa lidou com materiais de acesso público, cujas fontes estão devidamente mencionadas nas referências bibliográficas deste trabalho.

No percurso de pesquisar a comunidade com o objetivo de constituir o *corpus*, percebemos que a caracterização dos gêneros e atividades, demandava, antes, uma caracterização dos âmbitos da comunidade em que atividades e gêneros emergem. Para viabilizar a descrição dos âmbitos de ocorrência das atividades e circulação dos gêneros, seria necessário classificar esses âmbitos, o que nos levou a criar categorias que pudessem classificá-los. Assim, construímos dois conceitos taxonômicos para essa classificação: os conceitos de **mundo sociocomunicativo** e **instâncias**. Por **mundo sociocomunicativo**, estamos designando âmbitos não empíricos de agrupamento de atividades e gêneros no interior da comunidade que se agrupam, além da atitude comunicativa que carregam, por traços como: a) posição histórica; b) posição institucional; c) posição litúrgica; d) posição sociocultural. Por **instância** estamos designando espaços hierárquicos empíricos ligados a posições e cargos de pessoas e órgãos no interior da IPB, onde os mundos são representados por meio das atividades e gêneros que nesses espaços são realizados, o que será apropriadamente definido mais adiante em 2.2.2.

Retomando a definição dos mundos, em relação ao agrupamento de gêneros em função de sua posição histórica, temos um primeiro âmbito que agrupa gêneros pré-existentes à comunidade ao qual denominamos **supramundo**. Escolhemos o prefixo *supra*, não só pelo fato de os gêneros desse âmbito serem pré-existentes à comunidade, mas também pela permeabilidade e o recobrimento que o conteúdo desses gêneros exerce sobre todo o universo da IPB.

O **supramundo** da IPB é um âmbito de agrupamento de gêneros que se caracteriza por comportar gêneros pré-existentes à comunidade, cujo conteúdo recobre todo o seu interior e que carregam a atitude comunicativa de fazer emergir e fundar o sagrado para a IPB.

Ao âmbito de agrupamento de gêneros por posição institucional, denominamos **mundo administrativo**. O mundo administrativo é um âmbito de agrupamento de gêneros que se caracteriza por comportar gêneros que carregam a atitude comunicativa de exercer o controle das relações internas da comunidade.

Ao âmbito de agrupamento por posição litúrgica, denominamos **mundo do ritual**. O mundo do ritual caracteriza-se por comportar grupos de gêneros que carregam a atitude comunicativa de traduzir o sagrado emergido no supramundo.

Ao âmbito de agrupamento por posição sociocultural, denominamos **mundo social**. O mundo social é um âmbito de agrupamento de gêneros que se caracteriza por comportar gêneros que carregam a atitude comunicativa de buscar contato com a exterioridade da comunidade.

Embora tenhamos, com o desenvolvimento da pesquisa, percebido a existência de quatro mundos, a existência do supramundo só pode ser configurada à posteriori, os outros três foram percebidos primeiro. Sendo percebido à posteriori o mundo que estamos chamando de *supramundo*, constitui-se num âmbito especial que se estabelece a partir de quatro referências textuais pré-existentes à comunidade e são elas: a Bíblia, que se estabelece como *protodiscurso* que incide não somente sobre os gêneros, mas em todas as práticas discursivas da comunidade; a Confissão de fé de Westminster, o Catecismo maior de Westminster e o Breve catecismo de Westminster, que se estabelecem como um paradigma de interpretação da Bíblia; formando-se, a partir destas quatro referências, como explicaremos mais adiante, uma espécie de alicerce ideológico que apesar de não originado na comunidade, baliza em certa medida a definição de sua identidade. Observamos então, que esses mundos se ligam a sistemas de atividades, que, por sua vez, comportam sistemas de gêneros que se distribuem em conjuntos de gêneros, resultando desse arcabouço sociocomunicativo, a identidade da comunidade. Atividades denominadas pela comunidade de: aulas, cultos, reuniões administrativas, reuniões de oração, reuniões de estudo bíblico, discipulados, casamentos, assembleias, em que se realizam gêneros orais e escritos, são plataformas que, juntamente com suportes como: revistas didáticas, livros, boletins informativos, cartazes, slides multimídia, folhetos, página na internet, placas, jornal, distribuem-se nos três mundos identificados e formam os elementos responsáveis pela tipificação do *sistema de atividades e de gêneros da IPB*.

Obviamente, a ideia de todo esse conjunto sociocomunicativo implica a particularidade de cada mundo (supramundo, administrativo, ritual, social) ao mesmo tempo em que implica a permeabilidade entre eles, podendo, entre outras possibilidades, ocorrer, por exemplo, numa atividade administrativa não somente gêneros do mundo administrativo, mas dos outros mundos também. As atitudes comunicativas que

caracterizam os gêneros de cada mundo são apreendidas em correlação com suas tipologias e se processam por *vias de estabelecimento da interação*, que podem ser de ordem *normativa, documental, didática, performática e comunicativa*. O que estamos chamando de *via* tem a ver com ênfases que podem recair sobre a situação, o locutor, o conteúdo e o interlocutor, na maneira como a atitude comunicativa que o gênero carrega se processa na interação. Por exemplo, observamos que gêneros do mundo administrativo carregam a atitude de exercer o controle das relações internas da comunidade, e normalmente o fazem por meio de ênfase no conteúdo, trabalhando para estabelecer o permitido e o proibido, o aceito e o não aceito, o que inescapavelmente é feito por via normativa, o que condiz com a atitude comunicativa que caracteriza os gêneros desse mundo. Além da via normativa, que se configura a partir da ênfase no conteúdo, essa atitude de exercer o controle das relações internas também se processa por via documental, o que traz a ênfase para a situação, os gêneros do mundo administrativo normalmente são formais e sua produção se dá por protocolos que os põem na condição de documentos, contemplando, inclusive, questões da esfera civil.

Podemos definir as vias de estabelecimento da interação que estamos propondo da seguinte maneira:

- a) *Via normativa*: é apreendida quando a ênfase da interação recai sobre o conteúdo, definindo os limites do proibido e do permitido, do aceito e do não aceito;
- b) *Via documental*: é apreendida quando a ênfase da interação recai sobre a situação de produção do gênero e seu valor institucional;
- c) *Via didática*: é apreendida quando a ênfase da interação recai sobre o locutor e o interlocutor, caracterizando uma hierarquia cognitiva entre eles, na qual o locutor é detentor do conhecimento e o interlocutor é pretendente. Visa-se ensinar;
- d) *Via performática*: é apreendida quando a ênfase da interação recai sobre o locutor em sua posição autorizada a proferir determinados atos de fala, como no batismo, por exemplo.
- e) *Via comunicativa*: é apreendida quando a ênfase recai sobre o interlocutor, em que o locutor busca sua atenção, adesão, etc.

Prudentemente, salientamos que, embora esta terminologia possa dar conta de alguns aspectos úteis para se descrever os processos de interação caracterizados em

gêneros de maneira geral, estamos, por hora, circunscrevendo sua utilização apenas a este trabalho, para que possa ser melhor elaborado futuramente, porém isto não impede seu uso ou aprimoramento por parte de outros pesquisadores.

A partir destas constatações e definições iniciais, tínhamos definidos os referenciais teóricos, caracterizada a comunidade discursiva, e um parâmetro para os procedimentos metodológicos para organização e análise do *corpus*. O próximo passo foi então a análise do *corpus*. Damos um tratamento horizontal à totalidade dos gêneros encontrados como um grande feixe identitário, não nos detendo em gêneros em que não percebemos influência mais relevante na identidade, os quais denominamos *menos identitários*, e um tratamento mais verticalizado àqueles que dentro desse feixe exercem uma função identitária mais específica a partir de algum parâmetro, trabalhando com os gêneros com alguma característica particular da comunidade ou propulsores de ideologia, os quais denominamos mais identitários. Esses dois grupos de gêneros podem ser verificados mais adiante no quadro 6.

Até onde conhecemos, há pouca produção nos estudos linguísticos sobre o trinômio comunidade-gêneros-identidade, e somente esse fato já se configuraria como uma **justificativa** suficiente para a execução da tarefa proposta neste trabalho, porém, podemos citar outras, como: a) a necessidade de se catalogar um número cada vez maior de amostras de gêneros textuais, para o desenvolvimento dos estudos linguísticos que se ocupam dessa área; b) a necessidade de se por em prática no âmbito da linguística textual uma teoria de tipologia textual mais ampla, como a teoria dos tipelementos, posta em prática neste trabalho; c) justificativas de natureza social, como, por exemplo, fornecer à própria comunidade um meio de conhecer-se melhor por meio da caracterização dos textos que produz. Neste aspecto revela-se uma contraparte fundamental do fazer científico, que é justamente prestar algum serviço para a sociedade com seu trabalho. Ademais, o trabalho justifica-se ainda a partir do paradigma de que a produção de um saber de qualquer natureza do âmbito científico constitui-se como um fim em si mesmo, sem a necessidade de maiores argumentos.

No próximo capítulo, o segundo, apresentamos nosso referencial teórico, expondo primeiramente a teoria dos tipelementos, a qual traz conceitos e critérios fundamentais para nossa análise, depois, apresentamos uma articulação entre conceitos relativos a identidade, buscando exemplificá-los caracterizando aspectos da comunidade pesquisada, por meio da descrição de sua organização e sua história.

No terceiro capítulo, passamos à apresentação dos resultados da análise do *corpus*, a partir dos parâmetros estabelecidos na teoria dos tipelementos. Tecemos ainda considerações sobre a confirmabilidade das hipóteses, e os resultados obtidos.

Por fim, fazemos as considerações finais sobre a pesquisa, sua relevância e sua contribuição.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A teoria dos tipelementos e os critérios para uma caracterização tipológica de textos

Começamos a apresentação de nosso referencial teórico retomando que, em relação ao aspecto tipológico, adotamos a teoria de tipologia textual proposta por Travaglia (1991, 2001, 2005, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2007c, 2009), a qual, ao aludir à possibilidade de classificação, distinção, taxonomia das diversas amostras de texto existentes numa dada sociedade e cultura, mediante parâmetros e critérios, propõe a existência de **categorias de texto** que define como segue:

O que designamos por categorias de texto é um conjunto de textos com características comuns, ou seja, uma classe de textos que têm uma dada caracterização, constituída por um conjunto de características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, objetivos e funções sociocomunicativas, características da superfície linguística, condições de produção, etc., mas distintas das características de outras categorias de texto, o que permite diferenciá-las (TRAVAGLIA, 2007a, p. 40).

e que essas categorias de texto podem ser de uma entre quatro naturezas distintas, a saber: **tipos, subtipos, gêneros e espécies**, as quais o autor chama de **tipelementos**. Vejamos como conceitua cada uma delas:

O tipo se caracteriza e pode ser identificado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas adotadas pelo produtor do texto e que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes. Algumas categorias de texto identificadas até o momento como tipos, são: 1) texto descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo; 2) texto argumentativo “stricto sensu” e argumentativo não-stricto sensu; 3) texto preditivo e não preditivo; 4) texto do mundo comentado e do mundo narrado; 5) texto lírico, épico/narrativo e dramático; 6) texto humorístico e não-humorístico; 7) texto literário e não literário; 8) texto factual e ficcional. (TRAVAGLIA, 2009, p. 2633)

O gênero se caracteriza e pode ser identificado por exercer uma função social específica de natureza comunicativa. Os gêneros representam um pré-acordo sobre como agir na sociedade. São instrumentos de ação social pela linguagem e por isso mesmo são as categorias de texto que circulam efetivamente na sociedade, enquanto tipos, subtipos e espécies são usados para compô-los não tendo existência própria, fora de um gênero. Alguns exemplos de gêneros são: romance, novela, conto, fábula, apólogo, parábola, mito, lenda, caso, biografia, piada, notícia, certidão, atestado, mandado, procuração, artigo, tese, dissertação, resenha, tragédia, comédia, drama, farsa, auto, esquete, edital, convite, prece, oratório (sermão, discurso, etc.), didático, contrato, correspondência. (TRAVAGLIA, 2009, p. 2633)

A espécie se caracteriza e é identificada por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície linguística e/ou por aspectos de conteúdo. Podemos lembrar os seguintes exemplos de espécies:

- a) história e não-história (espécies do tipo narrativo);
- b) textos em prosa e textos em verso;
- c) históricos, psicológicos, regionalistas, indianistas, fantásticos, de ficção científica, de capa e espada, policiais, eróticos, autobiográficos etc. (para romances ou contos);
- d) carta, telegrama, ofício, memorando, bilhete, etc. (espécies do gênero correspondência/epistolar);
- e) epitalâmio, ditirambo, elegia, écloga, idílio, acróstico, soneto, balada, haicai (espécies do tipo lírico). (TRAVAGLIA, 2009, p. 2633)

O subtipo se caracterizaria e poderia ser identificado por ser uma categoria de texto que na verdade é um tipo, mas não um tipo independente, e sim um tipo que é variedade de um tipo caracterizado por uma perspectiva única em que os subtipos se encaixam [...] Pela observação que fizemos os fatores e traços de distinção dos subtipos não serão sempre os mesmos. (TRAVAGLIA, 2009, p. 2634)

Ao apresentar tais conceitos, o autor mostra-nos concretamente a existência de naturezas distintas de categorias de texto, revelando não somente a necessidade, mas principalmente a possibilidade concreta da distinção entre elas mediante critérios que a permitam e comprovem.

Um apontamento de suma importância neste referencial teórico é a afirmação de que o tipelemento que existe efetivamente e circula na sociedade é o *gênero*. Isto se configura como um importante fator distintivo. *Tipos*, *subtipos* e *espécies* são matérias textuais de naturezas diferentes. Compõem os gêneros. Não têm existência independente fora de um gênero. Dizendo de outra forma, se quisermos encontrar os tipos, os subtipos

e as espécies, teremos que procurá-los nos gêneros. Portanto, convém-nos começar a compreender, primeiramente, quais são os fatores que caracterizam o gênero.

Ao afirmar-se que o gênero é o que efetivamente existe e circula na sociedade, está-se fazendo referência a um espaço discursivo de ação social que é preenchido por determinada maneira prevista de agir por meio de um texto. Esta determinada maneira de agir textualmente, definida e relativamente padronizada, reconhecida como uma espécie de pré-acordo social sobre como agir em determinada atividade social é o que está sendo chamado de gênero. Para dizer-se que determinado texto é um gênero, é preciso que se possa atribuir-lhe tal propriedade. Segue-se, a partir disso, que ao preencher esse espaço, um gênero realiza uma ação social, desempenha uma função, atinge um objetivo sociocomunicativo. Como veremos, mais adiante, nos parâmetros e critérios para caracterização de categorias de texto, isso pode ser, inclusive, um parâmetro. Tal circunstância nos permite estabelecer uma relação gênero – função/objetivo, que pode exemplificar melhor essa propriedade. Observemos como essa relação gênero – função/objetivo se evidencia nos gêneros do *corpus* deste trabalho, o que já representa parte da caracterização que nos propusemos fazer dos gêneros da IPB.

Quadro 1: Gêneros da IPB organizados por mundo e seus objetivos na comunidade

Gênero	Função/objetivo básico
Gêneros do supramundo (acrescenta-se a este a Bíblia com seus gêneros)	
Confissão de Fé	Instituir os paradigmas do sagrado crível à luz da interpretação da Bíblia
Catecismo	Exercitar/memorizar o conhecimento dos paradigmas sagrados referidos na Confissão de fé.
Gêneros do mundo administrativo	
Constituição	Instituir uma regulamentação legislativa das características da IPB.
Estatutos	Estabelecer um parâmetro regulamentar para a resolução de possíveis questões cíveis ligadas a órgãos e ao patrimônio da instituição
Código de disciplina	Estabelecer parâmetros regulamentares para o estabelecimento dos direitos e deveres dos membros e órgãos da Instituição
Princípios de liturgia	Estabelecer parâmetros regulamentares para as práticas ligadas aos processos ritualísticos

Carta pastoral	Instruir e incitar a comunidade a aderir determinado posicionamento ideológico
Digesto	Notificar resumidamente as resoluções do Supremo Concílio
Resolução	Determinar o cumprimento de decisões tomadas por alguma instância hierárquica
Planilha orçamentária	Apresentar estatísticas e previsões financeiras
Ata	Registrar fatos ocorridos em reuniões
Relatório	Prestar contas
Gêneros do mundo do ritual	
Moto	Motivar os participantes à prática de determinadas virtudes que caracterizam uma identidade de crença e conduta do grupo
Sermão	Instruir os fiéis sobre temas religiosos, a partir de uma passagem bíblica
Benção apostólica	Encomendar os fiéis à proteção divina
Batismo	Sacramentar a iniciação ao pertencimento à comunidade.
Pública profissão de fé	Declarar publicamente um pacto recíproco de adesão e recepção ao sistema de fé da comunidade.
Hinos	Expressar expectativas religiosas por meio das quais procura-se destacar aspectos de identidade de crença e conduta, por meio da afirmação de paradigmas sagrados ligados ao cultivo de virtudes e à devoção.
Oração Dominical (Pai nosso)	Apresentar a Deus súplicas que ratificam a crença num conjunto de princípios necessários para a manutenção da harmonia nas relações cotidianas
Santa Ceia	Promover a comunhão dos participantes entre si e com Cristo
Ordenação	Conferir autoridade a uma pessoa para assumir ofício eclesialístico.
Lição de discipulado	Exercitar os conhecimentos bíblicos fundamentais para a IPB
Gêneros do mundo social	
Logomarca	Estabelecer uma associação a conceitos e símbolos que sintetizem a identidade da comunidade ou algum aspecto relevante dela.
Convite	Solicitar a presença de alguém ou instituição em algum evento
Aviso	Dar ciência sobre algum acontecimento ou sobre a realização de algo
Artigo Pastoral	Construir uma identidade de conduta frente a

	situações cotidianas
Programa de culto	Instruir os cultuantes sobre a ordem dos acontecimentos do culto

Ao expormos esse quadro, pudemos antecipar parte de nossa análise, em função da relação gênero – função/objetivo mostrada, pois, por meio dos objetivos dos gêneros produzidos pela IPB, uma primeira dimensão da identidade é evidenciada, e esta é exatamente o fato de possuir a comunidade todos estes gêneros, pois eles a identificam como uma comunidade que busca: a) legitimar-se como instituição, e o faz por meio do gênero constituição; b) normatizar seus trâmites internos, e o faz por meio do gênero estatuto; c) normatizar suas relações membro/instituição, e o faz por meio do gênero código de disciplina; d) normatizar seus ritos, e o faz por meio dos princípios de liturgia, e assim seguindo adiante, associando funções/objetivos de todos os gêneros produzidos pela comunidade: incitar a assumir posicionamentos ideológicos, instruir fiéis, exercitar conhecimentos, incitar à prática de determinadas virtudes, etc., podemos considerar tais gêneros como mecanismos de construção de identidade, o que faz do fato de ter a comunidade esses gêneros, em si, um item identitário, funcionando esses gêneros como **unidades representativas da identidade**. Foi por essa razão que consideramos o grupo total dos gêneros como um grande feixe identitário, pelas práticas da comunidade que formatam e às quais dão existência. A segunda dimensão identitária a ser considerada é a ideológica, em que alguns gêneros atuam com mais especificidade para esse fim. Esta segunda dimensão será vista apropriadamente mais adiante.

Tendo explicitado que os gêneros estabelecem-se na relação com sua função com base num acordo prévio sobre a ação que realizam, e exemplificado essa relação nos gêneros do *corpus*, passamos ao próximo tipelemento, o **tipo**. Lembrando novamente que tipo é uma natureza de uma dada categoria de texto que não se realiza fora de um gênero, por isso pode-se ter dificuldades ao procurar identificá-lo dependendo do critério que se adote. Devemos procurá-lo sempre como componente de um gênero.

Travaglia defende que os tipos sejam agrupados em oito tipologias distintas a partir do critério de perceber-se a *instauração de um modo de interlocução baseado em perspectivas adotadas pelo produtor do texto*. Dentre as oito tipologias propostas por Travaglia e que elencamos abaixo, tem particular interesse para nosso estudo, a especificada abaixo, porque segundo o autor ela é fundamental na composição dos

textos em Língua Portuguesa, ou seja, provavelmente entra na composição de todos os gêneros da língua. É a tipologia dada pela

perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber e quanto à inserção ou não destes no tempo e/ou no espaço. Esta perspectiva, proposta por Travaglia (1991, cap. 2) estabelece os tipos que normalmente têm sido nomeados de **descrição, dissertação, injunção e narração**. [...];(TRAVAGLIA, 2007b, p.1297).

Temos neste excerto, a proposição de uma primeira tipologia, que revela quatro tipos de texto (descrição, dissertação, injunção e narração), que resultam da perspectiva adotada pelo produtor em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber e quanto à inserção ou não destes no tempo e/ou no espaço.

Mesmo estando agrupados em uma mesma tipologia, esses quatro tipos se distinguem um do outro, justamente por nuances relativas ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer; conhecer/saber e inserção no tempo e/ou no espaço. O quadro abaixo extraído de Travaglia (2007c) poderá contribuir com mais clareza para um entendimento da perspectiva adotada pelo produtor do texto em relação aos *tipos* da primeira tipologia citada acima:

Quadro 2: Caracterização dos tipos fundamentais Cf. Travaglia

	Descrição	Dissertação	Injunção	Narração
Perspectiva do enunciador/ produtor do texto	Enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer	Enunciador na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo e do espaço.	Enunciador na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação	Enunciador na perspectiva do fazer/ acontecer inserido no tempo
Objetivo do Enunciador	O que se quer é caracterizar, dizer como é.	Busca-se o expor, refletir, explicar, o avaliar, o conceituar, ideias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações.	Diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que e/ou como fazer, incita-se à realização de uma situação.	O que se quer é contar, dizer os fatos os acontecimentos, entendidos como os episódios, a ação/ o fato em sua ocorrência.

Forma como se instaura o interlocutor	Como “voyeur” do espetáculo.	Como ser pensante, que raciocina. Como aquele que realiza	Como aquele que realiza aquilo que se requer, ou se determina que seja feito, aquilo que seja feito ou aconteça.	Como assistente, espectador não participante, que apenas toma conhecimento dos episódio(s) ocorrido(s)
Tempo Referencial	Simultaneidade das situações	Simultaneidade das situações	Indiferença à Simultaneidade ou não das situações	Não Simultaneidade das situações, portanto sucessão.
Relação entre o tempo da enunciação e o referencial	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.	O tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação.	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.

(TRAVAGLIA, 2007c, p. 103)

Observemos as demais tipologias propostas pelo autor, apontando outras possibilidades de se perceber um modo de interlocução que um texto pode estabelecer, com base em perspectivas adotadas pelo produtor do texto:

B) a perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que o mesmo faz do receptor como alguém que concorda ou não com o que ele diz. Aqui aparecem o discurso da transformação, quando o produtor vê o receptor como alguém que não concorda com ele, o que cria os **textos argumentativos “stricto sensu”** que mobilizam explicitamente argumentos e recursos linguísticos apropriados ao convencimento/persuasão do interlocutor e o discurso da cumplicidade em que o produtor vê o receptor como alguém que concorda com ele. Neste caso temos o texto que não é argumentativo “stricto sensu”. (Cf. Travaglia-1991: cap. 2);

C) a perspectiva em que o produtor do texto faz uma antecipação no dizer (**texto preditivo**) ou não faz antecipação (texto não-preditivo) (Cf. Travaglia-1991: cap. 2);

D) a perspectiva dada pela atitude comunicativa de comprometimento ou não do produtor do texto, o que resulta nos **textos do mundo comentado** (comprometimento) **ou do mundo narrado** (não comprometimento) (Weinrich-1968Apud TRAVAGLIA, 2007b, p. 1297);

E) um exemplo que deixa claro que o que estamos aqui definindo não se relaciona com outras definições e caracterizações existentes em outros estudos é o dos chamados “**gêneros lírico, épico (ou narrativo) e dramático (ou teatral)**” propostos pela Teoria Literária. Embora a teoria proponente os

chame de gêneros, quase como um sinônimo do que a Linguística tem chamado de tipo; dentro da classificação tripartite que estamos propondo das “categorias de texto” em tipelementos, o **lírico** é um tipo, porque é dado por estabelecer um modo de interação que se caracteriza pela perspectiva de voltar-se para si mesmo para refletir-se como numa “confissão” (Cf. Tavares-1974: 117-118) que se importa pouco com o outro, com o alocutário (Cf. Moisés-1973: 63-69), portanto uma perspectiva altamente subjetiva de si mesmo ou do que lhe é exterior, portanto uma perspectiva que nasce do mundo interior e busca esse mesmo mundo. A perspectiva de busca do mundo exterior pode acontecer de duas formas distintas:

a) pela admiração do acontecido, tanto que o que importa é a complicação (que é uma parte essencial da superestrutura narrativa) que permite perguntar: “qual é o ponto?”. Tem-se aqui o gênero **épico** ou **narrativo** da Teoria Literária (que seria o mesmo tipo narrativo referido em A acima, mas dado por outra perspectiva que o apreende de um outro ponto de vista diferente deste da classificação da Teoria Literária) e

b) pela exposição e/ou análise das relações entre os seres, o que dá o tipo **dramático** (gênero dramático da Teoria Literária

F) os tipos *humorístico* ou *não-humorístico* são definidos pela perspectiva do produtor de trabalhar respectivamente com uma comunicação confiável ou não-confiável. A comunicação não confiável se estabelece por meio do imbricamento de mais de um “mundo textual” e estes se alternam na compreensão do texto a partir de um indicador no próprio texto (chamado por muitos de “gatilho”), que “pega de surpresa” o interlocutor ou alocutário do texto, que é obrigado a uma reversão na sua hipótese de compreensão do texto.

G) os textos do tipo *literário* ou *não-literário* que são dados pela adoção de uma perspectiva estética ou não. (TRAVAGLIA, 2007b, p.1297, 1298)

O modo como tipos podem se organizar na composição dos gêneros, segundo o autor, (Travaglia, 2007b) se dá por três formas de relação entre eles:

a) *O cruzamento ou fusão* – vários tipos de tipologias distintas são realizados no mesmo espaço textual;

b) *A conjugação* – vários tipos de uma mesma tipologia (mais comum entre os tipos da tipologia ‘A’) aparecem constituindo um texto em espaços textuais distintos, com relações hierárquicas entre si ou simplesmente lado a lado;

c) *O intercâmbio* – em uma situação de interação de uma dada natureza, em que se estabelece um modo de interação específico, a interação seria preferencialmente realizável por uma dada categoria de texto que é própria desse modo de interação, mas se dá por meio de uma outra categoria.

O *cruzamento ou fusão* se dá entre tipos de tipologias diferentes, não havendo uma hierarquia entre eles, estando assim fundidos na composição do gênero que os abriga. Ou seja, podemos ter em fusão num mesmo gênero, por exemplo, o tipo *dissertativo* e o tipo *argumentativo* “*stricto sensu*”, pois são de tipologias distintas, mas a fusão não é possível entre dissertativo e injuntivo, por exemplo, pois pertencem à

mesma tipologia. Há um exemplo de fusão no trecho extraído de uma das cartas pastorais da IPB que segue:

(1)

Finalizamos esta Pastoral salientando os seus pontos principais: 1. Nós conhecemos e reconhecemos as dificuldades históricas, sociais e práticas para uma reforma agrária no Brasil. 2. Reconhecemos também o esforço que tem sido feito por parte das autoridades instituídas por Deus para governo da nação para resolver o problema, nem sempre bem sucedidos, e reconhecemos também a legitimidade da luta desenvolvida por grupos ligados à terra, infelizmente nem sempre bem conduzida. 3. Reconhecemos e declaramos a necessidade de uma reforma agrária séria e justa para o Brasil, como solução para uma grande parte dos problemas sociais e econômicos do nosso povo. 4. Entendemos, à luz da Bíblia, que a terra é parte da providência divina para o sustento do homem e que, por isto, ela não deve ser transformada em expressão de status, de prestígio e poder e muito menos de exploração social e econômica. 5. Não negamos o direito à propriedade privada, constitucional e inalienável ao homem, mas afirmamos a necessidade de, no caso da terra, a sua posse ser regulada de tal modo que o seu caráter social possa ser preservado.

No exemplo acima, temos o gênero carta pastoral sendo composto por dois tipos em fusão: dissertativo e argumentativo *stricto sensu*. É possível perceber as perspectivas adotadas pelo produtor do texto que ao mesmo tempo em que disserta associando-se à análise e síntese de representações sobre a reforma agrária, argumenta a favor de uma reforma agrária séria e justa, buscando estabelecer o discurso da transformação. O produtor então trabalha com a imagem do interlocutor como ser pensante, simultânea à imagem do mesmo interlocutor como alguém que não concorda com o que ele diz, essa simultaneidade das imagens que o produtor tem do interlocutor caracteriza a fusão dos dois tipos que estão compondo o gênero.

É possível identificar fusão entre mais de dois tipos no mesmo gênero, dependendo do exemplo que se tenha para demonstrá-la, usando os mesmos critérios apresentados acima.

Quando há gêneros compostos por tipos de uma mesma tipologia, tem-se uma forma de composição diferente da fusão: a *conjugação*. Neste processo, as nuances das perspectivas adotadas pelo produtor, relativas a cada tipo, aparecem, mas cada uma a seu tempo, na linearidade do texto, não simultaneamente. Teríamos como exemplo de um gênero cuja composição se dá por tipos em conjugação, o *aviso* abaixo, extraído de um dos boletins informativos de uma comunidade local da IPB. Nele temos o tipo *descritivo* conjugado com o *injuntivo*:

(2)

ANIVERSÁRIO DA IGREJA- 51 ANOS

Hoje, dia 26/08 – CULTO DE CELEBRAÇÃO às 19h no templo da igreja com o Pr. Paulo Borges Jr. da Igreja Cristã Sal da Terra de Goiânia/GO. (*descritivo*)

Convide seus amigos para desfrutarem dessa bênção! (*injuntivo*)

Segundo Travaglia (2007b), há três maneiras de a conjugação acontecer: em uma, ela pode acontecer apresentando um determinado tipo como *necessariamente dominante*:

- 1) Há um tipo dominante necessariamente, ou seja, aquele gênero sempre se compõe com aquele tipo presente como dominante. É o caso, por exemplo, de romances, contos, novelas, apólogos, parábolas, fábulas, piadas, atas, mitos, lendas, epopeias, etc. em que o tipo narrativo é sempre presente e dominante, podendo aparecer trechos descritivos, dissertativos, injuntivos. A dominância não é em termos de espaço do texto ocupado pelo tipo, mas em termos da tendência para um dado modo de interação a que o texto serve. Assim, por exemplo, temos muitos contos de Clarice Lispector em que o espaço ocupado pelo tipo dissertativo é maior do que o ocupado pelo tipo narrativo, mas o conto sempre é visto como predominantemente narrativo. Quando se tem um tipo dominante necessariamente é que se diz que o gênero é narrativo, dissertativo, descritivo ou narrativo e/ou argumentativo e/ou preditivo, etc. (TRAVAGLIA 2007b, p. 1301)

A relação de como gêneros podem estar necessariamente ligados a tipos é bem exemplificada no quadro abaixo extraído de Travaglia (2007b, pag. 1301);

Quadro 3: Exemplificação de gêneros ligados necessariamente a tipos

Tipo	Exemplos de gênero(s) necessariamente vinculados ao tipo em termos de dominância
Descritivo	Qualificação, classificados. Parece não haver muitos gêneros necessariamente descritivos.
Dissertativo	Tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico-científico, editorial de jornal, monografia, conferência.
Injuntivo	Mensagem religiosa-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental (ex.:como dirigir), preces.

Narrativo	Atas, notícias, peças de teatro, romances, novelas (literárias, de rádio e TV), contos, contos de fadas, fábulas, apólogos, parábolas, mitos, lendas, anedotas, piadas, fofoca, caso, biografia, poema, poema burlesco.
Argumentativo	Editorial de jornal, sermão.
Preditivo	Boletim meteorológico, programas de eventos e viagens, leitura de sorte, profecias.

Ao apresentar as outras duas formas de acontecer a conjugação de tipos na composição dos gêneros, o autor propõe que:

2) Em alguns gêneros pode haver um tipo dominante, mas não necessariamente. É o que acontece, por exemplo, na carta. Podemos ter cartas predominantemente descritivas, dissertativas, injuntivas ou narrativas ou argumentativas “stricto sensu”, etc. com ou sem conjugação de outros tipos. Mas também podemos ter cartas em que os tipos estão conjugados, mas nenhum é dominante. São apenas trechos colocados lado a lado como uma colagem. Essa forma de conjugação de tipos parece que não caracteriza o gênero, ao contrário da forma de conjugação descrita anteriormente em 1.

3) Finalmente tem-se outros gêneros em que os tipos aparecem somente conjugados mas nunca algum deles é dominante. É o que acontece, por exemplo, na “bula de remédio” que é sempre composta por uma conjugação de descrição, dissertação, injunção e narração, mas nenhum tipo está subordinado a outro. Pode acontecer, como na bula, que o tipo está ligado a uma parte ou categoria da superestrutura do gênero. Neste caso essa relação constante caracteriza o gênero. Assim, na “bula” a descrição aparece sempre na composição do remédio, já a injunção aparece na posologia, a dissertação na explicação de como o remédio age no organismo e a narração em relatos de casos clínicos. Como se pode ver, a conjugação de tipos na composição dos gêneros acontece de diferentes modos e todas essas variações podem servir ou não para caracterizar o gênero. (TRAVAGLIA 2007b, p. 1302).

Tendo visto as características de cada tipo agrupados em suas tipologias e como se organizam na composição dos gêneros, prosseguimos a expor o terceiro tipelemento: o **subtipo**. Retomando a explicação de Travaglia citada anteriormente, o subtipo configura-se como variedade de um tipo, ou seja, também se estabelece como um modo de interlocução com base em uma dada perspectiva adotada pelo produtor do texto, tal como no tipo do qual é uma variedade, mas acrescenta-lhe alguma nuance. Quando se tem um subtipo, tem-se variação de alguma nuance da perspectiva do produtor. O quadro abaixo traz os *subtipos do injuntivo* e mostra variações de nuances da perspectiva do produtor, do fazer posterior ao tempo da enunciação, em que há uma incitação à realização de uma situação que caracteriza cada subtipo.

Quadro 4: Caracterização dos subtipos do injuntivo

	Ato de fala	Formação imaginária em termos de hierarquia	Beneficiado	Responsável pela realização da situação	Grau de Polidez
Ordem	Determina um fazer	Locutor considera-se como superior ao alocutário na organização social	Locutor ou Alocutário	Alocutário	- Polidez
Pedido/ Súplica	Solicita a realização de uma situação	Locutor se vê como igual ou inferior ao alocutário na organização social	Locutor	Alocutário	+ Polidez
Conselho	Diz qual/como é o melhor fazer	Locutor considera-se com maior experiência que o alocutário	Alocutário	Alocutário	+ Polidez
Prescrição	Ensina fazer ou determina uma forma de fazer	Locutor considera-se com maior saber que o alocutário	Alocutário	Alocutário	Neutro
Opção	Deseja a realização de uma situação	Locutor se vê sem possibilidade de determinar a realização da situação	Locutor ou Alocutário ou Ambos	Nem alocutário, nem locutor	+ ou – Polidez (conforme o que se deseja para quem)

(Quadro extraído de Travaglia, 2009, p.2635)

Além dos subtipos do injuntivo, Travaglia, com base em outros pesquisadores, também propõe o expositivo e o explicativo como subtipos do dissertativo:

O **expositivo** trabalha a apresentação textual de diferentes formas dos saberes (Cf. Dolz e Schneuwly, 2004) sem qualquer contraposição (o que levaria à argumentação, com sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição no dizer de Dolz e Schneuwly-2004), nem qualquer problematização (o que vai acontecer no explicativo). No expositivo teremos, conforme Fávero e Koch (1987), a análise e/ou síntese de representações conceituais, com ordenação lógica a que acrescentamos avaliações ou não de algo, reflexões organizadas sobre um ponto do conhecimento, por meio de categorias composicionais da generalização e especificação que podem aparecer em um esquema dedutivo (generalização – especificação), indutivo (especificação – generalização) ou dedutivo-indutivo (generalização – especificação – generalização). Portanto é a apresentação de um saber/conhecer de forma consensual e lógica.

Já o **explicativo** proposto e trabalhado mais detidamente por Adam (1993) como uma das formas de sequência e encampado integralmente por Bronckart (2003) como uma manifestação textual do discurso teórico, apresenta um ponto incontestável do conhecer/saber que é, todavia, problematizado, exigindo uma resolução ou explicação seguida de uma conclusão e avaliação do problema posto. Assim teríamos segundo Adam (1993) e Bronckart (2003) a seguinte explicação para o **expositivo**, tomada a Bronckart (2003, p.228 e ss.) de forma resumida com suas passagens entre aspas:

“O raciocínio **explicativo** [...] origina-se na **constatação** de um fenômeno **incontestável** (*as línguas naturais mudam perpetuamente*)”, seja um acontecimento natural ou de uma ação humana que se apresenta, no entanto, “como incompleto ou requerendo um desenvolvimento destinado a responder as questões que coloca ou as contradições aparentes que poderia suscitar (*temos, entretanto, a sensação de que as línguas constituem sistemas estáveis*). O desenvolvimento “é realizado por um agente autorizado e legítimo que explicita as **causas** e/ou **razões** da afirmação inicial, assim como as das questões e contradições que essa afirmação suscita (*essa mudança é tão lenta que não é apreendida por uma mesma geração*). No final do desenvolvimento a constatação inicial encontra-se **reformulada** e geralmente **enriquecida** (*embora a evolução das línguas seja um fenômeno histórico indiscutível, as abordagens sincrônicas podem fazer abstração dessa mudança*).” (BRONCKART, 2003, p. 228 e ss.)

Prosseguindo com a exposição sobre o raciocínio explicativo, Travaglia, propõe uma espécie de esquematização deste por fases:

O raciocínio explicativo prototípico geralmente apresenta-se em quatro fases:

- a) a fase de **constatação inicial**, que introduz um fenômeno não contestável (objeto, situação, acontecimento, ação, etc.);
- b) a fase de **problematização**, em que é explicitada uma questão da ordem do porque ou do como, eventualmente associada a um enunciado de contradição aparente;
- c) a fase de **resolução** (ou de *explicação* propriamente dita), que introduz os elementos de informações suplementares capazes de responder as questões colocadas;
- d) a fase de **conclusão-avaliação**, que reformula e completa eventualmente a constatação inicial.

Estas fases podem se realizar em formas de extensão e complexidade muito variáveis. (TRAVAGLIA, 2009, p. 2635)

A **espécie**, o quarto tipelemento, segundo Travaglia (2007b) não estabelece uma interferência na perspectiva do produtor do texto, mas pode caracterizar variações de tipo, por outros fatores, como, por exemplo, um texto do tipo *narrativo* ser da espécie *história* (encadeia episódios rumo a uma resolução) e *não história*, (expõe fatos lado a lado) ou ainda o texto do mesmo tipo narrativo ser em *prosa* ou *verso*. Além do tipo, a espécie também pode se vincular ao gênero, como é o caso do bilhete, da carta e do telegrama que são espécies do gênero correspondência.

Seguindo adiante neste referencial teórico, segundo Travaglia (2007b) há alguns critérios que envolvem o processo de caracterização das categorias de texto, os quais também servirão de base para nossa análise dos gêneros da IPB:

Estes critérios, pelo que pudemos observar até agora, estão agrupados em cinco parâmetros distintos:

- a) o conteúdo temático;**
- b) a estrutura composicional;**
- c) os objetivos e funções sociocomunicativas;**
- d) as características da superfície linguística, geralmente em correlação com outros parâmetros;**
- e) as condições de produção.**

Um outro critério ou parâmetro que pode contribuir para a caracterização das categorias de texto, sobretudo dos gêneros, é o **suporte** típico em que o mesmo costuma ou deve aparecer. (TRAVAGLIA, 2007b, p.40)

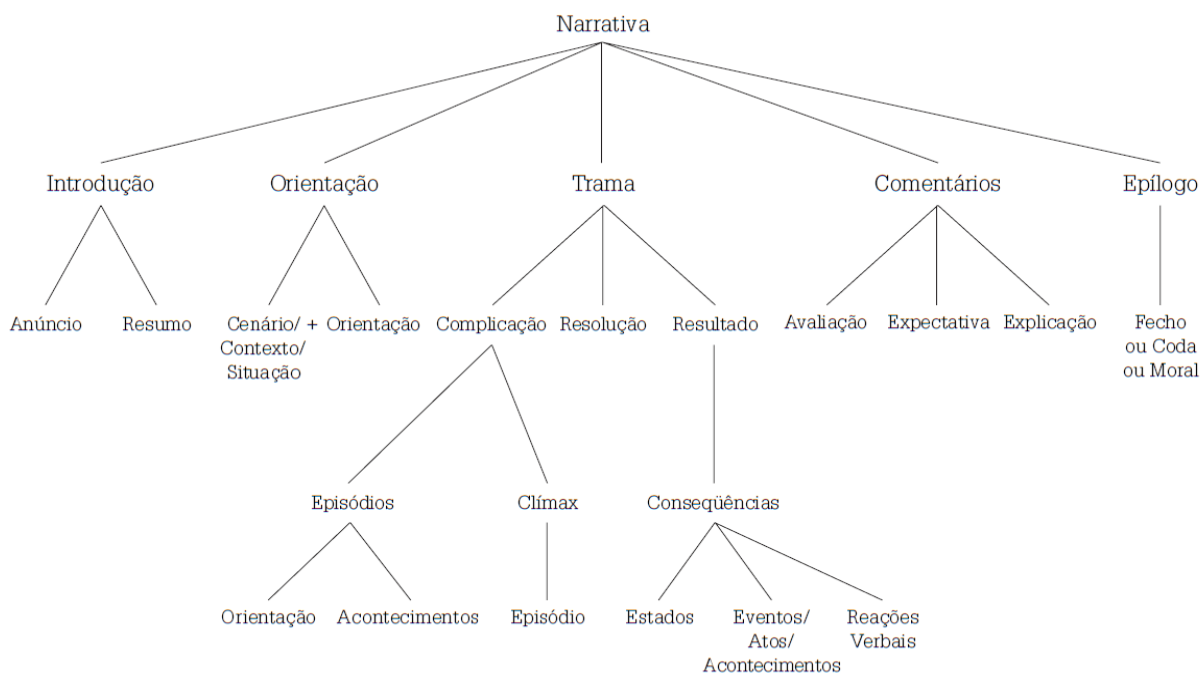
O conteúdo temático é o aspecto relativo ao que se pode dizer ou espera-se que seja dito em determinada categoria de texto, um tipo de informação que a categoria caracteristicamente veicula.

Por exemplo, no caso do convite, conforme o elemento para o qual se convida, se configuram espécies de convite com influência no conteúdo: convite de casamento, de aniversário, para apresentações (espetáculos, conferências, etc.), cursos, etc. Assim, um convite de casamento se caracteriza por indicar minimamente: quem se casa, os pais dos nubentes (opcional, mas esperável pelas regras sociais de cortesia), local e data do casamento e se haverá ou não recepção festiva após o ato religioso ou civil. Já num convite para uma apresentação, deve-se colocar outro tipo de informação: o tipo da apresentação (espetáculo, conferência, outra), o conteúdo/tema/assunto quando for o caso (palestras e cursos, por exemplo), quem faz a apresentação, se para estar presente o convidado deverá ou não pagar. Uma prece ou oração geralmente contém uma louvação à entidade (Deus, Jesus, Nossa Senhora, santo, etc.) a que a prece é dirigida e pedidos e/ou agradecimentos. É interessante observar que, quando um gênero apresenta diferentes tipos de informação, geralmente essas informações aparecem distribuídas em diferentes partes ou categorias da superestrutura do gênero. No caso da prece, a superestrutura será exatamente marcada pelas informações: louvação + solicitação/pedido + agradecimento. (TRAVAGLIA 2007a, p. 44, 45).

A **estrutura composicional** refere-se, em primeiro lugar, a traços da superestrutura das categorias de texto. Por superestrutura estamos designando o que está proposto em Travaglia (1991) que define superestrutura como

“uma espécie de esquema (modelo cognitivo global), formal abstrato de caráter convencional, e portanto, dependente da cultura. Normalmente envolve uma sequência esquemática e características de linguagem, recursos retóricos e estilísticos. [...] **constituída por partes que podem ou não ter uma ordem fixa, ser obrigatórias ou não, recursivas ou não** (TRAVAGLIA, 1991, p. 287. grifo nosso)

Alguns exemplos de superestruturas podem ser representados por meio de esquemas como no exemplo (3) adiante, extraído de Travaglia (2007a, p.53)



Esquema 1 – Superestrutura da narrativa história

(3)

De acordo com o autor, as superestruturas podem ser representadas também como segue por meio de encadeamento ou enumeração de partes, como exemplifica abaixo:

De acordo com o que foi proposto em Travaglia (1991, p.237, 239, 1992), a superestrutura de um texto do tipo injuntivo é constituída de três partes ou apresenta três categorias esquemáticas, a saber:

a) o elenco ou descrição em que se apresentam os elementos a serem manipulados na ação a ser feita. Pode-se dar apenas uma lista desses elementos (V. ingredientes das receitas culinárias) ou pode-se lista-los e descrevê-los, como nos manuais de instrução em que, comumente, a

descrição é substituída por fotos ou desenhos com indicação dos nomes das partes seguida ou não de indicação de sua função;

b) a determinação ou incitação em que aparecem as situações a cuja realização se incita ou por determinação ou desejo. Aqui teríamos a injunção em si;

c) a justificativa, explicação ou incentivo em que se dá razões para a realização das situações especificadas em b. Estas partes não têm ordem fixa e podem se intercalar. A única parte obrigatória é a determinação, mas às vezes o produtor do texto apenas dá a justificativa ou explicação e a determinação fica implícita, sendo deduzível através de inferências. Isto é comum em horóscopos

A relação entre tipos e partes como item relacionado com a superestrutura também é observada pelo autor:

Travaglia (1991, 1992) observa que a parte do elenco ou descrição é sempre descritiva, a determinação ou incitação é sempre injuntiva e a explicação, justificativa ou incentivo pode ser descritiva, dissertativa ou narrativa. Desse modo, os gêneros que são necessária e predominantemente injuntivos (mensagem religiosa-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental: por exemplo, como dirigir sob neblina, etc.) vão apresentar esta superestrutura em seu todo ou em parte de sua superestrutura própria.

Superestrutura é apontada ainda por Travaglia como fator tipológico encontrado não somente em tipos, mas também em gêneros e às vezes é ela o fator distintivo entre espécies de textos do mesmo gênero:

Várias espécies do gênero correspondência (carta, telegrama, ofício, memorando, bilhete, cartão, etc.) geralmente são caracterizadas por aspectos formais, particularmente de superestrutura. Assim, a carta vai apresentar a seguinte superestrutura, em que os parênteses indicam uma categoria ou parte opcional:

1) A superestrutura da carta é mais ou menos a seguinte:

- a) local e data;
- b) vocativo;
- c) (saudação) / introdução
- d) corpo
- e) despedida
- f) assinatura
- g) (pós-escrito)
- h) (notas)

(TRAVAGLIA, 2007^a, p. 51).

Ainda no parâmetro da estrutura composicional, outros itens são relevantes além da superestrutura: a) a disposição dos elementos no texto (como é o caso das letras no início dos acrósticos); b) elementos de versificação (número de estrofes, versos, sílabas, métrica, ritmo); c) a composição do **gênero** por **tipos** (relações de dominância, disposição e obrigatoriedade de **tipos**, **subtipos** e **espécies**); d) as linguagens utilizadas necessariamente pela categoria (língua, imagens, sons, cores, gestos etc.).

O objetivo ou função sociocomunicativa, que se refere ao pré-acordo social que estabelece a utilidade do texto, o qual pela frequência com que é utilizado e pelas condições em que é produzido se caracteriza como de uma determinada categoria. Os objetivos dos tipos descrição, dissertação, injunção e narração podem ser vistos no **quadro 3**, e os objetivos dos gêneros identificados por nós na IPB, no **quadro 2**.

As características da superfície linguística referem-se à própria formulação da superfície linguística do texto, esta sempre ligada às propriedades da própria categoria de texto em formulação. Travaglia (2007a) estabelece que esse parâmetro não trate apenas do recurso linguístico em si, mas de sua correlação com propriedades da categoria de texto que formula.

por exemplo, se tomarmos a forma verbal “presente do indicativo” que aparece nos textos narrativos (história ou não-história), injuntivos, dissertativos e descritivos dos mais variados gêneros, veremos que ela exerce papéis ou funções diferentes em cada caso. Na narrativa passada, pode ter papel de relevo emocional; na narrativa presente real, sua função é marcar a relação entre o tempo da enunciação e o referencial como simultâneo; na narrativa de presente “histórico”, dar aparência de atualidade e forte presenciamento pelo alocutário dos episódios narrados; nos textos dissertativos e descritivos em conjugação com o aspecto imperfectivo, a função é marcar a simultaneidade referencial das situações que aparecem no texto; além disso, nos textos dissertativos, em conjugação com os aspectos indeterminado ou habitual, tem o papel de estabelecer uma duração ilimitada das situações, o que produz o efeito anotado para este tipo de texto de “verdade eterna” ou validade por todos os tempos. Por isso mesmo, nos textos dissertativos, essa forma não marca tempo presente, mas onitemporal. Já nos textos injuntivos, essa forma aparece com valor de futuro e, em conjugação com modalidades como ordem, obrigação, proibição, necessidade, volição, produz o efeito de incitação à realização de algo (TRAVAGLIA, 1991).

Vamos apresentar outros exemplos de características ligadas a esse parâmetro. Considerando os tipos propostos por Weinrich (1968), no Português, para os dois tipos, temos grupos de verbos que seriam, segundo Koch (1984), os seguintes:

a) textos do mundo narrado (em que a perspectiva é de não comprometimento do locutor/enunciador com o que diz): pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito (simples e composto) do indicativo, futuro do pretérito (simples e composto);

b) textos do mundo comentado (em que a perspectiva é de comprometimento do locutor/enunciador com o que diz): presente do indicativo, pretérito perfeito composto, pretérito perfeito simples (retrospectiva), futuro do presente simples e composto.

Como se sabe, Weinrich ainda agrupa as formas verbais de cada tipo de texto segundo uma perspectiva comunicativa (grau zero, prospecção, retrospectiva) e relevo (primeiro e segundo planos). Isso nos dá, por exemplo, uma diferença importante entre uma descrição com o presente do indicativo e uma descrição com o pretérito imperfeito do indicativo. Na primeira, que será do mundo comentado, o falante pode, numa interação, ser cobrado pelo interlocutor em termos de responsabilidade pelo que disse. Já com a descrição no pretérito imperfeito, isso não será possível. (TRAVAGLIA, 2007a, p. 63)

As condições de produção referem-se a quem produz (inclui tanto o indivíduo quanto a comunidade discursiva), onde, quando, como, para quem, o suporte (espaço físico ou virtual em que o texto ganha materialidade), o meio, o serviço.

Para demonstrar como o parâmetro das condições de produção pode ser útil na caracterização de categorias de texto, Travaglia (2007a) propõe uma distinção entre os gêneros: *certidão*, *certificado*, *atestado* e *declaração*, os quais possuem em comum a mesma função básica: dar fé da verdade de algo. Tendo, pois, a mesma função básica, a distinção entre eles se dá via condição de produção, especialmente sobre quem produz.

A *certidão* dá fé da verdade de algo pela transcrição de registros existentes em instituições e órgãos geralmente públicos e só pode ser feita por tabeliães em cartórios (como no caso de certidões de nascimento, casamento, óbito, de escritura, etc.) ou funcionários de órgãos públicos autorizados (como no caso das certidões negativas de débitos com prefeituras, receitas estaduais e federais, delegacias, etc.). No *certificado* geralmente se dá fé da verdade de que alguém realizou algo em dada instituição (por exemplo: cursos, treinamentos, apresentações em congressos, etc.) e, por isso, quem pode emitir um certificado é sempre uma autoridade responsável pela instituição em que o fato se deu (por exemplo: diretor de escola, coordenador de curso, secretário de educação, diretor de instituição em que alguém realizou estágio, coordenador/presidente de evento). Já o *atestado* geralmente é feito por alguém que tem competência técnica (atestado médico, por exemplo) ou institucional para fazê-lo (como no caso do atestado de bons antecedentes). Finalmente, a *declaração* pode ser feita por qualquer cidadão disposto a responsabilizar-se pela verdade de algo perante outrem ou perante algum órgão ou instituição (por exemplo, a declaração que alguém faz para um juiz, dizendo conhecer um casal e que eles estão separados de fato há mais de três anos, e o faz para fins de separação legal com mais facilidades na justiça ou que declara que uma mulher M viveu maritalmente com um homem pelo tempo X, num processo de pedido de pensão ou de disputa de bens).(TRAVAGLIA, 2007a, p. 72, 73)

Outra explicação de Travaglia (2007a) envolve outros fatores importantes ligados às condições de produção que podem ser úteis:

Dentre as condições de produção parece interessante observar aquilo que se tem denominado nos estudos sobre gêneros de suporte, definido de modo geral como o espaço-objeto que porta o texto, em que o texto ganha materialidade — “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2003, p.3) e também o que se chama de serviço. Muitos gêneros só existem em suportes específicos, como o e-mail (com um suporte específico: um programa de computador em um meio virtual e num serviço específico – provedor de internet). Filmes só podem aparecer em superfícies de celulose ou mais recentemente em suportes digitais e, quando projetados, em uma tela. Cartas, além de terem uma forma específica que as distingue de outras espécies do gênero correspondência, sempre têm como suporte o papel em que são escritas e são levadas até o destinatário por um serviço de correio ou por um mensageiro que faz o papel de transportador da carta. O telegrama

já usa um outro serviço, pois é transmitido via telégrafo ou outro meio mais atual, não levando o que o locutor escreveu (a mão, datilografando ou digitando), pois a redação é dele, mas não a produção física da mensagem. Convites podem usar o mesmo suporte (folha de papel) e serviço transportador da carta. Evidentemente cartas, telegramas e convites têm características de outros parâmetros (principalmente estrutura composicional: superestrutura e superfície lingüística) que os distinguem. Assim, por exemplo, sempre se destacou no telegrama sua linguagem concisa, que inclusive deu origem ao epíteto “linguagem telegráfica”.(TRAVAGLIA, 2007a, p. 74)

Ao ter exposto nosso referencial teórico concernente à tipologia textual, convém ressaltar que não o fizemos de forma exaustiva e há mais conceitos e exemplos que envolvem a teoria dos tipeamentos a qual resulta de anos de pesquisa do autor, contudo, uma noção panorâmica foi esboçada e sua utilidade para este trabalho ficará mais evidente no capítulo dos resultados. Passaremos agora a aproximações teóricas sobre identidade e caracterização da IPB como comunidade discursiva.

2.2. O conceito de comunidade discursiva articulado ao de identidade

Conceituar identidade é uma tarefa difícil, dada a complexidade epistemológica que o termo envolve, especialmente nos aspectos relativos à ruptura entre o essencialismo e o construtivismo, entre outras noções. Partimos, portanto, de um conceito de identidade mais próximo do “latu sensu”, assumido o termo a partir de duas premissas básicas: que a identidade pode se estabelecer por aquilo que caracteriza intrinsecamente o objeto a ser identificado (uma via de dentro para fora) e por aquilo que o diferencia dos outros objetos (uma via de fora para dentro) nesta perspectiva, pretendemos perceber a identidade da IPB, nos gêneros de texto que produz, em duas dimensões:

a) uma intrínseca, ligada à totalidade de seus gêneros, sejam específicos ou adaptações específicas em gêneros que, mesmo compartilhados com outras comunidades compõem seu sistema ou ainda que não apresentam peculiaridades, mas ocorrem na comunidade;

b) outra referente a gêneros que constroem sua visão de mundo, sua ideologia.

Swales (1990) aborda a dificuldade de se propor um conceito mais claro de comunidade discursiva, e, ao fazê-lo, faz referência ao conceito de comunidade de fala, proveniente dos estudos da sociolinguística, comentando que as comunidades de fala

diferenciam-se das comunidades discursivas, sendo que estas são centrífugas, separam pessoas, enquanto aquelas são centrípetas, absorvem pessoas.

A seguir, comenta que a melhor maneira de construir esse conceito seria por meio de critérios, então estabelece os seguintes parâmetros para se caracterizar uma comunidade discursiva¹:

- 1. Uma comunidade discursiva possui um conjunto de objetivos públicos comuns;*
- 2. A comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação entre os seus membros;*
- 3. Uma comunidade discursiva utiliza seus mecanismos participativos principalmente para fornecer informações e feedback;*
- 4. A comunidade utiliza e, portanto, possui um ou mais gêneros no desenvolvimento comunicativo de seus objetivos;*
- 5. Além de gêneros próprios, uma comunidade discursiva adquire um léxico específico;*
- 6. Uma comunidade discursiva possui membros iniciantes com um grau adequado de conteúdo relevante e capacidade discursiva.*

Afirmamos que a IPB atende aos critérios estabelecidos por Swales e pode ser considerada uma comunidade discursiva por possuir, como entidade eclesiástica, um conjunto de objetivos públicos comuns, tais como professar seu sistema de crenças, agregar pessoas ao seu rol, difundir sua ideologia; por possuir mecanismos de intercomunicação entre seus membros, por meio das diversas reuniões que realiza e gêneros que produz (veja o conjunto de gêneros da IPB apresentado no quadro 1), os quais também funcionam como mecanismos de “feedback”, que, por sua vez, incorporam um léxico específico, oriundo das siglas e da terminologia pertinente ao seu mundo discursivo, possibilitando que existam membros mais experientes, com maior capacidade discursiva para iniciar outros.

Para configurarmos os mecanismos que fazem da IPB uma comunidade discursiva e como estes integram o trinômio comunidade-gêneros-identidade, foi-nos necessário promover aproximações entre os conceitos de Swales, Bazerman, Woodward e Silva, exemplificando tais aproximações por meio da descrição da IPB.

¹ - Tradução de Silva, 2007, p.31

Em Bazerman (2004) temos a definição de alguns conceitos relativos aos processos de produção de atividades e gêneros a elas ligados que ocorrem no interior de comunidades discursivas, são eles: *conjunto de gêneros*; *sistema de gêneros*; *sistema de atividades*.

Para se caracterizar como os gêneros se configuram e se enquadram em organizações, papéis e atividades mais amplas, são propostos vários conceitos que se sobrepõem, cada um envolvendo um aspecto diferente dessa configuração: conjunto de gêneros, sistema de gêneros e sistema de atividades.

Um *conjunto de gêneros* é a coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir.

Um *sistema de gêneros* compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos. Um sistema de gêneros captura as sequências regulares com que um gênero segue um outro gênero, dentro de um fluxo comunicativo típico de um grupo de pessoas. (BAZERMAN, 2004, P. 33)

Esse *sistema de gêneros* é também parte do *sistema de atividades*. Ao definir o sistema de gêneros em que as pessoas estão envolvidas, você identifica também um *frame* que organiza o seu trabalho, sua atenção e suas realizações. (BAZERMAN, 2004, P. 35)

Os conceitos de Bazerman, aliados a outros, nos auxiliaram em relação à identificação dos quatro mundos sociocomunicativos da IPB que mencionamos anteriormente, os quais se configuram como sistemas de gêneros, relacionados aos sistemas de atividades de que são parte. Como parte do sistema de atividades, o sistema de gêneros acaba determinando identitariamente qual é o tipo de interação que cabe na realização de um gênero.

Ao identificar os quatro mundos, como sistemas de gêneros, pode-se afirmar que a IPB se mostra como uma comunidade discursiva por sua forma de organizar suas atividades, seus gêneros em seus mundos e constituir nisto os indivíduos que a compõem. Isso faz com que esse modo de organização funcione como um processo de construção da identidade, ao mesmo tempo em que serve para caracterizá-la como uma comunidade discursiva.

Woodward (2000, p. 17) apresenta-nos outro viés conceitual que reforça que podemos atribuir ao modo de organização da IPB como comunidade discursiva, por gêneros e atividades inseridas em mundos sociocomunicativos, a caracterização de um processo identitário, emparelhando-se aos conceitos de Bazerman: o conceito de *sistemas de representação*:

[...]os discursos e os **sistemas de representação** constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar[...]

A representação inclui tanto as práticas de significação quanto os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos [...]. É por meio dos significados que são produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. [...] A representação como um processo cultural estabelece **identidades** individuais e **coletivas**, [...].”(WOODWARD, 2000, 17) Grifo nosso.

A totalidade dos gêneros produzidos por uma comunidade se constitui como um aspecto inerente de sua identidade e pode, a nosso ver, ser concebido como um *sistema de representação*, um processo cultural que atribui identidade à comunidade no *circuito da cultura*.

Além dos *sistemas de representação*, outro importante elemento constitutivo da identidade trazido por Woodward (2000) são os *sistemas classificatórios* que estabelecem a noção de **formas distintivas** de se classificar o mundo. Nos sistemas classificatórios é feita a marcação da diferença, configurando a identidade. Novamente faz-se referência a esses processos de singularização, distinção, organização particularizada que resulta em sistemas e padronizações de formas de agir textualmente, configurando a identidade.

Cada cultura tem suas próprias e **distintivas formas de classificar o mundo**. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade o que se entende por cultura. (WOODWARD, 2000, p.41 grifo nosso)

Silva (2000) reforça a afirmação de Woodward ao dizer que identidade e diferença são inseparáveis e as define como *criaturas de linguagem* “Somos nós que as fabricamos **no contexto das relações culturais e sociais**” (SILVA, 2000, p. 76 grifo nosso).

Em perspectiva aproximada, Bazerman trabalha com o conceito de tipificação, tratando os gêneros como fenômenos de reconhecimento psicossocial:

Ao ver os gêneros apenas por um número fixo de elementos, estaremos vendo os gêneros como atemporais e iguais para todos os observadores. Podemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendemos como *fenômenos de reconhecimentos psicossocial* que são parte de processos de atividades socialmente organizadas. Gêneros são tão somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas

próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que as pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Os Gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais. (BAZERMAN, 2004, p. 32)

Ao percebermos o enunciado como sendo de um certo tipo ou gênero, engajamo-nos numa forma de vida, juntando falantes e ouvintes, escritores e leitores em relações particulares de um tipo familiar e inteligível. À medida que os participantes se orientam para esse espaço social comunicativo, eles adotam o humor, a atitude e as possibilidades de ação daquele lugar – eles vão àquele lugar para fazer as coisas que ali são feitas, para desenvolver as ideias que ali são pensadas, para se sentir como ali se sente, para satisfazer o que pode ser ali satisfeito e para se transformar no tipo de pessoa que ali se pode tornar (Bazerman 1997^a, 1988). É como ir a um jantar, ou a uma boate, ou a um seminário, ou **a uma igreja**. (BAZERMAN, 2004, p.109) (Grifo nosso)

Esse processo de mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e de uma compreensão padronizada de determinadas situações, é chamado de *tipificação*. (BAZERMAN, 2004, p.30)

Ao observarmos os mundos sociocomunicativos da IPB a partir de seus gêneros, podemos usar a ótica de Swales e ver neles os fatores que fazem da IPB uma comunidade discursiva. Se usarmos a ótica de Woodward e Silva, podemos vê-los como sistemas de representação, sistemas classificatórios ou mecanismos de marcação da diferença. Ainda, se usamos a ótica de Bazerman podemos vê-los como meios de tipificação de atividades sociais. Se procurarmos uma articulação entre os conceitos dos autores, podemos enfim ver os mundos sociocomunicativos da IPB e seus gêneros como processos e unidades de construção de identidade em que entram em jogo as relações entre gênero, comunidade e identidade. A IPB é uma comunidade discursiva e sua caracterização está construída em seus mundos que atuam como sistemas de representação, classificação e marcação da diferença e como formas de tipificação, o que faz emergir a identidade, e esta é especialmente evidenciada nos gêneros que nesses mundos são produzidos. Por isso mesmo, não se espera encontrar a manifestação de gêneros característicos de uma comunidade em outro lugar, a não ser no interior dela, pois eles funcionam socialmente como **unidades representativas de sua identidade**

cultural. Presumivelmente, não se espera encontrar a inserção de uma prece como a de (4) num contrato de compra e venda imobiliário, com a mesma naturalidade que espera encontrar esse mesmo dizer num documento emitido por uma comunidade eclesial cristã.

(4)

Seja Deus gracioso para conosco e nos abençoe e faça resplandecer sobre nós o Seu rosto. (BÍBLIA SAGRADA, Salmos 67.1)

Do mesmo modo, não se vai ao cartório eleitoral para se proferir um sermão, não se espera encontrar artigos científicos em revistas de fofoca, e assim por diante. Os gêneros caracterizam-se como espécies de plataformas portadoras da identidade no jogo social, que colocam sujeitos em posições, selecionam os conteúdos que são ou não relevantes para este ou aquele grupo e determinam formas de agir e pensar, propiciando o aparecimento da ideologia como ponto também crucial do processo de identidade a partir daquilo que se faz via texto. As relações sociais e discursivas são estabelecidas por meio dessas regularidades e delas se valem indivíduos e comunidades para distinguirem-se e identificarem-se tanto pelo conjunto de gêneros que caracteriza as relações em que estão inseridos quanto pelo conteúdo que esses gêneros veiculam. “Identidades e formas de vida são construídas dentro dos espaços sociais em desenvolvimento, identificados por atos comunicativos reconhecíveis” (BAZERMAN, 2004, p. 114).

Parece-nos, do ponto de vista teórico, suficientemente claro que os gêneros surgem nas comunidades discursivas para prover-lhes meios de realizar de maneira caracterizada, tipificada, representativa, classificável, reconhecível, suas ações na sociedade e cultura, e isso pareceu-nos em nossa pesquisa, também provável empiricamente.

No jogo da interação social e cultural em que se inserem as comunidades discursivas, surgem contextos em que há a necessidade do posicionamento frente à alteridade, e a marcação desse posicionamento denota a construção de visões de mundo, o que a nosso ver define outro elemento importante da identidade: **a ideologia**, que remete não só à presença dos gêneros em determinado contexto, mas às distinções de posições e visões de mundo que esses gêneros fazem emergir pelo conteúdo que veiculam ou pela ação que realizam. Portanto, assumimos também que se liga aos

gêneros como componente identitário, dentro do conjunto de processos que os fazem emergir, também a *ideologia*, que estamos por hora definindo como a *construção de visões de mundo a partir de contextos em que surge a necessidade de posicionamento frente à alteridade, para caracterizar-se, e/ou distinguir-se, determinando a constituição do saber, do agir e do pensar.*

2.2.1. Visão panorâmica dos mundos sociocomunicativos da IPB

Como esclarecemos na introdução, o que estamos chamando mundo sociocomunicativo se caracteriza por certa atitude comunicativa caracterizada por grupos de gêneros.

O supramundo sociocomunicativo da IPB se caracteriza pela atitude de **fazer emergir e fundar os paradigmas sagrados**, por diversas vias, a partir de quatro referências textuais,

- a) Bíblia
- b) Confissão de Fé
- c) Catecismo Maior
- d) Breve Catecismo

O mundo administrativo caracteriza-se pela atitude de **exercer o controle das relações da comunidade discursiva** e o faz por uma via normativa, a partir dos gêneros:

- a) Constituição
- b) Estatuto
- c) Código de disciplina
- d) Princípios de liturgia
- e) Carta pastoral
- f) Resolução
- g) Relatório
- h) Ata

O mundo do ritual se caracteriza por **traduzir o sagrado** emergido no supramundo e o faz por duas vias: uma **performática**, que se dá a partir dos gêneros:

- a) Bênção apostólica
- b) Batismo

- c) Ordenação
- d) Celebração da Santa Ceia
- e) Pública profissão de fé
- f) Moto

e outra **didática**, que se dá nos gêneros:

- g) Sermão
- h) Hino
- i) Oração Dominical
- j) Discipulado

O mundo social se caracteriza pela atitude de **buscar relações com a exterioridade**, por uma via comunicante, que se dá a partir dos gêneros:

- a) Convite
- b) Logomarca
- c) Aviso
- d) Programa de culto
- e) Artigo Pastoral

2.2.2. As Instâncias da IPB como espaços de representação dos mundos por seus gêneros

A IPB organiza-se em concílios, sendo o Supremo Concílio – SC/IPB sua instância maior, estando subordinados a ele os demais concílios, que são o Sínodo, o Presbitério e o Conselho. O Conselho é o concílio com jurisdição sobre uma igreja local. Seus membros são o Pastor da comunidade local, que é automaticamente presidente, e os Presbíteros (membros leigos eleitos por voto, pela comunidade local em assembleia). O Conselho deve eleger sua mesa executiva (presidente, vice-presidente, tesoureiro, primeiro secretário e segundo secretário) e esta deve designar membros do Conselho para o representarem no Presbitério, chamados de Delegados. O Presbitério exerce jurisdição sobre um grupo de Conselhos e compõe-se de Pastores, que são obrigatoriamente membros do Presbitério, e Presbíteros delegados pelos Conselhos. Assim como o Conselho, o Presbitério deve eleger sua mesa executiva e esta deve designar Delegados ao Sínodo e Deputados ao Supremo Concílio. O Sínodo exerce jurisdição sobre um grupo de Presbitérios e também deve eleger sua mesa, cujo presidente é automaticamente também membro da Comissão Executiva do Supremo

Concílio. O Supremo Concílio é o concílio máximo da IPB e exerce jurisdição sobre toda a comunidade. Seu plenário compõe-se dos deputados enviados pelos Presbitérios, devendo eles eleger a mesa executiva do Supremo Concílio. Poderíamos ilustrar as relações entre os Concílios da IPB equiparando o Conselho ao nível municipal, o Presbitério ao nível estadual, o Sínodo ao nível regional e o Supremo Concílio ao nível nacional. Nem sempre o mapa geográfico dos concílios coincide com o mapa político, podendo haver, por exemplo, um presbitério ou mesmo mais de um dentro de um município, como também às vezes um presbitério pode abranger dois estados, dependendo do número de igrejas presentes em determinado setor. A única instância que não varia sua abrangência é o Supremo Concílio, que é sempre nacional. Além do Estatuto geral da IPB, cada instância também possui seu próprio estatuto.

Além dos concílios, há também departamentos chamados Sociedades Internas que organizam os membros da IPB por sexo (UPH e SAF) e faixa etária (UMP, UPA, UCP). As sociedades internas da IPB são;

UPH – União Presbiteriana de Homens (somente homens com mais de 35 anos podem ser membros)

SAF – Sociedade Auxiliadora Feminina (somente mulheres com mais de 35 anos podem ser membros)

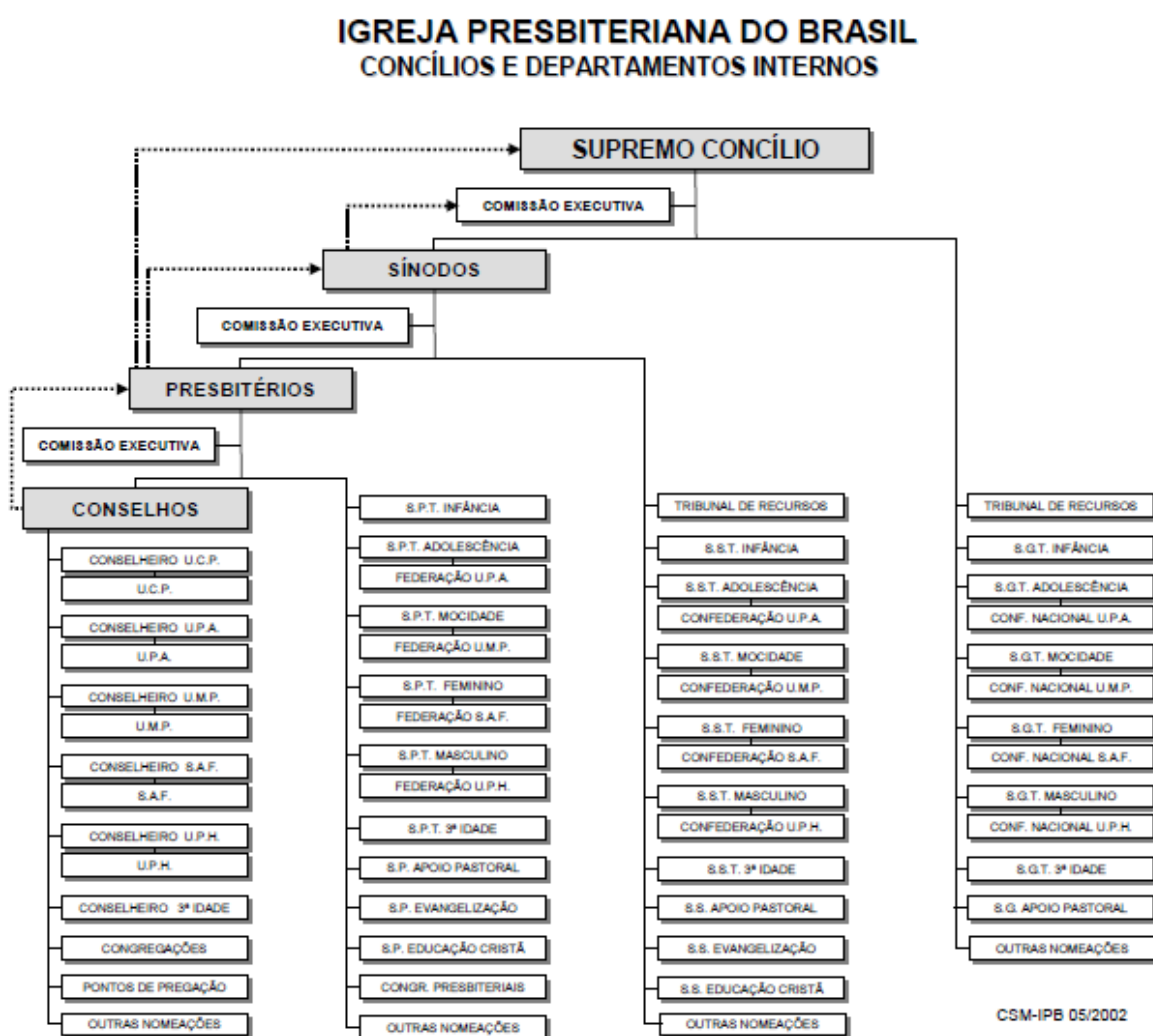
UMP – União de Mocidade Presbiteriana (jovens entre 18 e 35 anos podem ser membros)

UPA – União Presbiteriana de Adolescentes (adolescentes entre 12 e 17 anos podem ser membros)

UCP – União de Crianças Presbiterianas (crianças de 6 a 11 anos podem ser membros)

Assim como os concílios, cada sociedade interna possui seu próprio estatuto, mesas executivas e graduação em instâncias da seguinte forma: Sociedade local (nível de Conselho), Federação (nível de Presbitério), Confederação sinodal (nível de Sínodo), Confederação nacional (nível de Supremo Concílio). A importância de se observar as instâncias decorre do fato de que na graduação das instâncias da IPB há o estabelecimento dos pontos fronteiriços entre o que é externo e o que é interno à comunidade, o que se constitui numa nuance determinante nas demandas identitárias que a IPB deverá atender.

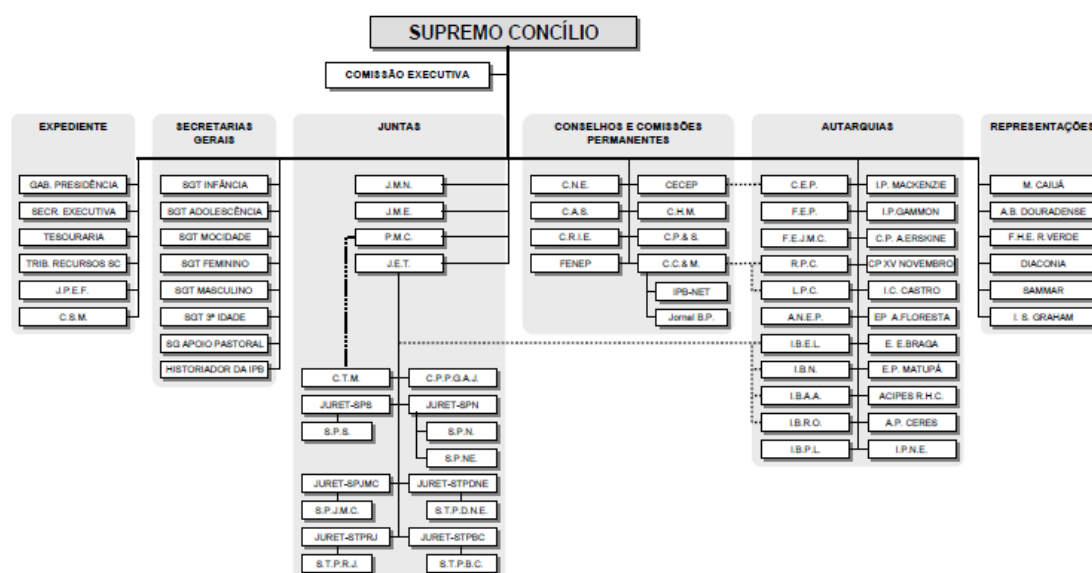
Os dois organogramas abaixo, encontrados em <www.ipb.org> mostram a organização geral da IPB.





IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

ADMINISTRAÇÃO POR ATIVIDADES AFINS



CSM-IPB 05/2002

No quadro abaixo procuramos sintetizar como os mundos são representados nas instâncias por meio de gêneros nelas realizados.

Quadro 5: Relação entre instâncias, mundos e gêneros

Comunidade local	Presbitério	Sínodo	Supremo Concílio
Gêneros do mundo administrativo produzidos na comunidade local	Gêneros do mundo administrativo produzidos no presbitério	Gêneros do mundo administrativo produzidos no Sínodo	Gêneros do mundo administrativo produzidos no Supremo Concílio
Estatuto Ata Resolução Planilha orçamentária Relatório	Estatuto Ata Resolução Planilha orçamentária Relatório	Estatuto Ata Resolução Planilha orçamentária Relatório	Constituição Estatuto Código de disciplina Princípios de liturgia Carta pastoral; Resolução; Planilha orçamentária Relatório Ata
Gêneros do mundo do ritual produzidos na comunidade local	Gêneros do mundo do ritual produzidos no presbitério	Gêneros do mundo do ritual produzidos no Sínodo	Gêneros do mundo do ritual produzidos no Supremo Concílio

Benção apostólica; Batismo; Ordenação de Presbítero Celebração da Santa Ceia; Pública profissão de fé; Moto; Sermão; Hino; Cântico; Oração Dominical; Catecismos Discipulado	Hino; Cânticos; Oração Dominical; Ordenação de Ministro; Sermão Oração Dominical;	Hino; Cânticos; Oração Dominical; Sermão Oração Dominical;	Hino; Cânticos; Oração Dominical; Sermão Oração Dominical;
Gêneros do mundo social produzidos na comunidade local	Gêneros do mundo social produzidos no presbitério	Gêneros do mundo social produzidos no Sínodo	Gêneros do mundo social produzidos no Supremo Concílio
Logomarca; Aviso Convite Programa de culto Artigo Pastoral;	Logomarca; Aviso Convite	Logomarca; Aviso Convite	Logomarca; Aviso Convite

Ao observarmos a representação dos mundos nas instâncias, no quadro acima, percebemos que na Comunidade Local predominam, em termos quantitativos, os gêneros do mundo do ritual; no Supremo Concílio, os gêneros do mundo administrativo e no Presbitério e Sínodo, há certa isometria na distribuição dos mundos não se destacando esse ou aquele. Isso acontece por causa da posição em relação às outras

instâncias e o mundo exterior e pela natureza de cada instância, o que faz com que abriguem atividades e conseqüentemente gêneros diferentes. A Comunidade Local, como uma instância de borda, situa-se entre o universo interno e o universo externo da IPB, realizando um papel de expressão do que constitui o interior, por isso abriga a maior parte das atividades e gêneros ligadas ao ritual, pois é principalmente no mundo do ritual que o sagrado, fator que relevantemente identifica a comunidade discursiva religiosa, é traduzido, sendo seu principal meio de conquistar a adesão de novos membros. É nesta instância de borda que esse processo tem que acontecer. As outras instâncias desempenham um papel de supervisão, determinam os limites identitários, por outro viés, estão numa posição que não a fronteira com o mundo externo, abrigando assim atividades e gêneros que se encaixam nesse papel. Na relação entre instâncias, gêneros e mundos é que os sistemas da IPB se configuram, mostrando o desdobramento de um gênero sobre outro nas posições caracterizadas por cada instância, nas atitudes caracterizadas por cada mundo e nas funções desempenhadas por cada gênero.

2.2.3. Um percurso histórico sobre a IPB

Continuando a descrever a IPB, faz-se relevante uma descrição sumária de seu percurso histórico até os dias atuais.

2.2.3.1. Os primórdios

Conforme os escritos de Matos (2005), historiador oficial da IPB, as origens históricas mais remotas do presbiterianismo remontam aos primórdios da Reforma Protestante do século XVI. A Reforma teve início com o questionamento do catolicismo medieval feito pelo monge alemão Martinho Lutero a partir de 1517. Em pouco tempo, os seguidores desse movimento passaram a ser conhecidos como “luteranos” e a igreja que resultou do movimento foi denominada Igreja Luterana.

Poucos anos após o início da dissidência luterana na Alemanha, surgiu na região de língua alemã da vizinha Suíça, mais precisamente na cidade de Zurique, um segundo movimento de reforma protestante, frequentemente denominado “**Segunda Reforma**”. Esse movimento teve como líder inicial o sacerdote **Ulrico Zuínglio**, com propósitos mais contundentes que o movimento de Lutero, passou a ser conhecido como movimento reformado, e seus seguidores como “**reformados.**” Assim sendo, as igrejas derivadas do movimento autodenominaram-se **igrejas reformadas.**

Apesar do seu aparente radicalismo, Lutero e seus seguidores romperam com a igreja majoritária somente nos pontos em que viam conflitos irreconciliáveis. Especialmente nas noções relativas ao culto, os luteranos julgavam que era legítimo manter tudo aquilo que não fosse explicitamente proibido pela Bíblia. Já os reformados partiam de um princípio diferente, entendendo que só deviam abraçar aquilo que fosse claramente preconizado pelas Escrituras. Foi isso que os levou a uma ruptura maior com o catolicismo.

2.2.3.2. João Calvino e a construção da ideologia adotada pelo presbiterianismo

Após a morte de Zuínglio em 1531, o movimento reformado passou a ter um novo líder: **João Calvino**. Calvino nasceu em Noyon, nordeste da França, e ainda adolescente começou a estudar teologia e humanidades em Paris. Depois de um breve período em Orléans e Bourges, quando se dedicou ao estudo do direito, retornou a Paris para dar continuidade aos estudos humanísticos. Em 1532, publicou o seu primeiro livro, um comentário do tratado de Sêneca *De Clementia*.

O humanismo que empolgou os primeiros líderes das igrejas reformadas, Zuínglio e Calvino, marcou a transição entre a Idade Média e o período moderno. Uma das características marcantes desse movimento foi o interesse pela antiguidade clássica, o período áureo da civilização romana. Entre as obras clássicas que atraíam a atenção de muitos estava a Bíblia, particularmente o Novo Testamento. Isso levou ao surgimento de uma categoria específica de humanistas bíblicos devotados ao estudo das Escrituras em seus originais gregos e hebraicos. Em 1533, Calvino filiou-se ao movimento reformado. Forçado a fugir de Paris por causa das suas novas convicções, dirigiu-se para a cidade de Angoulême. Pouco depois, começou a escrever a sua obra mais significativa, a Instituição da Religião Cristã ou *Institutas*, obra que posteriormente assumiria o papel de fundar o sistema doutrinário adotado pelos presbiterianos, publicada em Basiléia em 1536. Em seguida, Calvino foi morar em Genebra.

Graças a sua produção teológica, entre outros fatores, Calvino exerceu uma poderosa influência e contribuiu para a disseminação do movimento reformado em muitos países. Em 1559, ele fundou a Academia de Genebra, que colaborou decisivamente para a formação de toda uma nova geração de líderes reformados.

Devido à importância desse reformador, um novo termo surgiu para designar os reformados: “**calvinistas**.”

Nas *Institutas*, comentários bíblicos, sermões, tratados e outros escritos que produziu, Calvino articulou um sistema de teologia cristã que ficou conhecido como calvinismo. Esse sistema incluía normas específicas, acerca da doutrina, do culto e da forma de governo das comunidades reformadas. A estrutura eclesiástica preconizava o governo das comunidades por presbíteros e a associação das igrejas em presbitérios regionais e em sínodos nacionais.

2.2.3.3. Jonh Knox e a consolidação do presbiterianismo como um movimento descendente do Calvinismo.

Especialmente importante para a fé reformada foi a introdução do calvinismo, nas Ilhas Britânicas. Nessa região é que surgiu o outro nome histórico associado ao movimento: “**presbiterianismo**”. Esse nome designava um grupo que era herdeiro do movimento reformado, e adepto do calvinismo e tinha, ao mesmo tempo, conotações teológicas e políticas. Os reis ingleses e escoceses eram firmes partidários do episcopalismo, ou seja, de uma igreja governada por bispos. Como esses bispos eram nomeados pela coroa, esse sistema favorecia o controle da igreja pelo estado. Assim sendo, a insistência dos reformados da Escócia e Inglaterra em uma igreja governada por presbíteros, eleitos pelos membros das comunidades e reunidos em concílios, era uma reivindicação de independência da igreja em relação ao Estado. Tal foi a origem histórica do termo “presbiteriano” ou “igreja presbiteriana.”

A Escócia se configura como berço do presbiterianismo. As primeiras igrejas presbiterianas surgiram com o retorno do líder **John Knox**, que passou alguns anos em Genebra como refugiado, tendo sido discípulo de Calvino, retornou ao seu país em 1559. No ano seguinte, o Parlamento aboliu o catolicismo e adotou a fé reformada (Confissão Escocesa). Em dezembro de 1560, reuniu-se a primeira geral da Igreja Presbiteriana Escocesa. Após a morte de Knox, Andrew Melville, outro ex-exilado em Genebra, tornou-se o principal defensor do sistema presbiteriano e de uma igreja autônoma do estado.

No reinado de Elizabete surgiram os **puritanos**, alguns dos quais sustentavam princípios presbiterianos. Em outras palavras, os puritanos eram todos calvinistas, mas nem todos aceitavam a forma de governo presbiteriana. O nome “puritanos” resultou da

insistência desses reformados em que a Igreja da Inglaterra fosse pura, ou seja, seguisse os moldes bíblicos em sua doutrina, culto e governo. Por causa de sua firme oposição ao episcopalismo e de sua luta pela reforma da igreja estatal inglesa, os puritanos foram objeto de forte repressão por parte de Elizabete. Seus sucessores, Tiago I e Carlos I, que governaram simultaneamente a Inglaterra e a Escócia, continuaram a opor-se aos puritanos.

No reinado de Carlos ocorreu um evento marcante na história do presbiterianismo. Esse rei tentou impor o episcopalismo na Igreja da Escócia e acabou envolvido em uma guerra contra os seus próprios súditos. Vendo-se em dificuldades, precisou convocar a eleição de um parlamento na Inglaterra, eleição essa que resultou em uma maioria parlamentar puritana. Dissolvido o parlamento, foi feita nova eleição, que tornou a eleger maioria puritana ainda mais expressiva. A consequência foi a guerra civil, que terminaria com a execução do rei. Esse parlamento puritano convocou a célebre Assembleia de Westminster (1643-1648), que produziu os “padrões presbiterianos” de culto, governo e doutrina. Quando esses documentos foram aprovados pelo parlamento, a Igreja da Inglaterra deixou de ser episcopal e tornou-se presbiteriana. Porém, depois que Carlos II tornou-se rei em 1660, houve a restauração do episcopado e seguiram-se vários anos de repressão contra os presbiterianos. Com o tempo, os padrões de Westminster tornaram-se os principais documentos teológicos adotados pelas igrejas reformadas em todo o mundo.

A partir de 1715, os “escocês-irlandeses” começaram a sua grande migração para os Estados Unidos. Até 1775, pelo menos 250 mil iriam cruzar o Atlântico.

2.2.3.4. A organização do presbiterianismo nos Estados Unidos

O calvinismo chegou à América do Norte com os puritanos ingleses que se radicaram em Massachusetts no início do século XVII. O primeiro grupo fixou-se em Plymouth em 1620 e o segundo fundou as cidades de Salem e Boston em 1630. Nas décadas seguintes, mais de 20 mil puritanos cruzaram o Atlântico em busca de liberdade religiosa e novas oportunidades. Todavia, esses calvinistas optaram pela forma de governo congregacional, não pelo sistema presbiteriano.

Muitos calvinistas que aceitavam a forma de governo presbiteriana vieram do continente europeu. Dentre os primeiros estavam os holandeses que fundaram Nova Amsterdã (depois Nova York) em 1623. Os huguenotes franceses também foram em

grande número para a América do Norte, fugindo da perseguição religiosa em sua pátria. Um numeroso contingente de reformados alemães igualmente emigrou para os Estados Unidos entre 1700 e 1770. Esses imigrantes formaram as suas próprias denominações e mais tarde muitos deles ingressaram na Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

Muitos presbiterianos escoceses foram diretamente da Escócia para os Estados Unidos nos primeiros tempos da colonização. Todavia, foram os escocês-irlandeses os principais responsáveis pela introdução do presbiterianismo naquele país. Durante o século XVIII, pelo menos 300 mil cruzaram o Atlântico. Eles se radicaram principalmente em Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia e nas Carolinas. No oeste da Pensilvânia, eles fundaram Pittsburgh, por muito tempo a cidade mais presbiteriana dos Estados Unidos. O Rev. Ashbel Green Simonton, o introdutor do presbiterianismo no Brasil, era descendente desses escocês-irlandeses da Pensilvânia.

2.2.3.5. A chegada do presbiterianismo ao Brasil e fundação da IPB

O protestantismo em geral e o presbiterianismo em particular só puderam estabelecer-se definitivamente no Brasil após a chegada da família real, em 1808. Em 1810, Portugal e a Inglaterra firmaram um Tratado de Comércio e Navegação cujo artigo XII pela primeira vez em nossa história concedeu liberdade religiosa aos imigrantes protestantes. Logo, muitos deles começaram a chegar de diversas regiões da Europa, inclusive reformados franceses, suíços e alemães.

O surgimento do presbiterianismo no Brasil resultou do pioneirismo e desprendimento do Rev. Ashbel Green Simonton. Nascido em West Hanover, na Pensilvânia, candidatou-se perante a Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, citando o Brasil como campo de sua preferência. Dois meses após a sua ordenação, embarcou para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1859, aos 26 anos de idade.

Em abril de 1860, Simonton dirigiu o seu primeiro culto em português. Em janeiro de **1862**, recebeu os primeiros conversos, sendo fundada a **Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro**, marcando, assim, o surgimento da IPB. No breve período em que viveu no Brasil, Simonton, auxiliado por alguns colegas, fundou o primeiro periódico evangélico do país (*Imprensa Evangélica*, 1864), criou o Presbitério do Rio de Janeiro (1865) e organizou um seminário (1867).

2.2.3.6. A IPB atualmente

Historicamente, o termo *presbiteriana* condensa em si duas ideias: uma que faz referência a sua forma de governo (por presbíteros) e outra que faz referência a sua ideologia (reformada/calvinista). Atualmente, a IPB é a maior e mais antiga denominação reformada do país. Estatística divulgada pela instituição em seu portal oficial na internet (www.ipb.org.br) aponta que a IPB possui 5.392 Igrejas e 1.011.300 membros distribuídos nas cinco regiões do Brasil, possuindo várias frentes de ação além dos templos, como, por exemplo, na educação, instituições de ensino voltadas, tanto aos conhecimentos da área teológica por meio de Seminários, Institutos Bíblicos e um Centro de Pós-graduação, quanto de outras áreas científicas e escolares, por meio de várias escolas, creches, e o Instituto Mackenzie que atua desde a Educação infantil até a Pós-graduação.

Saber sobre esses dados históricos e estatísticos da IPB torna-se relevante, na medida em que por meio deles pode-se ter uma ideia não só da origem e da ideologia (calvinismo) que a constitui como comunidade, como também da abrangência, de sua atuação e posição na sociedade brasileira.

Embora esses dados tenham seu valor em termos de contextualização, não é neles que se concentra nosso estudo e sim na descrição do interior da comunidade e da produção de seus gêneros.

Neste referencial teórico, temos um retrato panorâmico da comunidade, uma abordagem teórica sobre esse retrato e um conjunto de parâmetros e conceitos para a análise dos gêneros. A IPB é uma comunidade discursiva religiosa que produz determinados gêneros de texto que lhe servem como meios de construção de identidade e a teoria dos tipelementos nos dá os instrumentos necessários para a análise desses gêneros.

A seguir, passamos aos resultados da análise.

3. RESULTADOS

Nos capítulos anteriores, procuramos estabelecer uma contextualização panorâmica de todo o arcabouço que envolveu a pesquisa, na esperança de aproximar a apresentação dos resultados a seguir, de maneira que se possa compreender a natureza dos resultados obtidos.

3.1. Introdução aos resultados

Os gêneros por nós identificados, caracterizados e analisados ocorrem na vida cotidiana da comunidade da IPB e, portanto, têm uma natureza histórica, social, cultural, manifesta em atividades estruturadas discursivamente, o que pode sugerir que com o correr do tempo possam mudar suas características, assumir novas formas e até mesmo desaparecer, dando lugar a outros gêneros que virão a cumprir seu papel. Leva-se em conta regularidades, mas não se tem a ilusão da fixidez permanente. Para chegarmos à conclusão de que há ou não regularidades observáveis nas características dos gêneros, examinamos, para os casos em que há mais de um exemplar, um mínimo de cinco exemplares de cada gênero. Em casos como o da Constituição da IPB, só existe uma e, portanto, não há como trabalhar com mais de um exemplar.

No que se refere à caracterização tipológica, abordamos os gêneros verificando como se configuram à luz dos cinco parâmetros propostos por Travaglia, os quais já expusemos em nosso referencial teórico, mas convém destacar que esta caracterização mediante os cinco parâmetros concentrou-se nos seguintes aspectos e na seguinte ordem:

a) em relação às condições de produção estabelecemos a relação entre os gêneros na cadeia de produção que os interliga dentro dos sistemas de atividades e gêneros, a posição e relevância de locutor e alocutário, a correlação de gêneros por

alguma característica ou parâmetro que os aproxime, desempenhando as condições de produção um papel distintivo entre eles.

b) em relação ao conteúdo temático, identificamos qual é o tipo de informação que normalmente é veiculada pelo gênero;

c) em relação aos objetivos e/ou funções realizamos um apontamento elementar da função básica de cada gênero, já referida no quadro 2;

d) em relação à estrutura composicional, verificamos a disposição dos elementos; como se dá a composição desses gêneros por tipos (ocorrência de fusão, conjugação, intercâmbio), identificamos as partes da superestrutura, verificando quais tipos as realizam;

e) em relação às características da superfície linguística assinalamos a ocorrência/recorrência de itens lexicais e gramaticais que exercem funções caracterizadoras do gênero em sua relação com a via que caracteriza o mundo a que pertence;

Nossa atenção, inicialmente, como já dissemos, havia recaído apenas sobre a caracterização tipológica, porém, como muitas vezes acontece, o próprio processo da pesquisa nos leva a ver mais do que estávamos vendo no início. Houve em nosso percurso um acréscimo importante, a relação comunidade-gêneros-identidade que permitiu-nos partir da materialidade dos gêneros para sua natureza social e seu funcionamento dentro da comunidade discursiva. A busca por observar a relação comunidade-gêneros-identidade orientou a passagem pelo referencial teórico, que juntamente com a constituição do *corpus*, por meio dos procedimentos metodológicos, nos indicou o caminho que nos fez descobrir que os gêneros da IPB se organizam em quatro mundos, o supramundo, o administrativo, o do ritual e o social e que esses mundos se configuram como sistemas de gêneros. A partir disso, passamos a examinar as relações identitárias entre a comunidade e seus gêneros, conseguindo distinguir sob o parâmetro da identidade dois grupos de gêneros que classificamos como mais identitários e menos identitários. Fizemos essa distinção a partir da constatação que, dos gêneros utilizados pela IPB, nem todos constituem-se em objetos identitários num sentido mais estrito, pois alguns (os menos identitários) não apresentam fatores identitários relevantes à pesquisa, como evidenciar alguma característica tipológica que os ligue exclusivamente à IPB ou sejam propulsores de sua ideologia nos sistemas em que atuam; são gêneros que se originam de fontes diferentes das dos mais identitários,

compartilhados com outras comunidades discursivas e que ao serem utilizados na IPB não apresentam nenhum fator identitário mais significativo, apenas exercem papéis secundários em relação à identidade. A listagem dos que consideramos mais ou menos identitários aparece abaixo no Quadro 6.

Quadro 6: Relação dos gêneros agrupados como mais e menos identitários

Mais identitários	Menos identitários
Confissão de fé	Digesto ²
Catecismo	Planilha orçamentária
Constituição	Ata
Estatuto	Relatório
Código de disciplina	Convite
Princípios de liturgia	Aviso
Resolução;	Programa de culto
Carta pastoral;	
Moto;	
Sermão;	
Benção apostólica;	
Batismo;	
Pública profissão de fé;	
Hinos;	
Oração Dominical;	
Ordenação;	
Celebração da Santa Ceia;	
Lição de discipulado;	
Logomarca;	
Artigo Pastoral;	

Em relação aos menos identitários, cremos que a caracterização básica apresentada no quadro 1 já seja suficiente para referi-los. Quanto aos mais identitários, julgamos necessária uma caracterização mais detida a qual passamos a expor.

² O gênero *Digesto* é apenas um resumo das resoluções do Supremo Concílio.

3.2. O supramundo

Este, que já definimos como um mundo que agrupa gêneros anteriores ao surgimento da comunidade e cujo recobrimento abrange todas as atividades e outros gêneros que ela produz, pontua-se como um forte fator identitário.

3.2.1. A primeira referência textual do supramundo: a Bíblia, seus gêneros e atividades, e sua influência identitária sobre os gêneros e atividades da IPB.

Não é difícil perceber, ao participar do ambiente de qualquer comunidade cristã a relevância dos escritos bíblicos em seu interior. Na IPB, a Bíblia parece ser uma espécie de alicerce ideológico, de fonte primária de onde a comunidade procura extrair os subsídios que originam e fundamentam suas práticas sociais (sistemas de atividades e de gêneros) e seu sistema de crenças (ideologia), ou seja, dentre as características identitárias que a IPB procura estabelecer para si, a reprodução/refração de formas e conteúdos bíblicos ocupa posição importante. Demonstramos a seguir algumas relações entre excertos bíblicos e atividades e gêneros produzidos na IPB que podem exemplificar melhor o que estamos afirmando.

(5)

O excerto bíblico à esquerda é a parte final de uma das cartas do apóstolo São Paulo. À direita temos um exemplar do gênero bênção apostólica, ocorrente na IPB em seus cultos públicos.	
<p>[...]11- Quanto ao mais, irmãos, regozijai-vos, sede perfeitos, sede consolados, sede de um mesmo parecer, vivei em paz; e o Deus de amor e de paz será convosco.</p> <p>12- Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo.</p> <p>13- Todos os santos vos saúdam.</p> <p>14- A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com todos vós. Amém.(BÍBLIA SAGRADA,² Coríntios 13:11-14)(grifo nosso)</p>	<p>Que a graça de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, o amor de Deus Pai, a comunhão e as consolações do Espírito Santo sejam convosco e com todo o povo de Deus espalhado pela face da terra, hoje e sempre. Amém.(Transcrição de gênero oral)</p>

Ao observarmos a similaridade entre o proferimento do autor bíblico e o gênero da IPB, tomando como critério, além da similaridade lexical, o objetivo de ambos (encomendar os fiéis à proteção divina), parece-nos razoável afirmar que o modo como o apóstolo finalizava suas epístolas deu origem a um gênero do mundo do ritual da IPB, o que, por sua vez, nos faz inferir que se não existisse o referido texto bíblico, muito provavelmente esse gênero também não existiria dessa forma. Há uma relação de “determinação” já que na ausência do texto bíblico os gêneros da IPB não seriam como são. Pode-se dizer que há uma dependência e consequentemente uma determinação entre o excerto bíblico e o gênero da IPB que permite afirmar que o segundo tem suas raízes no primeiro, dele provindo. Essa espécie de determinação não incide apenas sobre o gênero, mas também sobre a atividade em que o gênero ocorre, pois esta é formatada por ele. Ou seja, é fator caracterizador da atividade culto que ocorra a enunciação do gênero bênção apostólica, o qual deriva da fonte primária do discurso, das atividades e gêneros da IPB, a Bíblia. Veja-se que o nome “bênção apostólica”, remete à sua origem na fala dos apóstolos e na bênção que estes davam aos fiéis em suas cartas.

É possível perceber também, por meio deste e outros exemplos, que há uma relação de determinação ideológica entre a Bíblia e a IPB. Se retomarmos o texto bíblico citado acima e compararmos com o preâmbulo da constituição da IPB podemos observar essa relação:

(6)

PREÂMBULO

Em nome do **Pai**, do **Filho** e do **Espírito Santo**, nós, legítimos representantes da Igreja Cristã Presbiteriana do Brasil, reunidos em Supremo Concílio, no ano de 1950, com poderes para reforma da Constituição, investidos de toda autoridade para cumprir as resoluções da legislatura de 1946, depositando toda nossa confiança na bênção do Deus Altíssimo e tendo em vista a promoção da **paz**, disciplina, **unidade** e edificação do povo de Cristo, elaboramos, decretamos e promulgamos para glória de Deus a seguinte:

Obviamente, não é aleatória a ocorrência em ambos (texto bíblico e Constituição) de termos como, *paz, unidade (mesmo Parecer), Pai, filho (Senhor e Salvador Jesus Cristo) e Espírito Santo*. A recorrência desses termos evidencia que visões de mundo bíblicas como a crença na existência da Trindade (Pai, Filho, Espírito Santo); a postulação de valores como paz e unidade, são incorporados pela IPB, buscando esta alinhar seu dizer com o que é dito na Bíblia e seu fazer com o que é

relatado e recomendado na Bíblia. Nesse sentido, a IPB não visa fundar um discurso próprio, mas identificar-se prioritariamente como uma comunidade bíblica, como ela mesma afirma no primeiro artigo de sua constituição:

(7)

CAPÍTULO I

NATUREZA, GOVERNO E FINS DA IGREJA

Art.1 –A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de Igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamento e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve; rege-se pela presente Constituição; é pessoa jurídica, de acordo com as leis do Brasil, sempre representada civilmente pela sua Comissão Executiva e exerce o seu governo por meio de Concílios e indivíduos, regularmente instalados.

Art.2 – A Igreja Presbiteriana do Brasil tem por fim prestar culto a Deus, em espírito e verdade, **pregar o Evangelho**, batizar os conversos, seus filhos e menores sob sua guarda e **“ensinar os fiéis a guardar a doutrina e prática das Escrituras do Antigo e Novo Testamentos**, na sua pureza e integridade, bem como promover a aplicação dos princípios de fraternidade cristã e o crescimento de seus membros na graça e no conhecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

Outros exemplos da relação determinativa entre a Bíblia e a IPB: o uso de eleição para cargo de oficiais eclesiásticos. Neste caso, é uma atividade que está sendo refratada.

(8)

Exemplo bíblico:

[...] E, promovendo-lhes, em cada igreja, a eleição de presbíteros, depois de orar com jejuos, os encomendaram ao Senhor em quem haviam crido. (Atos dos apóstolos 14:23)

Refração na IPB

Art.9 – A assembleia geral da Igreja constará de todos os membros em plena comunhão e se reunirá ordinariamente, ao menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, convocada pelo Conselho, sempre que for necessário, regendo-se pelos respectivos estatutos.

§ 1º - Compete à assembleia:

a) eleger pastores e oficiais da Igreja;

Ao estabelecer a eleição como modo de distribuir os cargos de oficiais, a IPB está estabelecendo sua identidade em relação à forma de governo, prescindindo de outros sistemas como, por exemplo, a nomeação direta por superiores, comum no

sistema episcopal, e esse prescindir não ocorre por outra razão a não ser pelo fato de a Bíblia registrar uma passagem onde se realizam eleições para presbíteros, o que, novamente, mostra a relação de determinação entre a Bíblia e a IPB.

Mais um exemplo dessa determinação pode ser percebido nos atos de reunir-se para celebração da Santa Ceia e prática do sermão.

(9)

Excerto bíblico:

20.7 No primeiro dia da semana, estando nós reunidos com o fim de partir o pão, Paulo, que devia seguir viagem no dia imediato, **exortava-os e prolongou o discurso até à meia-noite**. (Atos dos Apóstolos 20.7 Grifo nosso)

Refração na IPB:

A prática descrita na passagem bíblica como reunir-se no primeiro dia da semana para partir o pão, possui similaridade com a atividade do mundo do ritual da IPB da celebração da Santa Ceia que acontece aos domingos no culto público, aliada à prática do sermão que se assemelha à exortação por meio de um discurso. Novamente encontramos na bíblia uma base que origina atividades e gêneros da IPB.

Há em nossa pesquisa a percepção de que alguns gêneros como a oração dominical podem ser caracterizados como uma réplica *ipsis litteris* de um gênero da Bíblia, contudo, a maior parte dos exemplos sugere não uma relação de réplica, mas uma relação de referência em que para cada gênero ou atividade existente na IPB haja um correlato bíblico que justifica sua existência. Há na Bíblia a ocorrência de gêneros correlatos de gêneros da IPB como cânticos (salmos), orações, sermões, cartas, instruções quanto ao batismo, etc. A identificação mais detalhada dessa relação demandaria um estudo comparativo talvez mais extenso do que o próprio trabalho que estamos apresentando, assim, prescindimos de maiores detalhamentos dessa relação, entre outros exemplos que não julgamos necessário trazer a estas páginas, por compreendermos que temos no apresentado até aqui o suficiente para ilustrar a pertinência de se propor uma relação determinativa da Bíblia sobre a IPB atuando como integrante de seu supramundo sociocomunicativo, configurando-se nele como um protodiscurso que é refratado pela IPB nos seus outros três mundos, por meio dos sistemas de gêneros e atividades que neles produz. Consequentemente, isto configura a

IPB como um espaço de reprodução do discurso bíblico e situa sua identidade também nesta relação.

3.2.2. Caracterização e análise da segunda referência textual do supramundo: a Confissão de fé, o paradigma de interpretação da Bíblia.

O excerto em (11) contém dois capítulos da confissão de fé que podem exemplificar a construção de visões de mundo que se tornam identidade para a IPB na medida em que esta toma o texto da confissão de fé como um paradigma ideológico cujo atributo é ser a interpretação ideal da Bíblia, conforme proposto na Constituição da IPB (Cf. excerto em 10)

(10)

Art.1 - A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de Igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamento e **como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve**; rege-se pela presente Constituição; é pessoa jurídica, de acordo com as leis do Brasil, sempre representada civilmente pela sua Comissão Executiva e exerce o seu governo por meio de Concílios e indivíduos, regularmente instalados.

A interpretação bíblica assumida na Confissão de fé delimita as fronteiras de como o discurso bíblico deve ser compreendido.

(11)

CAPÍTULO II DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Ref. Deut. 6:4; I Cor. 8:4, 6; I Tess. 1:9; Jer. 10:10; Jó 11:79; Jó 26:14; João 6:24; I Tim. 1:17; Deut. 4:15-16; Luc. 24:39; At. 14:11, 15; Tiago 1:17; I Reis 8:27; Sal. 92:2; Sal. 145:3; Gen. 17:1; Rom. 16:27; Isa. 6:3; Sal. 115:3; Exo3:14;

Ef. 1:11; Prov. 16:4; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; I João 4:8; Exo. 36:6-7; Heb. 11:6; Nee. 9:32-33; Sal. 5:5-6; Naum 1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.

Ref. João 5:26; At.7:2; Sal.119:68; I Tim. 6: 15; At - .17:24-25; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; Heb. 4:13; Rom. 11:33-34; At.15:18; Prov. 15:3; Sal. 145-17; Apoc. 5: 12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Ref. Mat. 3:16-17; 28-19; II Cor. 13:14; João 1:14, 18 e 15:26; Gal. 4:6.

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

I. Ao princípio aprouve a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

Ref. Rom. 9:36; Heb. 1:2; João 1:2-3, Rom. 1:20; Sal. 104:24; Jer. 10: 12; Gen. 1; At.17:24; Col. 1: 16; Exo. 20: 11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Ref. Gen. 1:27 e 2:7; Sal. 8:5; Ecl. 12:7; Mat.10:28; Rom. 2:14, 15; Col. 3:10; Gen. 3:6.

Com relação às condições de produção, a Confissão de Fé de Westminster é um gênero que resulta de uma assembleia de 121 teólogos que, conforme já expusemos, se reuniram por ordem do parlamento inglês, de julho de 1645 a dezembro de 1646 com fim de elaborar um documento que determinasse os padrões da Igreja Inglesa e que veio a ser adotado pela IPB. Além da Confissão de Fé, a assembleia de Westminster também produziu como meio de exercitar os conhecimentos registrados na Confissão de Fé, dois gêneros em forma de questionário, os Catecismos Maior e Breve. A Confissão de Fé é um gênero que, em sua origem, teve o objetivo de estabelecer os padrões eclesiásticos britânicos e que ao ser adotado pela IPB, exerce nela um objetivo similar, o de estabelecer as características eclesiásticas da IPB. Seu funcionamento na IPB é o de ser um escopo de interpretação da Bíblia. Isso faz da Confissão de Fé um gênero determinante para a identidade, pois não será admissível uma interpretação da Bíblia que fuja ao seu escopo, pelo menos não será vista como uma interpretação legítima para a IPB. Nesse sentido, a Confissão de fé é na IPB um gênero de seu supramundo que lhe serve como alicerce ideológico que fornece o subsídio identitário cujo conteúdo determina qual interpretação deve-se dar à Bíblia, o que, por sua vez determina o que se deve saber para crer e como se deve crer, isto, por sua vez determinará o que se deve fazer e como se deve fazer. O fazer depende do crer; o fazer e o crer dependem do saber e o saber se estabelece sob o escopo da interpretação da Bíblia que se tem na confissão de fé. Dessa maneira, a Confissão de fé se institui na IPB como um parâmetro para organização do mundo administrativo, do mundo do ritual e do mundo social, e também terá seu conteúdo refratado nesses mundos, configurando parte significativa da identidade em sua dimensão ideológica, produzindo visões de mundo, a partir da configuração do sagrado, sobre quem é Deus, quem é o homem, como deve pensar e agir o sujeito crente nas sagradas escrituras, o que são rituais como o culto público, a oração, a leitura da Bíblia, a pregação, o que é igreja, etc.

Embora com esse atributo, a Confissão de fé não tem o mesmo caráter protodiscursivo que tem a Bíblia, mas é uma interpretação dela, sendo, assim como os gêneros produzidos na IPB, também uma refração desse protodiscurso.

Quanto ao **conteúdo temático**, o da Confissão de fé se estabelece sempre como um paradigma de posicionamento interpretativo da Bíblia em relação a temas diversos pertinentes ao mundo discursivo religioso.

O **objetivo/função** é o de instituir os paradigmas do sagrado crível à luz da interpretação da Bíblia.

Na **estrutura composicional**, quanto à disposição dos elementos e extensão do gênero, a Confissão de fé é um gênero relativamente extenso, possui 35 capítulos, cada capítulo corresponde a um tema. Os temas se desdobram em incisos; cada inciso consiste em duas partes: asserção paradigmática, em que se enuncia o ponto de fé, e referência, em que se apresenta as passagens bíblicas que sustentam este ponto de fé.

(12)

[tema]

CAPITULO IV
DA CRIAÇÃO

[Inciso]

I. **[asserção paradigmática]** Ao princípio aprouve a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

[Referência]Ref. Rom. 9:36; Heb. 1:2; João 1:2-3, Rom. 1:20; Col. 1: 16; Exo. 20: 11.

Quanto à composição por tipos, apresenta fusão entre os tipos dissertativo e argumentativo *stricto sensu*, e também do mundo comentado, o que coloca o produtor na perspectiva do conhecer/saber, abstraído do tempo e do espaço e na perspectiva do comprometimento com o que diz, tendo a imagem do interlocutor simultaneamente como ser pensante e como alguém que não concorda com ele, instaurando o discurso da transformação, mobilizando argumentos para fazer com que o interlocutor passe a ser seu cúmplice.

Quanto à superestrutura, compõe-se sempre das seguintes partes que aparecem recursivamente em toda a Confissão de fé:

Anúncio do tema (tema) – comentário(asserção paradigmática) – argumento(referências)

Comentário e argumento podem aparecer várias vezes para o mesmo tema. No que se refere às **características da superfície linguística**, as vezes estabelecer a relação entre marcas linguísticas e propriedades da categoria de texto pode se tornar uma tarefa bastante complexa, em função dos elementos caracterizadores de cada categoria, como a

maneira como se estabelecem locutor e alocutário em relação ao conteúdo, a relação entre o tempo da enunciação e o referencial, as características que distinguem tipo e gênero, etc. dependendo do nível que está sendo levado em consideração, a caracterização de um mesmo enunciado pode variar, por isso lembramos que as considerações que estamos fazendo sobre a superfície linguística levam mais em conta o nível do texto do que o nível da frase.

No que tange ao gênero Confissão de Fé, notamos que é um gênero necessariamente dissertativo. Mesmo com algumas inserções de pretérito perfeito como em (13), parece-nos correto afirmar que trata-se de dissertação e não narração. Chegamos a essa caracterização considerando que a confissão de fé é um gênero cuja função se funda em instituir o sagrado por meio de verdades eternas a serem conhecidas e cridas, o que o insere num discurso do conhecer/saber, abstraído do tempo e do espaço, caracterizando o tipo dissertativo. A nosso ver, nesse caso, sobrepõe-se o que caracteriza o nível do texto ao que caracterizaria o enunciado isoladamente no nível da frase. Sendo, pois, a Confissão de fé um gênero necessariamente dissertativo, as inserções de pretérito perfeito que nele ocorrem também assumem um papel dissertativo. Ao inserir-se no gênero Confissão de fé, o enunciado de (13) é tão dissertativo quanto os de (14) e (15).

(13) Depois de haver feito as outras criaturas, Deus **criou** o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e **dotou**-as de inteligência.

(14) **Há** um só Deus vivo e verdadeiro.

(15) Ele **é** um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões.

O argumentativo *stricto sensu* funde-se ao dissertativo nesse gênero, sendo marcado pela citação de referências bíblicas das quais poderá ser inferida a verdade eterna que está sendo afirmada. Tais referências são uma espécie de aporte argumentativo que visa convencer o alocutário da autenticidade do que está sendo dito. Ocorre sempre por meio da abreviatura de capítulos e versículos da Bíblia.

Ao caracterizar o supramundo da IPB, dissemos que este se caracteriza por estabelecer o sagrado por diversas vias. A referida diversidade de vias se dá em função da variedade de gêneros que a Bíblia, principal referência textual do supramundo comporta. Ao caracterizar a Confissão de fé, que não é um gênero bíblico, mas integra o

supramundo da IPB, verificamos que a via ou atitude comunicativa que a caracteriza é dupla, sendo uma normativa, porém não pela prescrição injuntiva, mas pela asserção dissertativa que institui um conhecimento onitemporal, irrefutável, e outra performática, que resulta da credibilidade do locutor, a saber, um grupo de teólogos nomeados para a tarefa de elaborar a Confissão de fé, o qual está autorizado por sua posição a afirmar as verdades eternas. Isso explica, por exemplo, por que os enunciados que compõem o gênero sejam realizados preferencialmente por orações declarativas, fazendo a ênfase da interação recair sobre o conteúdo e o locutor. Portanto, podemos concluir no que tange ao parâmetro das marcas da superfície linguística da confissão de fé, que o que a caracteriza é o predomínio do presente do indicativo na maior parte dos enunciados, com algumas inserções de pretérito perfeito, por meio de orações declarativas, a serviço do tipo dissertativo e da utilização de abreviaturas de referências bíblicas a serviço do argumentativo, e esse processo se dá em função das características do gênero à luz dos outros parâmetros e da via comunicativa que este instaura ao situar-se no supramundo da IPB.

3.2.3. Caracterização e análise da terceira referência do supramundo: os Catecismos de Westminster: via didática para a ratificação de paradigmas

Como se pode observar no exemplo a seguir, o Catecismo de Westminster se organiza em perguntas e respostas.

(16)

Catecismo Maior

P. 1. Qual é o fim supremo e principal do homem?

Resposta. O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre.

Ref. Rom. 11:36; 1 Cor. 10:31; Sal. 73:24-26; João 17:22-24.

P. 2. Donde se infere que há um Deus?

R. A própria luz da natureza no espírito do homem e as obras de Deus claramente manifestam que existe um Deus; porém só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficazmente aos homens para a sua salvação

Ref. Rom. 1:19-20; 1 Cor. 2:9-10; II Tim. 3,15-17.

P. 3. Que é a Palavra de Deus?

R. As Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamento, são a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática.

Ref. II Tim. 3:16; 11 Pedro 1:19-21; Isa. 8:20; Luc. 16:29, 31; Gal. 1:8-9.

P. 4. Como se demonstra que as Escrituras são a Palavra de Deus?

R. Demonstra-se que as Escrituras são a Palavra de Deus - pela majestade e pureza do seu conteúdo, pela harmonia de todas as suas partes, e pelo propósito do seu conjunto, que é dar toda a glória a Deus; pela sua luz e pelo poder que possuem para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para a salvação. O Espírito de Deus, porém, dando testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas no coração do homem, é o único capaz de completamente persuadi-lo de que elas são realmente a Palavra de Deus.

Ref. Os. 8:12; 1 Cor. 2:6-7; Sal. 119:18, 129, 140; Sal. 12:6; Luc. 24:27; At. 10:43 e 26:22; Rom. 16:25-27; At. 28:28; Heb. 4:12; Tiago 1:18; Sal. 19:7-9; Rom. 15:4; At. 20:32; João 16:13-14.

P. 5. Que é o que as Escrituras principalmente ensinam?

R. As Escrituras ensinam principalmente o que o homem deve crer acerca de Deus e o dever que Deus requer do homem.

Ref. João 20:31; 11 Tim. 1:13.

P. 6. Que revelam as Escrituras acerca de Deus?

R. As Escrituras revelam o que Deus é, quantas pessoas há na Divindade, os seus decretos e como Ele os executa.

Ref. Mas. 3:16-17; Isa. 46:9-10; At. 4:27-28,

P. 7. Quem é Deus?

R. Deus é espírito, em si e por si infinito em seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; todo-suficiente, eterno, imutável, insondável, onipresente, infinito em poder, sabedoria, santidade, justiça, misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade.

Ref. João 4:24; Exo. 3:14; Job. 11:7-9; At. 5:2; I Tim. 6:15; Mat. 5:48; Rom. 11:35-36 Sal. 90:2 -145:3 e 139:1, 2, 7; Mal. 2:6; Apoc. 4:8; Heb. 4:13; Rom. 16:27; Isa. 6:3; Deut. 32:4; Exo. 34:6.

(17)

Breve catecismo

P. 4. Quem é Deus?

R. Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade.

Ref. Jo 4:24; Ex 3:14; Sl 145:3; 90:2; Tg 1:17; Rm 11:33; Gn 17:1, Ap 4:8; Ex 34:6-7.

Iniciando pelas **condições de produção**, o gênero Catecismo também resulta da Assembleia de Westminster, o que o assemelha à Confissão de fé quanto ao parâmetro das condições de produção, e é um gênero a serviço do exercício de conhecimento dos

paradigmas interpretativos da Confissão de Fé, portanto, também se apresenta como escopo interpretativo da Bíblia, assemelhando-se a ela também no conteúdo temático. O parâmetro que parece permitir uma melhor distinção entre esses dois gêneros é a estrutura composicional, pelo qual pode-se observar os catecismos variando na forma em relação à Confissão de Fé, visando o interlocutor, desejando produzir para este maior facilidade de compreensão dos paradigmas da Confissão de Fé, revelando assim uma via didática. O Catecismo de Westminster possui duas versões, uma mais resumida, chamada de Breve Catecismo e outra mais ampla, chamada de Catecismo Maior.

Quanto ao **conteúdo temático**, os catecismos veiculam uma espécie de didatização dos paradigmas sagrados referidos na Confissão de fé.

O **objetivo/função** é o de exercitar/memorizar o conhecimento dos paradigmas sagrados referidos na Confissão de fé.

Estrutura composicional: como dissemos, este parâmetro pode favorecer a distinção entre a confissão de fé e os catecismos a partir da forma como o texto de ambos é organizado.

No que tange à disposição dos elementos, os elementos constituintes do texto do Catecismo distribuem-se invariavelmente da seguinte forma: interrogação, resposta e referência. Numa comparação com a Confissão de fé, o Catecismo traz o tema em forma de pergunta, a asserção paradigmática é realizada na resposta e a referência faz o papel de aproximado do feito na Confissão de fé. Essa pequena variação na forma de introdução ao tema acrescenta uma nuance didática distintiva em relação à Confissão de fé, pois situa locutor e alocutário em posições bem definidas na cena enunciativa, sendo o locutor o detentor e o alocutário o adquirente do conhecimento inquirido na pergunta, asserido na resposta e reforçado nas referências. Há a presença do alocutário, mas não há enunciação deste. Na composição por tipos, à semelhança da Confissão de fé, fundem-se o dissertativo e o argumentativo, porém, agora, em função da nuance didática, temos o alocutário instaurado como ser pensante, como alguém que toma conhecimento da verdade afirmada, caracterizando o dissertativo, mas que, como adquirente do conhecimento, concorda com o que o locutor diz, denotando o discurso da cumplicidade, portanto o argumentativo neste caso é o não *stricto sensu*, que se caracteriza nas abreviaturas, que fazem um papel de fonte de informação e não de

aporte que visa convencer o alocutário. A superestrutura compõe-se recursivamente de três partes:

Indagação retórica, asserção paradigmática, referência

Quanto às **características da superfície linguística**, o Catecismo é itemizado em números. A interrogativa que aparece como forma de anúncio do tema de cada item caracteriza uma interação que apela para o interlocutor, porém é uma caracterização falsa, pois a configuração do gênero trazendo também a resposta para a pergunta feita, sendo tanto a pergunta como a resposta enunciadas pelo mesmo locutor, sugere um caráter monológico. O parâmetro das características da superfície linguística parece ser o que mais assemelha o Catecismo à Confissão de Fé. Ao observarmos a parte das respostas podemos perceber um processo linguístico caracterizado pela preferência por orações declarativas, predominância do presente do indicativo por meio do tipo dissertativo e uso de abreviaturas como fonte de informação a serviço do argumentativo não *stricto sensu*, o que assemelha-se à Confissão de fé, a não ser pelo fato de o argumentativo não ser o *stricto sensu*, conforme já esclarecemos anteriormente. Dessa forma, em relação às características da superfície linguística, o Catecismo apresenta o mesmo padrão da Confissão de Fé. Tal semelhança pode ser observada nos exemplos abaixo: a pergunta número 7 do Catecismo que aparece no exemplo (18) e o capítulo II, inciso I da Confissão de fé (19) em que negritamos os elementos que se repetem nos dois:

(18)

P. 7. Quem é Deus?

R. Deus é espírito, em si e por si infinito em seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; todo-suficiente, eterno, imutável, insondável, onipresente, infinito em poder, sabedoria, santidade, justiça, misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade.

Ref. João 4:24; Exo. 3:14; Jó. 11:7-9; At. 5:2; I Tim. 6:15; Mat. 5:48; Rom. 11:35-36 Sal. 90:2 -145:3 e 139:1, 2, 7; Mal. 2:6; Apoc. 4:8; Heb. 4:13; Rom. 16:27; Isa- 6:3; Deut. 32:4; Exo. 34:6.

(19)

CAPÍTULO II

DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é **infinito** em seu ser e perfeições. Ele é **um espírito** puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é **imutável**, imenso, **eterno**, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e **imutável**. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, **longânimo**, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Ref. Deut. 6:4; I Cor. 8:4, 6; I Tess. 1:9; Jer. 10:10; **Jó 11:7-9**; Jó 26:14; João 6:24; I Tim. 1:17; Deut. 4:15-16; Luc. 24:39; At. 14:11, 15; Tiago 1:17; I Reis 8:27; Sal. 92:2; **Sal. 145:3**; Gen. 17:1; **Rom. 16:27**; Isa. 6:3; Sal. 115:3; **Exo3:14**; Ef. 1:11; Prov. 16:4; **Rom. 11:36**; Apoc. 4:11; I João 4:8; Exo. 36:6-7; Heb. 11:6; Nee. 9:32-33; Sal. 5:5-6; Naum 1:2-3.

3.3. O mundo administrativo

Ao mundo administrativo cabe a função de normatizar as relações institucionais e organizacionais da comunidade.

3.3.1. Caracterização e análise da Constituição

A constituição da IPB é um gênero de grande extensão, mas em (20) transcrevemos seu início para podermos falar de modo mais concreto de suas características.

(20)

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL CAPÍTULO I

NATUREZA, GOVERNO E FINS DA IGREJA

Art.1 - A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de Igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamento e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve; rege-se pela presente Constituição; é pessoa jurídica, de acordo com as leis do Brasil, sempre representada civilmente pela sua Comissão Executiva e exerce o seu governo por meio de Concílios e indivíduos, regularmente instalados.

Art.2 - A Igreja Presbiteriana do Brasil tem por fim prestar culto a Deus, em espírito e verdade, pregar o Evangelho, batizar os conversos, seus filhos e menores sob sua guarda e “ensinar os fiéis a guardar a doutrina e prática das Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, na sua pureza e integridade, bem como promover a aplicação dos princípios de fraternidade cristã e o crescimento de seus membros na graça e no conhecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

Art.3 - O poder da Igreja é espiritual e administrativo, residindo na corporação, isto é, nos que governam e nos que são governados.

§ 1º - A autoridade dos que **são** governados é exercida pelo povo reunido em assembleia, para:

- a) eleger pastores e oficiais da Igreja ou pedir a sua exoneração;
- b) pronunciar-se a respeito dos mesmos, bem como sobre questões orçamentárias e administrativas, quando o Conselho o solicitar;
- c) deliberar sobre a aquisição ou alienação de imóveis e propriedades, tudo de acordo com a presente Constituição e as regras estabelecidas pelos Concílios competentes.

§ 2º - A autoridade dos que governam é de ordem e de jurisdição. É de ordem, quando exercida por oficiais, individualmente, na administração de sacramentos e na impetração da bênção pelos ministros e na integração de Concílios por ministros e presbíteros. É de jurisdição, quando exercida coletivamente por oficiais, em Concílios, para legislar, julgar, admitir, excluir ou transferir membros e administrar as comunidades.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS

Art.4 - A Igreja local é uma comunidade constituída de crentes professos juntamente com seus filhos e outros menores sob sua guarda, associados para os fins mencionados no **Art.2** e com governo próprio, que reside no Conselho. § 1º - **Ficarão** a cargo dos Presbitérios, Juntas Missionárias ou dos Conselhos, conforme o caso, comunidades que ainda não podem ter governo próprio.

§ 2º - Essas comunidades **serão** chamadas pontos de pregação ou congregações, conforme o seu desenvolvimento, a juízo do respectivo Concílio ou Junta Missionária.

§ 3º - Compete aos Presbitérios ou Juntas Missionárias providenciar para que as comunidades que tenham alcançado suficiente desenvolvimento, se organizem em Igrejas.

Art.5 - Uma comunidade de cristãos **poderá** ser organizada em Igreja, somente quando oferecer garantias de estabilidade, não só quanto ao número de crentes professos, mas também - quanto aos recursos pecuniários indispensáveis à manutenção regular de seus encargos, inclusive as causas gerais e disponha de pessoas aptas para os cargos eletivos.

Art.22 - Enquanto não se tornar efetiva a transferência, continuarão crente sob a jurisdição da autoridade que expediu acarta.

§ 1º - Se a autoridade eclesiástica tiver motivo para recusar-se a admitir qualquer pessoa, **deverá** devolver acarta de transferência a quem a expediu, acompanhada das razões porque assim procede.

§ 2º - O crente que não for normalmente transferido para a Igreja da localidade em que reside há mais de um ano, **deve** ser, via de regra, arrolado nesta por jurisdição ex-officio; todavia, a jurisdição será assumida em qualquer tempo, desde que o referido crente deva ser disciplinado.

Art.33 - O ministro **poderá** ser designado pastor-efetivo, pastor-auxiliar, pastor-evangelista e missionário.

Os ministros **poderão** ser designados para exercer funções na imprensa, na beneficência, no ensino ou em qualquer outra obra de interesse eclesiástico. Em

qualquer destes cargos terão a superintendência espiritual dos que lhes forem confiados.

Art.38 - A atividade do ministro *deve* ser superintendida pelo Presbitério, ao qual, anualmente, prestará relatório dos seus atos.

A **respeito das condições de produção**, a necessidade de produção da Constituição acontece em razão da inserção da IPB na sociedade civilmente organizada, à luz de que ao admitir-se como um ente dessa sociedade, precisa atender também a determinações que lhe são próprias, e é nesse viés que reside seu caráter institucional, na imersão da IPB na sociedade civil, configurando-se assim também como item das condições de produção da Constituição essa imersão.

Dos contingentes que são atendidos pela IPB na produção da sua Constituição está a institucionalização de suas crenças, de suas práticas, de suas normas delimitando definitivamente fronteiras identitárias em diversos níveis de relações intra e extra comunitárias. Em função dessas características das condições de produção, infere-se que esse gênero prevê como primeiro alocutário os membros da comunidade e em um segundo plano a sociedade civil.

A Constituição, à semelhança de outros gêneros da IPB, é única e por isso tem características mais permanentes. É a partir de sua promulgação que se funda o caráter institucional da IPB. As condições de produção têm, pois, forte influência na caracterização desse gênero. A Constituição atual da IPB resulta de uma reunião do Supremo Concílio no ano de 1950 realizada com o fim exclusivo de produzi-la e é uma reforma de uma constituição anterior. Evoca a autoridade de quem a produziu, para que tenha um efeito legislativo eficiente sobre a comunidade. Sua autenticidade para a comunidade via condições de produção está ancorada no evento/atividade de sua produção e na Instância do Supremo Concílio que se configura como seu produtor.

O **conteúdo temático** da Constituição refere-se sempre a uma regulamentação legislativa das características da IPB.

O **objetivo/função** da Constituição é instituir uma regulamentação legislativa das características da IPB.

No parâmetro da **estrutura composicional**, temos que a disposição dos elementos da Constituição se dá em capítulos, seções, artigos, parágrafos, e alíneas sendo que seções, parágrafos e alíneas podem ou não aparecer.

a) Composição por tipos

Parece-nos pertinente afirmar que, de forma geral a caracterização mais adequada para descrever a tipologia da Constituição é considerar os enunciados como sendo injuntivos, que variam entre os subtipos ordem e prescrição. Como referido no quadro 3, é item caracterizador da prescrição o locutor considerar-se com maior saber que o alocutário, e da ordem, considerar-se o locutor superior ao alocutário na hierarquia social, que no caso é a hierarquia interna da IPB. É ainda característica da ordem, determinar um fazer, e da prescrição, determinar uma forma de fazer.

O que compatibiliza esta caracterização com o objetivo básico da Constituição é o fato de que a determinação de fazeres e formas de fazer por meio de ordens e prescrições institui o conjunto de características que regulam o que constitui a IPB como comunidade inserida na organização civil como instituição.

Podemos considerar como ordem os elementos do trecho transcrito em (21) abaixo.

(21)

Art.36 - São atribuições do ministro que pastoreia Igreja:

- a) orar com o rebanho e por este;
- b) apascentá-lo na doutrina cristã;
- c) exercer as suas funções com zelo;
- d) orientar e superintender as atividades da Igreja, a fim de tornar eficiente a vida espiritual do povo de Deus;
- e) prestar assistência pastoral;
- f) instruir os neófitos, dedicar atenção à infância e à mocidade, bem como aos necessitados, aflitos, enfermos e desviados;
- g) exercer, juntamente com os outros presbíteros, o poder coletivo de governo.

Podemos considerar como prescrição os elementos do trecho transcrito em (22) abaixo.

(22)

Parágrafo Único - Dos atos pastorais realizados, o ministro apresentará, periodicamente, relatórios ao Conselho, para registro.

b) Superestrutura

Representamos a superestrutura por nós percebida na Constituição da seguinte forma: Nas mudanças de capítulos e seções tem-se a categoria superestrutural da contextualização temática. Nos artigos, parágrafos e alíneas, tem-se a incitação

determinativa, de forma que apenas essas duas categorias podem servir para representar a superestrutura da Constituição da seguinte maneira:

Contextualização temática 1 – incitações determinativas
Contextualização temática 2 – incitações determinativas...

Quanto às **características da superfície linguística**, como a Constituição é um gênero que se insere no mundo administrativo, o qual se caracteriza por estabelecer a atitude comunicativa de exercer o controle das relações da comunidade, podemos considerar que suas características tipológicas estão dentro de um espectro já esperado, visto que essa atitude demanda que a ênfase da interação recaia sobre o locutor denotando uma via performática e sobre o conteúdo, denotando uma via normativa e documental, o que se evidencia em sua superfície linguística.

A Constituição, como pode ser verificado nos exemplos acima, apresenta grande frequência do **verbo ser, no presente do indicativo**, com a força ilocucionária de não apenas descrever, dizer como é, mas **determinar como deve ser** o ente comunitário a que se refere (veja os elementos negritados em 20). Aparecem ainda outros fatores assinalando o caráter injuntivo desse gênero como a **flexão de verbos no futuro do presente, como *ficarão, serão, apresentará*** (veja os elementos negritados e sublinhados em 20 e 22), além de variações dos **verbos *poder e dever* que podemos considerar que caracterizam relações interativas que posicionam o locutor num patamar de superioridade, pela imposição e a concessão.**(veja os elementos negritados e em itálico em 20).

3.3.2. Estatuto, Código de disciplina e Princípios de liturgia

Tendo exposto a análise da Constituição, podemos, a seguir, apresentar uma análise tríplice dos gêneros **Estatuto, Código de disciplina e Princípios de liturgia**, justificando que adotamos este procedimento em função do fato de que esses gêneros possuem características similares às da Constituição quanto às suas condições de produção, a estrutura composicional e características da superfície linguística. Os parâmetros que os distinguem são o conteúdo temático e os objetivos e funções. Conforme esclarecimentos de um dos pastores presbiterianos com quem conversamos a respeito dos gêneros, o objetivo da Constituição é instituir uma regulamentação legislativa das características da IPB em diversos níveis de suas relações, inclusive o

civil; o objetivo do Estatuto é estabelecer um parâmetro regulamentar para a resolução de possíveis questões cíveis ligadas a órgãos e ao patrimônio da instituição; o do Código de disciplina é estabelecer parâmetros regulamentares para o estabelecimento dos direitos e deveres dos membros e órgãos da Instituição; o dos princípios de liturgia é estabelecer parâmetros regulamentares para as práticas ligadas aos processos ritualísticos. A percepção dos objetivos enseja que percebamos seus conteúdos temáticos estritamente a eles relacionados, de forma que o conteúdo temático da Constituição refere-se sempre a uma regulamentação legislativa das características da IPB; o do Estatuto, a um regulamento das relações ligadas a órgãos e patrimônio da Instituição, o do Código de disciplina, a um regulamento dos direitos e deveres dos membros da instituição, o dos Princípios de liturgia a um regulamento das práticas ritualísticas. Tendo, pois, a mesma origem, o mesmo produtor, semelhantes estruturas composicionais e características da superfície linguística, segue-se **que** esses gêneros também se assemelham em relação à sua inserção no mundo administrativo, caracterizada por carregarem uma atitude interativa de exercer o controle das relações da comunidade por via normativa e documental, trazendo a ênfase para o conteúdo, e também por via performática, trazendo a ênfase para o locutor em sua posição autorizada. Isso implica que o injuntivo seja um tipo necessário na composição desses gêneros que determinam um fazer e como fazer, podendo sua caracterização variar entre os subtipos ordem e prescrição.

Abaixo seguem alguns trechos desses gêneros, exceto a Constituição, para exemplificação e comparação.

(23)

ESTATUTOS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

CAPÍTULO I *DEFINIÇÃO E FINS*

Art.1 - A Igreja Presbiteriana do Brasil, anteriormente denominada Igreja Cristã Presbiteriana do Brasil, é uma comunidade religiosa, constituída de uma federação de Igrejas locais, com sede civil na Capital da República, organizada de acordo com sua própria Constituição.

§ 1º - As Igrejas federadas, que se compõem de membros que adotam como única regra de fé e prática a Bíblia Sagrada e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve, representam-se, pelos deputados eleitos pelos Concílios regionais, no Supremo

Concílio, que é a assembleia geral da Igreja Presbiteriana do Brasil.(IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1998, p.132)

CAPÍTULO IV

REUNIÕES

Art.9 - O Supremo Concílio, referido no § 1º do **Art.1**, reunir-se-á ordinariamente de quatro em quatro anos, em qualquer parte do território nacional.

(24)

CÓDIGO DE DISCIPLINA

CAPÍTULO I - NATUREZA E FINALIDADE

Art.1º - A Igreja reconhece o foro íntimo da consciência, que escapa à sua jurisdição, e da qual só Deus é Juiz; mas reconhece também o foro externo que está sujeito à sua vigilância e observação.

Art.2º - Disciplina eclesiástica é o exercício da jurisdição espiritual da Igreja sobre seus membros, aplicada de acordo com a Palavra de Deus.

Parágrafo Único - Toda disciplina visa edificar o povo de Deus, corrigir escândalos, erros ou faltas, promover a honra de Deus, a glória de Nosso Senhor Jesus Cristo e o próprio bem dos culpados.

Art.3º - Os membros não-comungantes e outros menores, sob a guarda de pessoas crentes, recebem os cuidados espirituais da Igreja, mas ficam sob a responsabilidade direta e imediata das referidas pessoas, que devem zelar por sua vida física, intelectual, moral e espiritual.

CAPÍTULO III - PENALIDADES –

Art.8º - Não haverá pena, sem que haja sentença eclesiástica, proferida por um Concílio competente, após processo regular.

Art.9º - Os Concílios só podem aplicar a pena de:

a) Admoestação, que consiste em chamar à ordem o culpado, verbalmente ou por escrito, de modo reservado, exortando-o a corrigir-se;

b) Afastamento, que em referência aos membros da Igreja, consiste em serem impedidos de comunhão; em referência, porém, aos oficiais consiste em serem impedidos do exercício do seu ofício e, se for o caso, da comunhão da Igreja. O afastamento deve dar-se quando o crédito da religião, a honra de Cristo e o bem do faltoso o exigem, mesmo depois de ter dado satisfação ao tribunal. Aplica-se por tempo indeterminado, até o faltoso dar prova do seu arrependimento, ou até que a sua conduta mostre a necessidade de lhe ser imposta outra pena mais severa;

c) Exclusão, que consiste em eliminar o faltoso da comunhão da Igreja. Esta pena só pode ser imposta quando o faltoso se mostra incorrigível e contumaz;

d) Deposição é a destituição de ministro, presbítero ou diácono de seu ofício.

Art.10 - Os Concílios superiores só podem aplicar aos inferiores as seguintes penas: repreensão, interdição e dissolução;

a) Repreensão é a reprovação formal de faltas ou irregularidades com ordem terminante de serem corrigidas;

b) Interdição é aquela que determina a privação temporária das atividades do Concílio;

c) Dissolução é a pena que extingue o Concílio. § 1º - No caso de interdição ou disso interdição ou dissolução do Conselho ou Presbitério deverá haver recurso de **ofício** para o Concílio imediatamente superior. § 2º - As penas aplicadas a um Concílio não atingem individualmente seus membros, cuja responsabilidade pessoal poderá ser apurada pelos Concílios competentes. § 3º - É facultado a qualquer dos membros do Concílio interditado ou dissolvido recorrer da decisão para o Concílio imediatamente superior àquele que proferiu a sentença.

Art.11 - Aplicadas as penas previstas nas alíneas “b” e “c” do Artigo anterior, o Concílio superior, por sua Comissão Executiva, tomará as necessárias providências para o prosseguimento dos trabalhos afetos ao Concílio disciplinado.

(25)

PRINCÍPIOS DE LITURGIA

CAPÍTULO I - O DIA DO SENHOR

Art.1º - É dever de todos os homens lembrar-se do dia do Senhor (Domingo) e preparar-se com antecedência para guardá-lo. Todos os negócios temporais devem ser postos de parte e ordenados de tal sorte que não os impeçam de santificar o Domingo pelo modo requerido nas Sagradas Escrituras.

Art.2º - Deve-se consagrar esse dia inteiramente ao Senhor, empregando-o em exercícios espirituais, públicos e particulares. É necessário, portanto, que haja, em todo esse dia, santo repouso de todos os trabalhos que não sejam de absoluta necessidade, abstenção de todas as recreações e outras coisas que, lícitas em outros dias, são impróprias do dia do Senhor.

Art.3º - Os crentes, como indivíduos ou famílias, devem ordenar de tal sorte seus negócios ou trabalhos que não sejam impedidos de santificar convenientemente o Domingo e tomar parte no culto público. **Art.4º** - Conselhos e Pastores devem mostrar-se atentos e zelar cuidadosamente para que o Dia do Senhor seja santificado pelo indivíduo, pela família e pela comunidade.

CAPÍTULO II - O TEMPLO

Art.5º - O templo é a Casa de Deus dedicada exclusivamente ao culto. É a Casa de Oração para todas as gentes, segundo define Nosso Senhor Jesus Cristo.

Parágrafo Único – Importa que o Templo ou salão de cultos seja usado exclusivamente para esse fim, salvo casos especiais, a juízo do Conselho.

Art.6º - A construção do Templo deve obedecer a estilo religioso, adaptado ao culto evangélico, em que predominem linhas austeras e singelas.

CAPÍTULO III - CULTO PÚBLICO

Art.7º - O culto público é um ato religioso, através do qual o povo de Deus adora o Senhor, entrando em comunhão com Ele, fazendo-lhe confissão de pecados e buscando, pela mediação de Jesus Cristo, o perdão, a santificação da vida e o crescimento espiritual. É ocasião oportuna para proclamação da mensagem redentora do Evangelho de Cristo e para doutrinação e congregamento dos crentes.

Art.8º - O culto público consta ordinariamente de leitura da Palavra de Deus, pregação, cânticos sagrados, orações e ofertas. A ministração dos sacramentos, quando realizada no culto público, faz parte dele.

Parágrafo Único - Não se realizarão cultos em memória de pessoas falecidas.

Estes três gêneros têm forte influência na identidade ideológica ao dizer o que e como deve ou pode ser feito e o que não pode ou não deve ser feito.

3.3.3. Carta pastoral

Dentre outros documentos emitidos pelo Supremo Concílio há a *Carta Pastoral*, cuja produção (**condições de produção**) se dá a partir de reunião do Supremo Concílio, seja ordinária ou extraordinária, que quando julga pertinente, por razões diversas, deliberar sobre algum assunto que lhe exija um posicionamento ideológico, nomeia uma comissão a qual se incumbe de elaborar uma carta pastoral, a qual não deve ser escrita por ninguém, senão aquela comissão, que mediante a existência de outros gêneros como o *regimento*, os *estatutos*, a *constituição*, a *resolução de instituição de comissão*, recebeu a nomeação para fazê-lo. Novamente temos um gênero cujo locutor se configura como alguém que está autorizado a produzi-lo, atribuindo ao gênero sua autenticidade. Assim, e somente assim, nasce a *carta pastoral*, repousando nas suas condições de produção, e especialmente na configuração do produtor sua eficiência e existência. A situação prevista para seu funcionamento é aquela em que pastores e membros da comunidade necessitem de diretrizes específicas a respeito de temas sobre os quais não se tenha em outros gêneros um posicionamento elaborado que uniformize o discurso da IPB.

Em relação ao **conteúdo temático**, a informação que a *carta pastoral* veicula refere-se sempre a um pronunciamento oficial da IPB a respeito de um tema específico sobre o qual ela julgue necessário pronunciar-se. Não há uma restrição sobre que tipo de tema deve ser abordado numa carta pastoral, pois ela nasce de um processo em que não se pode prever a necessidade de um pronunciamento oficial da IBP. Nas que tivemos acesso, encontramos temas como reforma agrária, danças litúrgicas, o Espírito Santo e genoma humano.

Em relação aos **objetivos e funções sociocomunicativas**, percebemos que a ação que a *carta pastoral* realiza é notificar aos membros da comunidade qual é o posicionamento ideológico da IPB sobre o tema nela abordado, incitando os fiéis a que sigam o mesmo posicionamento nela assumido. Uma informação relevante, também fornecida por um dos pastores com quem conversamos, refere-se ao significado do

termo *pastoral*, que é entendido, conforme esclareceu, como que conferindo um abrandamento de seu caráter normativo, assumindo um tom mais instrucional, aproximando-se mais do conselho e da opção que da ordem ou da prescrição, o que parece coincidir com o objetivo expresso no trecho de Carta pastoral, transcrito em (26)

(26)

O objetivo da presente Carta Pastoral, portanto, uma vez aprovada pelo Supremo Concílio da IPB, é **servir de orientação, instrução e direcionamento** às igrejas federadas, aos oficiais e aos membros arrolados [...]

(Em continuidade é sempre especificado a respeito de que a carta pastoral dá orientações, instruções e direcionamentos, sobre qual tema ela está dando o posicionamento da IPB, o que julgamos altamente formador da identidade. Por exemplo: reforma agrária, projeto genoma, música e dança na liturgia, etc.)

Quanto à **estrutura composicional**, começemos pela superestrutura.

Ao observar o gênero em sua totalidade, percebemos que as partes de sua superestrutura básica compõem-se de: *contextualização*, *discussão do assunto*, *assunção de posicionamento e incitação a adesão*.

1 –*Contextualização* geralmente realizada pelo tipo *narrativo da espécie não-história*, em que se relata o processo que gerou a necessidade de produção do gênero, em conjugação com o *dissertativo* fundido ao *argumentativo strictu-sensu*, explicando as razões para a produção do gênero, e o *descritivo*, elencando os membros da comissão elaboradora do documento.

(27)

CARTA PASTORAL E TEOLÓGICA SOBRE LITURGIA NA IPB INTRODUÇÃO

A Comissão Executiva do Supremo Concílio da IPB, por ocasião de sua reunião ordinária em março de 2008, entendeu que havia necessidade de um pronunciamento da denominação a seus concílios, igrejas e membros, que abordasse de maneira pastoral alguns aspectos do culto a Deus que recentemente haviam sido objeto de documentos oriundos de seus concílios. Esses documentos expressavam o desejo dos concílios de receber uma orientação denominacional acerca da inclusão nos cultos da chamada dança litúrgica, coreografias e palmas. Com o objetivo de elaborar uma carta pastoral que tratasse destes itens, a Comissão Executiva de 2008 constituiu uma comissão especial e lhe deu a seguinte missão:

Elaborar texto de caráter pastoral e teológico quanto à liturgia, observando inclusive: danças, coreografias, expressões fortes e palmas, seguindo os princípios já estabelecidos pelos Símbolos de Fé e das decisões do SC e da sua CE, inclusa a decisão CLXXXVII - CE-SC/IPB-2007, prestando relatório ao Supremo Concílio em sua próxima reunião ordinária.

Conforme se percebe pela decisão acima, a comissão especial para elaborar a *Carta Pastoral* não tem como objetivo propor ou estabelecer novos princípios ou normas litúrgicas no âmbito da IPB, uma vez que nossa denominação é confessional e sua Confissão, Catecismos e Princípios de Liturgia já tratam do culto a Deus em diversas partes. O alvo da *Carta Pastoral* não poderia ser outro senão, partindo dos nossos Símbolos de Fé e das decisões que a IPB já tomou sobre culto e liturgia, tratar de maneira pastoral e teológica daquelas áreas referentes ao culto determinadas pela CE-SC/IPB, nas quais os Símbolos de Fé não se pronunciavam, por não terem sido motivo de preocupação na época em que foram escritos.

O objetivo da presente *Carta Pastoral*, portanto, uma vez aprovada pelo Supremo Concílio da IPB, é servir de orientação, instrução e direcionamento às igrejas federadas, aos oficiais e aos membros arrolados quanto às expressões físicas no culto, a saber, danças, coreografias, expressões fortes e palmas.

Um texto denominacional dessa natureza se faz necessário pela confusão atual existente em diversas igrejas e concílios no que tange a tais assuntos. A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas relacionadas entre si hierarquicamente por meio de concílios e que adota os mesmos Símbolos de Fé. Embora não se busque a uniformidade absoluta nos cultos das igrejas locais, tendo em vista que as Escrituras nos dão princípios de culto e não uma ordem litúrgica pré-estabelecida, é desejável, todavia, a busca e a manutenção da unidade tão necessária para preservar a identidade bíblica e denominacional. Além do mais, existe a necessidade de se fundamentar bíblica e teologicamente as decisões nessa direção, bem como empregar-se um tom pastoral.

É na expectativa de contribuir para um melhor entendimento destas questões e a busca constante de oferecer a Deus um culto que esteja em conformidade com sua Palavra que apresentamos esta *Carta Pastoral*.

A COMISSÃO

Rev. Augustus Nicodemus Gomes Lopes

Rev. Arival Dias Casimiro

Rev. Charles Melo de Oliveira

Rev. Cleômines Anacleto Figueiredo

Rev. Itamar Bezerra Santana

Rev. Jeremias Pereira da Silva

Rev. Roberto Brasileiro Silva

Rev. Sirgisberto Queiroga da Costa

Presb. Daniel Sacramento Presb. Flávio Heringer

Presb. Flávio Monteiro de Melo

Presb. Renato José Piragibe

São Paulo, 4 de janeiro de 2010

2 – *Discussão do assunto*, tarefa realizada pelos tipos *dissertativo* e *argumentativo strictu-sensu*, em fusão. Esta parte consome quase toda extensão do gênero e é dividida em tópicos com subtítulos que fundamentam o teor da decisão.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em virtude da amplitude e complexidade dos temas propostos, se faz necessário abordar nesta parte preliminar da Carta alguns temas que proveem o fundamento para o tratamento dos pontos centrais.

TIPOS DE CULTO

Existe uma distinção entre a vida cristã como culto constante a Deus (Dt 6.6-7; Cl 3.17), o culto individual (Mt 6.6), o culto familiar (Jó 1.5) e o culto público solene (Is 56.7; Hb 10.25). A Confissão de Fé menciona que Deus deve ser adorado tanto em famílias, quanto em secreto, e mais solenemente em assembleias públicas.¹ Os *Princípios de Liturgia* seguem essa distinção, mencionando o culto público, em família e individual.²

Em diversos aspectos estas modalidades de culto convergem. Em todas elas, buscamos servir a Deus de todo o coração, na mediação de Cristo e no poder do Espírito Santo (ITm 2.5; 1CO3.16; Jo 14.26; 1Jo2.27). Todavia, as mesmas diferem quanto às circunstâncias, local, participantes e elementos que as compõem.

VIDA CRISTÃ E CULTO PÚBLICO

A vida cristã é um culto constante a Deus, que é oferecido individualmente, em qualquer tempo e lugar e no qual não é necessário que se exerçam os chamados elementos de culto, como por exemplo, oração, cânticos e leitura da Bíblia.

O culto público é o ajuntamento solene do povo de Deus, convocado para reunir-se em dia, hora e local estabelecidos, com o objetivo de prestar serviço espiritual a Deus sob a liderança de pessoas especialmente designadas para tal. Deste culto constam elementos que serão abordados mais adiante nesta Carta Pastoral, alguns dos quais não fazem parte da vida cristã como culto.

É preciso que se entenda claramente que existe uma diferença fundamental entre nossa vida diária como culto a Deus e o culto que a ele prestamos publicamente, juntamente com os demais irmãos em Cristo. Determinadas atividades que seriam pertinentes à nossa vida como culto não seriam próprias a este culto público.

3 – *Assunção de posicionamento e incitação a adesão*, tarefa realizada pelo tipo *injuntivo*, sendo este necessário e dominante sobre os outros, tendo em vista o objetivo do gênero.

(29)

4. ORIENTAÇÕES PASTORAIS A SEREM SEGUIDAS PELAS IGREJAS LOCAIS

O Supremo Concílio, diante das evidências bíblicas e confessionais relativas à importância do culto público, determina aos seus pastores, oficiais, igrejas e membros a que procurem congregar-se com frequência para prestar serviço espiritual a Deus, não substituindo o culto público pelo culto individual ou familiar (Hb 10.25). E que valorizem a sua presença no culto público, para ele se preparando em conformidade com o que determina os catecismos da IPB.²²

O Supremo Concílio entende que as danças não fazem parte do culto público revelado por Deus, e assim, determina a seus pastores, concílios e igrejas federadas a que não incluam no culto a Deus, independentemente do local onde este culto está sendo oferecido, as chamadas danças litúrgicas, coreografias, ministérios de danças, danças proféticas ou quaisquer outras variações afins, inclusive a pretexto de que são circunstâncias do culto.

O Supremo Concílio reconhece que as danças são uma expressão cultural e que podem ser realizadas nas atividades culturais das igrejas locais, desde que não em ambiente de culto, e desde que não provoquem a lascívia, a sensualidade e escândalos.

O Supremo Concílio entende que fortes expressões corporais no culto, como meneios do corpo e gingas, mesmo não se constituindo em danças, tendem a distrair a atenção dos adoradores e em alguns casos, a provocar a sensualidade. Destarte, o Supremo Concílio determina aos seus pastores, concílios e igrejas federadas que tais expressões sejam evitadas e que os pastores e presbíteros exerçam, pastoralmente, a supervisão deste assunto, procurando, de maneira suasória, orientar e conduzir o rebanho sob sua jurisdição.

O Supremo Concílio entende que compete aos conselhos e presbitérios orientarem e determinarem às igrejas sob sua jurisdição quanto ao bater palmas, ou não, durante os cultos. O Supremo Concílio determina aos seus pastores e concílios a que instruem essas igrejas que as palmas não indicam maior liberdade espiritual no culto, resumindo-se a mero acompanhamento rítmico, onde couber. E que em todas as coisas, usem de sabedoria, bom senso e prudência para evitar conflitos, divisões e contendas no meio do povo de Deus.

O Supremo Concílio suplica a Deus que a presente *Carta Pastoral* seja usada por ele para que o culto que lhe prestamos esteja mais e mais de acordo com sua Palavra e para que nossa denominação goze de paz e harmonia em todos os recantos desta nação.

Características da superfície linguística: Em relação às características que situam a carta pastoral no mundo administrativo, temos outra vez um gênero a serviço do exercício do controle das relações da comunidade, porém conjugando o saber/conhecer com o determinar um fazer, com via brandamente normativa e documental em relação ao conteúdo, e performática em relação ao produtor. Portanto, há a presença de algumas marcas linguísticas que correspondem a essa caracterização, como, por exemplo, na parte da discussão, exemplificada em (28) onde se instaura o tipo dissertativo, tem-se o uso do presente do indicativo a serviço da explicação de conceitos, análise das relações entre os seres como no exemplo (30)

(30)

Determinados ritmos musicais **tendem** a provocar movimentos do corpo, tais como balanços, meneios e gingas, enquadrando-se naquilo que o Supremo Concílio **classifica** como expressões corporais acentuadas, as quais **são** inconvenientes por distanciarem os adoradores dos princípios que **regem** o culto bíblico.

Já na parte da incitação, o presente do indicativo caracteriza o injuntivo, como no exemplo (31), por meio da forma verbal *determina*.

(31)

O Supremo Concílio entende que as danças não fazem parte do culto público revelado por Deus, e assim, **determina** a seus pastores, concílios e igrejas federadas a que não incluam no culto a Deus, independentemente do local onde este culto está sendo oferecido, as chamadas danças litúrgicas, coreografias, ministérios de danças, danças proféticas ou quaisquer outras variações afins, inclusive a pretexto de que são circunstâncias do culto.

O que diferencia qual o serviço que esta categoria gramatical presta na constituição do gênero, parece ser apreendido a partir do tipo que realiza a parte da superestrutura em que está inserida.

Outro fator da superfície linguística caracterizador desse gênero é a presença de escolhas lexicais como *orientação, instrução e direcionamento, tratar de maneira pastoral*, que denotam seu abrandamento normativo (Veja exemplo 32).

(32)

[...] não tem como objetivo propor ou estabelecer novos princípios ou normas litúrgicas no âmbito da IPB, uma vez que nossa denominação é confessional e sua Confissão, Catecismos e Princípios de Liturgia já tratam do culto a Deus em diversas partes. O alvo da *Carta Pastoral* não poderia ser outro senão, partindo dos nossos Símbolos de Fé e das decisões que a IPB já tomou sobre culto e liturgia, **tratar de maneira pastoral** e teológica daquelas áreas referentes ao culto determinadas pela CE-SC/IPB, nas quais os Símbolos de Fé não se pronunciam, por não terem sido motivo de preocupação na época em que foram escritos.

O objetivo da presente *Carta Pastoral*, portanto, uma vez aprovada pelo Supremo Concílio da IPB, é servir de **orientação, instrução e direcionamento** às igrejas federadas, aos oficiais e aos membros arrolados quanto às expressões físicas no culto, a saber, danças, coreografias, expressões fortes e palmas.

Talvez, o que explique a necessidade desse abrandamento seja sua posição em relação a outros gêneros mais normativos como a Constituição ou os Princípios de liturgia aos quais a Carta pastoral está subordinada em termos de autoridade, ou seja,

dentro do sistema de gêneros do mundo administrativo da IPB, um conteúdo da constituição pode invalidar o de uma Carta pastoral, caso apresentem divergências entre si, mas o contrário não é possível.

3.3.4. Resolução

Outro gênero que consideramos identitário em função do conteúdo é o gênero resolução, exemplificado em (33) e (34)

(33)

RESOLUÇÃO XX – Quanto ao documento 434: O SC/IPB-2010 RESOLVE: Recomendar que todas as igrejas usem nas fachadas dos seus templos a logomarca da IPB em conjunto com nome da igreja local, de acordo com o Programa de Identidade Visual da IPB.

(34)

RESOLUÇÃO LXV – Quanto ao documento 021: O SC-IPB RESOLVE: 1. Preliminarmente, admitir e reconhecer o fato de ser amplo e irrestrito o direito de defesa e o conhecimento de todo o teor do processo pelas partes; 2. reconhecer a ampla e feliz fundamentação do proponente com artigos da Constituição Federal de 1988 e as leis 8.906/94 5.869/73 a Lei Federal 11.969/2009 e a súmula vinculante do STF de número 14 que determina a ampla transparência e o livre acesso das partes e seus representantes legais terem acesso aos autos e peças processuais delimitando prazos comuns e o procedimento legal; 3. reconhecer que a Igreja Presbiteriana do Brasil avança e na vanguarda dos princípios e valores cristãos, com fulcro no versículo 20 do capítulo 5 do evangelho de Mateus, que determina que a nossa justiça” tem que exceder em muito a dos escribas e fariseus”, 4. Reconhecer a validade da proposta, encaminhando anteprojeto de emenda constitucional alterando o artigo 63 do CD-IPB, que passa a ter a seguinte redação: Art. 63 “Os autos poderão ser examinados pelas partes ou seus procuradores no arquivo do Concílio ou Tribunal, processos findos ou em andamento, podendo copiar peças e tomar apontamentos”. 5. Baixar a proposta aos presbitérios nos termos constitucionais.

Sobre as **condições de produção**, este é um gênero bastante presente em âmbitos administrativos de diversas comunidades discursivas que surge em condições de produção relativamente já bastante reconhecidas pela sociedade em geral, normalmente resulta de uma reunião de algum colegiado, diretório, ou outra instância hierárquica de uma instituição, possuindo um caráter normativo. Na IPB, também é

chamado de *Decisão* e parece não prescindir dessas características ao ser incorporado pela IPB, portanto não é o parâmetro das condições de produção seu elemento identitário mais relevante. Ao carregar a atitude característica do mundo administrativo que é a de buscar o controle das relações internas da comunidade, o faz por via normativa, documental e performática. Instaura-se o locutor como autorizado a determinar a realização de situações. Seu **conteúdo temático** refere-se sempre a uma decisão normativa tomada por alguma instância hierárquica da IPB sobre alguma questão ou fato no seio da IPB que demanda regulamentação ou decisão sobre o que deve ser feito em determinado evento ou tipo de evento.

O **objetivo/função** é o de determinar o cumprimento de decisões tomadas por alguma instância hierárquica. É preciso que se diga que o conteúdo temático, aliado ao objetivo é o que introduz esse gênero entre os mais identitários, pois, embora compartilhado com outras comunidades, seu caráter normativo tem forte influência na constituição identitária da comunidade quanto a vários aspectos de sua organização e ideologia, chegando a fazer referência a uma **identidade** visual, por exemplo, (cf (33)).

Quanto à **estrutura composicional**, convém-nos observar simultaneamente superestrutura e Composição por tipos:

As partes da superestrutura desse gênero são realizadas por tipos em conjugação, em que cada parte é realizada por um tipo como observamos nas partes de (33):

1ª parte: identificação do documento - **RESOLUÇÃO XX**

2ª parte: identificação do assunto - Quanto ao documento 434

3ª parte: identificação do produtor - O SC-IPB RESOLVE

As três partes acima podem variar a ordem e são sempre realizadas pelo tipo descritivo.

4ª parte: teor da decisão, realizada pelo tipo injuntivo:

–Recomendar que todas as igrejas usem nas fachadas dos seus templos a logomarca da IPB em conjunto com nome da igreja local, de acordo com o Programa de Identidade Visual da IPB.

Nas **características da superfície linguística**, a resolução mostra-se como um gênero que se evidencia como definido por um ato de fala (Cf. Travaglia –2002) que se efetiva por meio do elemento lexical que o constitui: a forma verbal *Resolve*. Esse elemento é de ocorrência imprescindível para que o gênero seja efetivamente

considerado uma resolução, a partir dele têm-se a imagem do locutor como alguém autorizado a resolver determinar o cumprimento das situações referidas em seguida.

A determinação do cumprimento das situações se dá por diversos verbos como determinar, recomendar, aprovar, rejeitar, encaminhar remetendo a uma propriedade injuntiva que caracteriza o gênero como tendo o tipo injuntivo como necessário e dominante.

3.4. Mundo do ritual

O mundo do ritual encarrega-se de traduzir o sagrado emergido no supramundo. Por meio dos gêneros e atividades que nele se realizam, o construto identitário do sagrado é efetivamente vivenciado em comunidade.

3.4.1. Moto

O gênero moto possui somente cinco exemplares que são realizados recursivamente em condições de produção específicas e estão reproduzidos abaixo.

(35)

Moto da UPH³

Confiança em Jesus,
Entusiasmo na ação
União fraternal.
(CÉU)

(36)

Moto da SAF

Sejamos verdadeiras auxiliadoras,
Irrepreensíveis na conduta,
Incansáveis na luta,
Firmes na fé,
Vitoriosas por Cristo Jesus.

(37)

Moto da UMP

Alegres na esperança,
Fortes na fé,
Dedicados no amor
Unidos no trabalho.

³ - UPH – União Presbiteriana de Homens; SAF – Sociedade Auxiliadora Feminina; UMP – União de Mocidade Presbiteriana; UPA – União Presbiteriana de Adolescentes; UCP – União de Crianças Presbiterianas.

(38)

Moto da UPA

Ao Mestre sejamos fiéis,
 Nas trevas sejamos luz,
 Nas lutas sejamos fortes,
 Servindo ao Senhor Jesus.

(39)

Moto da UCP

Batalhando por Cristo,
 Lutando com amor,
 Seremos soldados de nosso Senhor.

As **condições de produção do gênero** moto são bem específicas e, que seja de nosso conhecimento, este é um gênero exclusivo da IPB, e funciona como uma espécie de lema. Sua realização acontece em reuniões administrativas das sociedades internas (UPH, SAF, UMP, UPA, UCP). Cada sociedade possui seu próprio moto e este é pronunciado por todos os presentes na reunião, em uníssono, após o cantar coletivo do hino da sociedade reunida, no ato de encerramento desta. Há na realização desse gênero um processo de afirmação de características ou virtudes a serem cultivadas permanentemente para serem assumidas como marcas identitárias daquele grupo. Quanto à interação, como é um ato de fala coletivo, todos os envolvidos em sua realização fazem o papel de locutor e interlocutor, simultaneamente, visto que o pronunciam uns aos outros. Esse gênero é um bom exemplo da permeabilidade entre os mundos da IPB, pois a atividade de sua ocorrência pertence ao mundo administrativo, mas seu conteúdo remete ao ritual, faz referência ao sagrado como sua razão de existir, ao contrário da atitude que caracteriza os gêneros do mundo administrativo, este não busca o controle das relações internas por uma via normativa, mas traduzir o sagrado por uma via performática com ênfase no conteúdo, caracterizando-se como um gênero do mundo do ritual.

O **conteúdo temático do Moto** refere-se sempre a um conjunto de virtudes a serem cultivadas pelo grupo. O **objetivo/função** é o de motivar os participantes à prática de determinadas virtudes que caracterizam uma identidade de crença e conduta do grupo. Talvez seja desse objetivo que derive o termo *moto*, de *motivar*.

Quanto à **estrutura composicional**, o moto tem uma forma de poema de uma única estrofe, composta por alguns versos (3 ou 4 nos exemplos apresentados), às vezes com rimas, mas não necessariamente.

Como podemos observar nos exemplos (35) (36) (37) (38) (39), a disposição dos elementos se dá da seguinte forma: No moto da UPH (31) há um acróstico que forma a palavra CÉU, logo, a versificação se dá em forma de terceto. No da SAF (36) a forma usada é a de quinteto, nos da UMP (37) e UPA (38) quarteto e no da UCP (39) terceto também. Quanto à composição por tipos, todos são predominantemente injuntivos, quanto à superestrutura, todos parecem ser compostos de parte única que é a incitação, realizada pela injunção do subtipo opção.

Em relação às **características da superfície linguística**, tem-se evidências mais concretas do pertencimento desse gênero ao mundo do ritual a partir da incitação a confiança em Jesus, amor fraternal, força na fé, fidelidade ao Mestre, batalhar por Cristo. Sintagmas que colocam seu conteúdo a serviço da tradução do sagrado emergido na Bíblia. Destaca-se ainda que em (35) a injunção se dá pela elipse da expressão: *tenhamos* e em (39) por flexões verbais no gerúndio que indicam o modo de ser soldado de Cristo, o desejo expresso no moto.

3.4.2. Hinos

Há duas classes de hinos: os que são realizados em cultos e os hinos das sociedades internas, que são realizados em suas reuniões administrativas, ambos pertencem, porém ao mundo do ritual, tendo características tipológicas semelhantes em alguns aspectos, apresentando-se, porém, como gêneros distintos, em função das condições de produção. Alguns hinos de culto são apresentados mais adiante na análise da Santa Ceia e Ordenação.

(40)

Hino da UPH – FÉ

Homens presbiterianos do Brasil,
Testemunhas de Jesus, o Salvador!
Levantemo-nos, com fé e com vigor,
Em mensagem varonil!
O Senhor nos manda a todos proclamar
O valor do sangue que por nós verteu
Lá na cruz onde, bondoso, padeceu
Para a glória nos levar!

*Sim, lutemos por Cristo Jesus,
Apontando aos descrentes ateus
O caminho repleto de luz,
Ó varões santos, filhos de Deus.*

Oração

Homens presbiterianos do Brasil,
Na oração teremos perenal poder!
E faremos sempre a Bíblia resplender
Nesta Pátria senhoril!
Com Jesus, o nosso grande e bom país,
Viverá em paz, e, olhando o seu porvir,
terá benção copiosa a espargir,
Para o mundo ser feliz!

Refrão

O Trabalho

Homens presbiterianos do Brasil
Que integramos vasta Confederação,
Com valor e piedosa vocação
Trabalhemos, um por mil,
Da querida e santa causa de Jesus,
Poderosa, forte, bela e triunfal!
Arvoremos, com amor, pendão real,
Como filhos, sim, da luz!

Refrão

Partindo das **condições de produção**, analisemos prioritariamente os das sociedades internas: assim como o moto, cada sociedade interna com exceção de UPA e UCP tem seu próprio hino o qual é cantado geralmente no encerramento da reunião, seguido da recitação do moto. A ocorrência sequenciada desses dois gêneros não é aleatória, pois possuem similaridade de objetivos e conteúdo temático, o que propicia também sua aproximação de ocorrência na atividade em que são realizados. O hino é mais um gênero que carrega a atitude de traduzir o sagrado por uma via performática, fazendo a ênfase recair sobre o conteúdo.

Semelhantemente ao moto, todos os participantes da realização do hino são ao mesmo tempo locutores e interlocutores.

Em correlação com o objetivo, o **conteúdo temático** refere-se sempre à proclamação de condutas e crenças a serem cultivadas pelo grupo, enquanto o **objetivo/função** que é o de expressar expectativas religiosas por meio das quais procura-se destacar aspectos de sua identidade de crença e conduta, por meio da

afirmação de paradigmas sagrados ligados ao cultivo de virtudes e à devoção. Representam um momento de exaltação afetiva das virtudes e devoção.

Quanto à Estrutura composicional, a disposição dos elementos se dá em versos divididos em estrofes sem que se tenha um padrão fechado quanto ao número de versos ou estrofes. Sobre a composição por tipos, podemos dizer que nos hinos das sociedades internas, o injuntivo é dominante e necessário, aparecendo em todos os três únicos exemplares desse gênero.

Em termos de partes da superestrutura, há uma separação entre estrofe e refrão, que quando representado de maneira escrita é grafado em *itálico*. A estrofe sempre é realizada primeiro, seguida do refrão, que volta a ser realizado após cada estrofe.

Tomando o exemplo (40), temos três estrofes e um refrão, sendo todos injuntivos, com exceção da segunda estrofe, que parece ser composta pelo tipo preditivo. Há uma relevância maior sobre aquilo que é dito no refrão, como evocação de uma identidade de *filhos de Deus que apontam o caminho da luz aos descrentes*, sendo essa expectativa reforçada nas estrofes, o que torna o refrão uma parte hierarquicamente mais importante em relação às estrofes.

A **superfície linguística** nos dá indícios de que o sentimento de comunidade que se pretende produzir ao cantar o hino é o fator mais responsável por seu caráter identitário, aproxima-se de um contexto previsto de confrontos ideológicos em que haja um discurso que se oponha ao seu, desencadeando um campo lexical ligado a esse contexto por meio de injunções como *levantemos, lutemos, trabalhemos um por mil, arvoremos pendão real* e com itens como *santa causa de Jesus, poderosa, forte e triunfal, faremos sempre a Bíblia resplender*, etc.

Diferentemente dos hinos das sociedades internas, os hinos de culto servem a diversos fins em que podem funcionar como orações, louvores, agradecimentos, incitação à perseverança, à fraternidade, convite para visitantes a fazer parte da comunidade, etc..

(41)

Finda-se este dia que meu Pai me deu,
Sombras vespertinas cobrem já o céu.
Ó Jesus bendito, se comigo estás,
Eu não temo a noite, vou dormir em paz.

Com pecados, hoje, eu te entristeci,

Mas perdão te peço por amor de Ti.
Sou pequeno e frágil, livra-me do mal!
Que em Ti eu tenha proteção final.

Guarda o marinheiro no violento mar,
E ao que sofre dores queiras confortar.
Ao tentado estendes tua mão, Senhor!
Manda ao triste, aflito, o Consolador.

Pelos pais e amigos, pela santa Lei,
Pelo amor Divino, graças Te darei!
Ó Jesus, aceita minha petição,
E, seguro, durmo sem perturbação. Amém.

3.4.3. Oração Dominical

Embora compartilhada com outras comunidades, a oração do Pai nosso faz parte do grupo dos gêneros mais identitários, por servir como evidência de pertencimento da IPB à esfera religiosa cristã.

(42)

Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia nos dá hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixe cair em tentação; mas livra-nos do mal; pois teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém.

Mateus 6:9-13

O contexto de **condições de produção** mais comum para a realização da Oração Dominical é o final de alguma atividade do mundo do ritual como o culto público ou a escola bíblica dominical. É um ato realizado coletivamente, no qual a Oração Dominical é proferida por todos. Aqui se tem a Comunidade como locutor e Deus como interlocutor, a tradução do sagrado se deve entre outros elementos ao fato de ser uma réplica de um gênero bíblico único que é uma oração prototípica ensinada por Cristo em que o humano se dirige ao Divino. A ênfase da interação recai sobre o interlocutor como aquele que realiza a ação da qual o locutor é beneficiário. O **conteúdo temático** refere-se sempre a um conjunto de princípios para a manutenção da harmonia nas relações cotidianas. O **objetivo/função** é apresentar a Deus súplicas que ratificam a crença num

conjunto de princípios necessários para a manutenção da harmonia nas relações cotidianas. **Estrutura composicional**, podemos demonstrar a superestrutura da Oração Dominical já referindo os tipos que a realizam da seguinte forma:

1ª parte: Invocação da Divindade e louvação introdutória – *Pai nosso que estás nos céus, santificado seja o Teu nome, venha o teu reino, seja feita a tua vontade assim na terra como no céu.* Apesar das formas subjuntivas dos verbos, o caráter desta parte do gênero é indiretamente *descritivo*, porque se afirma Deus como ser soberano, que está nos céus, que é o rei cujo nome é santo, cuja vontade é a causa de tudo que acontece

2ª parte: Súplicas – *o pão nosso de cada dia nos dá hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixe cair em tentação; mas livra-nos do mal (injuntivo)*

3ª parte: Louvação final – *pois teu é o reino, o poder e a glória, para sempre. Amém.(dissertativo)*

Como todas as preces ou orações é um texto predominantemente injuntivo do tipo pedido e opção (desejo).

Como a ênfase do gênero recai sobre o interlocutor, que no caso é Deus, a **superfície linguística** atua situando locutor e alocutário em suas posições estabelecendo uma identidade comunitária que se evidencia, tanto no elemento das condições de produção de ser o gênero realizado coletivamente, quanto na presença da primeira pessoa do singular, *nós e nosso*, que estabelece o locutor como uma unificação dos sujeitos produtores do gênero, produzindo o sentido de comunidade pelo mesmo pertencimento isométrico de todos ao todo.

A oração dominical é uma prece compartilhada com todas as comunidades religiosas cristãs, uma vez que é uma oração ensinada por Jesus. Na IPB sua característica particular aparece no seu momento de realização (como dissemos, no final de alguma atividade do mundo do ritual como o culto público ou a escola bíblica dominical) e em alguns aspectos do seu texto como a presença, no final, do trecho “*pois teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre*” que não aparece em outras comunidades cristãs, em que não ocorre este trecho mas se diz, por exemplo, “mas livra-nos do mal agora e sempre”, com o “agora e sempre” que não é falado na IPB.

As demais orações são de inspiração pessoal, conforme as circunstâncias, mas são textos injuntivos do tipo pedido como o Pai Nosso, com exceção das orações de agradecimento.

3.4.4. Sermão

Com relação às condições de produção: o sermão se configura como uma parte do ritual, o culto se compõe de vários momentos, num dos quais situa-se o sermão. Em algumas comunidades há o *programa de culto*, no qual cada participante pode seguir a ordem de cada ato do culto, como no exemplo:

(43)

Programa de Culto:

Prelúdio:

I – ADOREMOS AQUELE QUE FAZ MARAVILHAS

- Leitura bíblica: Lucas 5. 1-11
- Oração de Adoração
- Hino: Firmeza na fé (Novo Cântico – 93)

II – COFESSEMOS AO SENHOR

- Leitura Bíblica: Isaías 6. 1-7
- Oração silenciosa
- Oração Audível de confissão

III – LOUVEMOS AO SENHOR

- Leitura bíblica: Salmo 30. 1-5
- Cânticos Espirituais

IV – MENSAGEM

V- LITURGIA FINAL

- Saudação aos visitantes
- Avisos
- Bênção Apostólica

É no momento reservado à *mensagem* que acontece o sermão, sua produção se dá em ligação com o ato de adorar, de confessar pecados e de louvar por meio de cânticos espirituais, ou seja, insere-se num processo, em que, estando realizados os atos que o precedem, cria-se a situação ideal para sua produção. A comunidade, no ato do sermão, envolve-se no sentimento de que naquele momento Deus irá pronunciar Sua Palavra por meio do pregador. Embora o papel de pregador seja, na maior parte das vezes, desempenhado pelo pastor da comunidade, não é uma prerrogativa exclusivamente sua fazê-lo, podendo este papel ser também desempenhado por membros leigos. Em relação à atitude interativa que o gênero carrega e o liga ao mundo do ritual, é a de traduzir o sagrado e isso é feito por via didática, que faz a ênfase recair sobre o conteúdo, e performática, que faz a ênfase recair sobre o locutor. Em relação à situação de sua produção e a situação prevista para seu funcionamento efetivo há concomitância, ou seja, o ato de sua produção é o mesmo de seu funcionamento efetivo.

Com relação ao conteúdo temático: a informação que o sermão veicula, ou que se espera que apareça no gênero refere-se sistematicamente a uma exposição e comentário de um trecho bíblico por meio de um discurso monológico ininterrupto em que a interpretação do texto bíblico visa a fins diversos, ligados à instrução dos fiéis sobre assuntos pertinentes à vida religiosa e a relação com a sociedade.

Com relação aos objetivos e funções sociocomunicativas: os objetivos e funções sociocomunicativas têm uma dimensão mais ampla e outra mais imediata, naquela visa-se à instrução dos fiéis sobre fundamentos de suas crenças e convicções ideológicas universais, na dimensão mais imediata, visa-se à relação cotidiana entre os fiéis e a reafirmação do sentimento de comunidade por meio de um ritual. *Uma única plateia que ouve uma única voz* (grifo nosso). O sermão trabalha na comunidade a serviço de criar uma identidade de crença e de conduta a partir do sagrado.

Com relação à estrutura composicional: pode-se classificar o gênero sermão como um gênero de natureza dissertativa e argumentativa, mas parece haver um funcionamento plurivalente dos tipos que o compõem, possibilitando afirmar que o sermão possui a característica de viabilizar tanto a fusão quanto a conjugação de tipos e não possui um tipo como dominante, No exemplo (44) podemos observar o que afirmamos:

(44)

VIVENDO EM SANTIDADE

Nestes dias de carnaval, mais do que nunca, o povo de Deus é chamado a viver em santidade. Este evento de saldos negativos, de prejuízos espirituais, financeiros, familiares e morais, gerador de tantas mortes e vícios, jamais poderia ser chamado de “festa”.

O carnaval é de origem pagã. Na Enciclopédia Livre WIKIPÉDIA encontramos o seguinte sobre sua origem: Carnaval é uma festa que se originou na Grécia em meados dos anos 600 a 520 a.C.. Através dessa festa os gregos realizavam seus cultos em agradecimento aos deuses pela fertilidade do solo e pela produção. Passou a ser uma comemoração adotada pela Igreja Católica em 590 d.C.. É um período de festas regidas pelo ano lunar no cristianismo da Idade Média. O período do carnaval era marcado pelo “adeus à carne” ou do latim “carne vale” dando origem ao termo “carnaval”.

É bom lembrar que a palavra SANTIFICAÇÃO vem de um termo grego “HÁGIÓS”, que significa separado, cortado; ou seja, uma vida cristã separada do mundo e ligada a Cristo. É por isso que a Bíblia fala que o cristão não deve amar o mundo e nem as coisas que há no mundo (1 João 2.15).

Vejamos, pelo menos, três razões para se viver em santidade de vida, não só neste período, mas em toda a nossa caminhada cristã.

Em primeiro lugar devemos viver em santidade porque Deus é Santo. Quando Isaías teve a visão o trono, ele viu assentado nele o Deus que é santo, santo, santo (Isaías 6.1-3). Em toda a bíblia está presente o conceito de um Deus santo, que não possui nem sombra de pecado, maldade ou qualquer tipo de corrupção. Quando a santidade de Deus era atingida, logo o povo sofria as consequências. A santidade de Deus é algo tão forte, tão intenso e tão resplandecente que atinge a todos os seus filhos. E ao mesmo tempo, não tem como o pecado atingir a Sua pessoa. Portanto, aquele que diz temer a Deus, precisa ter a consciência de que está ao lado de alguém que é santo, que ama a santidade e exige santidade de seus seguidores.

Em segundo lugar devemos viver em santidade porque Deus nos convida a viver desta maneira. A vida cristã começa com a conversão que é chamada de início da santidade, ou seja, a santificação definitiva. Depois o crente entra na fase de uma santidade progressiva, aquela que dura enquanto ele viver, a vida toda. Ao final da vida surge a santificação final, lá na glória com Cristo. Portanto, a santificação possui início, meio e fim. Todo crente é desafiado a viver de modo santo. Pelo menos em dois textos este chamado à santidade está bem claro: Josué 3.5 e 1 Pedro 1.13-16. O Deus santo convida dia após dia aos seus filhos a viverem em santidade, em pureza e em consagração.

Em terceiro lugar devemos viver em santidade porque Deus já preparou uma morada eterna para os santos. A santificação final aponta para um lugar onde a santificação é total. Um lugar onde o pecado não entra. A carta aos Hebreus diz que sem a santificação ninguém verá ao Senhor (Hebreus 12.14). Aqui está a forte ideia de que a santificação é fundamental para se viver eternamente com o Senhor. Quando João teve a visão do céu, ele contemplou um povo santo, vestido de vestiduras brancas (alvas), lavadas no sangue do Cordeiro Jesus. Esta era a razão de se estar na glória com o Senhor - a vida santa (Apocalipse 7.13-15).

Vamos utilizar os meios de santificação para agradar ao Deus santo, viver de modo digno do Evangelho e assim alcançar o maior prêmio – a vida eterna em santidade com o Senhor. Os meios de santificação são pelo menos 04: o sangue de Cristo (Hb 10.10-14 e 1 João 1.7); a Palavra de Deus (João 17.17 e 1 Pe 1.22); a direção providencial do Deus soberano (Salmo 119.71 e Hebreus 12.10) e os sacramentos - Batismo e Santa Ceia (Romanos 6.3, 1 Coríntios 12.13 e Tito 3.5). Não esqueçamos de que esta busca por uma vida de santidade deve ser algo contínuo. E como disse Mesquita Pimentel: “Para subir à montanha da santidade, precisamos começar por descer ao vale da humildade”.

No excerto que compõe a parte introdutória do sermão, o que se esperaria seria que fosse realizado pelo tipo descritivo, como forma de contextualizar o interlocutor, mas vemos claramente o tipo dissertativo, criando pontos de vista por meio teses como:

(45)

Nestes dias de carnaval, mais do que nunca, o povo de Deus é chamado a viver em santidade. Este evento de saldos negativos, de prejuízos espirituais, financeiros, familiares e morais, gerador de tantas mortes e vícios, jamais poderia ser chamado de “festa”.

Isto desencadeia a fusão entre dissertativo e argumentativo:

(46)

O carnaval é de origem pagã. Na Enciclopédia Livre WIKIPÉDIA encontramos o seguinte sobre sua origem: Carnaval é uma festa que se originou na Grécia em meados dos anos 600 a 520 a.C.. Através dessa festa os gregos realizavam seus cultos em agradecimento aos deuses pela fertilidade do solo e pela produção. Passou a ser uma comemoração adotada pela Igreja Católica em 590 d.C.. É um período de festas regidas pelo ano lunar no cristianismo da Idade Média. O período do carnaval era marcado pelo "adeus à carne" ou do latim "carne vale" dando origem ao termo "carnaval".

É bom lembrar que a palavra SANTIFICAÇÃO vem de um termo grego “HÁGIÓS”, que significa separado, cortado; ou seja, uma vida cristã separada do mundo e ligada a Cristo. É por isso que a Bíblia fala que o cristão não deve amar o mundo e nem as coisas que há no mundo (1 João 2.15).

Fenômenos assim parecem ocorrer com maior frequência em determinados gêneros, como é o caso do sermão, pois como é um gênero sobre o qual pode-se dizer que é caracterizado pelo tipo dissertativo, é natural que em sua composição apareçam outros tipos em fusão, conjugação, ou intercâmbio.

Quanto à superestrutura, encontramos as seguintes categorias ou partes em número de quatro:

1) A *contextualização*, (com possibilidade da afirmação de um ponto de vista) - realizada pelo tipo dissertativo.

(47)

Nestes dias de carnaval, mais do que nunca, o povo de Deus é chamado a viver em santidade. Este evento de saldos negativos, de prejuízos espirituais, financeiros, familiares e morais, gerador de tantas mortes e vícios, jamais poderia ser chamado de “festa”. (grifo nosso)

2) A *transição* (realizada pelo tipo injuntivo);

(48)

Vejamos, pelo menos, três razões para se viver em santidade de vida, não só neste período, mas em toda a nossa caminhada cristã. (grifo nosso)

3) *Argumentos* (geralmente em número de três, mas pode variar), quase sempre com uma apresentação e um desenvolvimento de cada argumento.

3.1) Apresentação do primeiro argumento;

(49)

*Em primeiro lugar devemos viver em santidade **porque Deus é Santo**.*(grifo nosso)

3.2) Desenvolvimento do primeiro argumento realizada pelo tipo dissertativo em fusão com o argumentativo);

(50)

Quando Isaías teve a visão o trono, ele viu assentado nele o Deus que é santo, santo, santo (Isaías 6.1-3). Em toda a bíblia está presente o conceito de um Deus santo, que não possui nem sombra de pecado, maldade ou qualquer tipo de corrupção. Quando a santidade de Deus era atingida, logo o povo sofria as consequências. A santidade de Deus é algo tão forte, tão intenso e tão resplandecente que atinge a todos os seus filhos.

E ao mesmo tempo, não tem como o pecado atingir a Sua pessoa. Portanto, aquele que diz temer a Deus, precisa ter a consciência de que está ao lado de alguém que é santo, que ama a santidade e exige santidade de seus seguidores.

3.3) Apresentação do segundo argumento;

(51)

*Em segundo lugar devemos viver em santidade **porque Deus nos convida a viver desta maneira**.*

3.4) Desenvolvimento do segundo argumento (realizada pelo dissertativo em fusão com argumentativo);

(52)

A vida cristã começa com a conversão que é chamada de início da santidade, ou seja, a santificação definitiva. Depois o crente entra na fase de uma santidade progressiva, aquela que dura enquanto ele viver, a vida toda. Ao final da vida surge a santificação final, lá na glória com Cristo. Portanto, a santificação possui início, meio e fim. Todo crente é desafiado a viver de modo santo. Pelo menos em dois textos este chamado à santidade está bem claro: Josué 3.5 e 1 Pedro 1.13-16. O Deus santo convida dia após dia aos seus filhos a viverem em santidade, em pureza e em consagração.

3.5) Apresentação do terceiro argumento;

(53)

Em terceiro lugar devemos viver em santidade porque Deus já preparou uma morada eterna para os santos.

3.6) Desenvolvimento do terceiro argumento Realizada pelo dissertativo em fusão com argumentativo);

(54)

A santificação final aponta para um lugar onde a santificação é total. Um lugar onde o pecado não entra. A carta aos Hebreus diz que sem a santificação ninguém verá ao Senhor (Hebreus 12.14). Aqui está a forte ideia de que a santificação é fundamental para se viver eternamente com o Senhor. Quando João teve a visão do céu, ele contemplou um povo santo, vestido de vestiduras brancas (alvas), lavadas no sangue do Cordeiro Jesus. Esta era a razão de se estar na glória com o Senhor - a vida santa (Apocalipse 7.13-15).

4. Incitação à prática (realizada pelo injuntivo);

(55)

Vamos utilizar os meios de santificação para agradar ao Deus santo, viver de modo digno do Evangelho e assim alcançar o maior prêmio – a vida eterna em santidade com o Senhor. Os meios de santificação são pelo menos 04: o sangue de Cristo (Hb 10.10-14 e 1 João 1.7); a Palavra de Deus (João 17.17 e 1 Pe 1.22); a direção providencial do Deus soberano (Salmo 119.71 e Hebreus 12.10) e os sacramentos - Batismo e Santa Ceia (Romanos 6.3, 1 Coríntios 12.13 e Tito 3.5). Não esqueçamos de que esta busca por uma vida de santidade deve ser algo contínuo. E como disse Mesquita Pimentel: “Para subir à montanha da santidade, precisamos começar por descer ao vale da humildade”.

Uma peculiaridade que observamos nos sermões que analisamos é uma recorrência de uma estrutura com três argumentos. Ao conversarmos com alguns autores de sermões, fomos informados que esta é uma marca do sermão presbiteriano, com expressões do tipo: “um bom sermão presbiteriano precisa ser de três pontos”. O encadeamento das partes da superestrutura, na ordem em que apareceu no exemplo acima também se mostrou recorrente nos outros exemplos analisados. É importante ressaltar que pelo que nos pareceu, nos exemplares que analisamos não há uma fixidez quanto a quais tipos realizam as partes da superestrutura, podendo ocorrer em qualquer parte o narrativo, quando conta-se um fato, o dissertativo, quando define-se um conceito ou se avalia algo, o descritivo, quando apontam-se dados ou estatísticas, o injuntivo quando incita-se a uma ação. Com exceção do injuntivo, esses mesmos tipos podem

desempenhar, por meio de intercâmbio, ou em fusão, funções argumentativas *stricto sensu*.

Em relação às características da superfície linguística: Em função da plurivalência tipológica, é bastante difícil exemplificar quais marcas da superfície linguística caracterizam o sermão, a não ser aquelas que regularmente se ligam às propriedades do tipo que está compondo o gênero. Ao que nos parece, não há exclusividades na superfície linguística do sermão, fora daquelas regularidades gerais características dos tipos que o compõem, exceto elementos lexicais que o ligam ao mundo do ritual, tais como *santidade, vida cristã*, e a citação de textos bíblicos com função argumentativa que atuam como componentes identitários da ideologia, da construção de visões de mundo a partir do sagrado, mas estas são marcas que podem ocorrer no sermão, sem que sejam caracterizadoras do gênero. Talvez, o maior parâmetro caracterizador do sermão seja o das condições de produção, ao lado do conteúdo temático e do objetivo/função.

O sermão ocorre também em outras comunidades religiosas, mas na IPB ele tem aspectos particulares como seu momento de inserção no culto, o que representa um encadeamento específico com outros gêneros e sua estrutura composicional, com elementos bem fixados como os três argumentos

3.4.5. Benção apostólica

Também caracterizamos o gênero Benção apostólica, que parece ser um gênero bíblico reproduzido pela IPB.

(56)

Que a graça de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, o amor de Deus Pai, a comunhão e as consolações do Espírito Santo sejam convosco e com todo o povo de Deus espalhado pela face da terra, hoje e sempre. Amém. (Transcrição de gênero oral)

Quanto às **condições de produção**, como já exemplificamos em (5) esse gênero deriva diretamente de um dos gêneros da Bíblia, como uma réplica quanto ao conteúdo, objetivos, estrutura composicional e superfície linguística, mas com condições de produção bem distintas. Enquanto o texto bíblico realiza parte final da superestrutura

das cartas dos apóstolos. O gênero Bênção apostólica é o último elemento do culto, seu acontecimento é uma espécie de encerramento da atividade culto. Seu produtor é sempre o pastor, não sendo permitido a outros membros seu pronunciamento, o que já nos indica que a via de estabelecimento da interação desse gênero é estritamente performática, só tendo validade quando realizado por locutor específico. Assim como outros gêneros do mundo do ritual, carrega atitude de traduzir o sagrado por meio da posição do locutor que se estabelece como aquele que está autorizado a evocar a bênção divina sobre a comunidade. Na situação criada por esse gênero tem-se a configuração do locutor como alguém que, embora autorizado a traduzir o sagrado, se vê sem a possibilidade de determinar que o alocutário seja efetivamente acompanhado pela proteção divina, ou seja, sem a possibilidade de determinar a realização da situação criada, a qual não é efetuada nem pelo locutor, nem pelo alocutário.

O conteúdo temático da Bênção apostólica refere-se sempre a uma evocação da bênção divina sobre a comunidade. O **objetivo/função** é encomendar os fiéis à bênção e proteção divinas, trabalhando a serviço da criação da identidade a partir da noção de pertencimento a Deus via comunidade, o *povo de Deus*.

Em termos de **estrutura composicional**, apresenta pouca complexidade, sendo composto por uma única parte em sua superestrutura, que corresponde justamente à opção que é um subtipo do injuntivo e isso parece estar marcado pelo conector *que*.

Quanto às **características da superfície linguística**, procura-se a validação do dizer, da posição do locutor de traduzir o sagrado, portanto, com o recurso aos lexemas *Pai, Senhor Jesus e Espírito Santo*, os quais produzem o efeito de autoridade do locutor para o alocutário. Esses termos também funcionam ideologicamente estabelecendo a construção da identidade da comunidade como comunidade protegida por Deus, o que é efetivamente apreendido no funcionamento efetivo do gênero. Ainda aparecem características linguísticas provenientes do tipo injuntivo, subtipo opção que são o uso inicial do conector “que” e o uso do presente do subjuntivo.

A seguir, vamos expor nossa análise de cinco construtos que podem provocar opiniões distintas sobre o que são: gêneros ou atividades. Sobre a questão, não especificamente dos gêneros deste trabalho, mas de um modo teórico geral, há um posicionamento de Travaglia (cf comentário em aula e Travaglia et al.-2013) que afirma que há gêneros que possuem uma atividade homônima, ou seja, há atividades e gêneros que possuem o mesmo nome. A partir da definição de gênero proposta por Travaglia e

assumida por nós neste trabalho como uma categoria de texto que realiza uma função social, baseada numa espécie de pré-acordo sobre como agir em determinada situação, procuramos analisar como os casos a seguir podem ou não ser gêneros. Se os considerarmos como gêneros, os momentos que cada construto comporta podem ser vistos como partes de suas superestruturas. A outra maneira de ver os construtos que seguem seria assumi-los como atividades e os momentos como gêneros. Reconhecemos que há um campo a ser explorado para maior clareza do assunto. À priori, temo-los considerado como gêneros.

3.4.6. Batismo

Abaixo um exemplo de batismo na íntegra:

(57)

O ministro (pastor) dirige aos batizando as seguintes instruções:

INSTRUÇÕES

No batismo, Deus lhes dá um símbolo desta santa aliança.

A água do batismo não pode lavar os seus corpos, e muito menos as suas almas. É um símbolo, e, por isso, devem entender claramente a sua significação, que é a lavagem do pecado e nossa união com Ele.

Nosso Senhor Jesus Cristo instituiu este sacramento para ser de nossa parte um meio de professar a sua religião, e da parte do Senhor um meio de assegurar aos crentes as bênçãos do ato divino que justifica o ser humano pelo sangue de Cristo e que regenera e santifica pelo Espírito Santo.

Em seguida o ministro ora, invocando a bênção de Deus para acompanhar o sacramento do batismo que vai ser ministrado

ORAÇÃO

Ó Pai eterno e onipotente, nós te louvamos pela promessa de perdão e santificação que nos fazes pela morte de Jesus Cristo, teu bendito Filho, e te rogamos que confirmes e seles estas graças aos teus servos, que aqui se acham, a fim de receberem o sacramento de iniciação em tua igreja visível – o santo batismo.

E agora que eles se consagram a ti, recebe-os debaixo da tua proteção. Sê o seu Deus e Salvador. Perdoa-lhes os pecados e santifica-os pelo Espírito Santo. Acompanha com tua bênção o sacramento do batismo que lhes vai ser ministrado em teu nome, batizando-os tu mesmo, com o batismo do Espírito. Tudo isto te pedimos pela mediação de Cristo, nosso Senhor. Amém.

Então o ministro batiza com água pura a cada uma das pessoas, chamando a cada uma pelo nome, proferindo o ato de fala batismal:

- Eu o batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Um hino como o exemplificado abaixo, tem ocorrência facultativa nesse momento.

Oração

1 - Confirma, ó Salvador,
A decisão feliz
De quem, por teu amor,
Deixar o mundo quis,
E agora vem se batizar,
Submisso e humilde ao teu mandar.

2 - Aperfeiçoa em paz
E em teu divino amor,
O coração que faz
Tal confissão, Senhor!
E em tudo faze o meu viver
Conforme, sempre, o teu querer!

3 – Ó Protetor fiel,
Amparador dos teus,
Do mundo nos tropel
Conduz os passos meus!
Nas tentações sê Tu, Senhor,
O meu constante Defensor.

4 – Nos sentimentos bons,
Na comunhão veraz,
Revela os ricos dons
Que o teu poder nos traz;
Mostrando ao mundo, assim, Jesus,
Que é bom andar na tua luz. Amém.

Depois o ministro diz aos batizados:

- Agora, meus irmãos, estão admitidos a todos os privilégios da Igreja de Cristo. Corram com paciência a carreira cristã e perseverem firmes na fé, pois nosso Senhor mesmo exorta a cada um dos seus discípulos, dizendo: “Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida.” Amém.

Em seguida conclui com:

ORAÇÃO

Senhor e Salvador nosso, digna-te abençoar e confirmar os admitidos em tua Igreja. Permite que a profissão que acabam de fazer seja fielmente cumprida pelo auxílio do teu Espírito Santo. Dá-lhes grande aumento de graça, de ciência

e de fé para que sirvam de luzes aos incrédulos, e sejam aptos para toda boa obra e cheios do Espírito e da Graça. Faze que de agora em diante eles vivam na esperança da glória dos teus filhos, e trabalhem para o bem das lamas que te não conhecem. Quando eles se sentirem fracos, faz que se tornem fortes no Senhor. Nas aflições da presente vida, sê para eles consolação, refúgio e amparo. Aumenta-lhes, dia a dia, a fé pela leitura, pregação e mediação de tua Palavra. Santifica-os cada vez mais mediante a operação do Espírito Santo no uso dos meios de graça, instituídos por ti. Ensina-os a orar incessantemente em viva fé no sacrifício e intercessão de Jesus Cristo. Sejam eles crentes fortes, cheios do gozo do Espírito Santo e de zelo pelo nome de Cristo, plenificados e, boas obras, para que os incrédulos vejam neles uma demonstração prática das verdades do Cristianismo.

Senhor Jesus, teu sangue os resgatou, e é somente pela tua mediação que eles se chegam ao Pai. Não os abandones jamais. Amém.

Um hino como o exemplificado abaixo, tem ocorrência facultativa nesse momento.

Firmeza na fé

1 - Somente ponho a minha fé
Na graça excelsa de Jesus,
No sacrifício remidor,
No sangue do bom Redentor.

*A minha fé e o meu amor
Estão firmados no Senhor,
Estão firmados no Senhor.*

2 - Se não lhe posso a face ver,
É pela fé que vou viver;
Em cada transe a suportar
Eu hei de nele confiar.

3 - A sua graça é mui real,
Abrigo traz no temporal;
Ao vir cercar-me a tentação,
Me fortalece a sua mão.

4 - Quando a trombeta ressoar,
Irei com ele me encontrar;
E com os salvos cantarei
Louvor eterno ao grande Rei!

Em relação às **condições de produção**, tanto o batismo quanto a Pública profissão de fé, a Ordenação, a Santa Ceia, ocorrem durante o culto público, como parte deste, e este é um dos motivos que nos levam a acreditar que sejam mais caracterizáveis como gênero que como atividade, por já estarem inseridos em uma atividade como uma

ação dentro dela. Na interação do batismo, o locutor processa sua interlocução ora com Deus, ora com o batizando, de forma que tanto uma interlocução quanto a outra são parte do gênero. Ao se dirigir a Deus, o locutor não se desliga de sua posição autorizada e, portanto, mesmo apresentando-se como impossibilitado de determinar por si a eficiência de seu ato, rogando a Deus que o faça, continua nessa posição. A súplica a Deus, tanto quanto a interlocução com o batizando, só têm *status* de legítimas se forem proferidas pelo pastor, sendo nulas se outra pessoa o fizer, o que faz com que, pela maneira que estão conectados os momentos: as instruções, as orações e o ato de fala batismal, sejam partes da Superestrutura do gênero. Esses elementos, além de configurarem o batismo como gênero, o inserem no mundo do ritual, carregando a atitude de traduzir o sagrado por via performática. O **conteúdo temático** refere-se sempre a um conjunto de proferimentos feitos exclusivamente pelo pastor, legitimadores da iniciação de alguém ao pertencimento à comunidade. O **objetivo/função** é o de sacramentar a iniciação ao pertencimento à comunidade. Percebendo a **estrutura composicional**, relacionando partes da superestrutura a composição por tipos, temos que:

A primeira parte é a das instruções, realizada pelo tipo dissertativo.

A segunda parte é a da oração pré-batimal, realizada pelo tipo injuntivo, do subtipo súplica;

A terceira parte é a do ato de fala batismal, realizada pelo tipo narrativo, como uma narração presente, pois trata-se de um discurso do fazer e do acontecer, que tem efeito performativo imediato.

A quarta parte é a da oração pós-batimal, realizada pelo tipo injuntivo, do subtipo súplica;

Os hinos têm ocorrência facultativa e não caracterizam partes da superestrutura.

A relevância maior das **características da superfície linguística** repousa sobre o proferimento do ato de fala batismal, que poderíamos considerar como um núcleo do gênero. Este é um gênero em que se evidencia a identidade a partir da configuração do locutor como principal elemento na realização do gênero, por meio da primeira pessoa do singular na utilização de um verbo performativo (batizo). Temos portanto um gênero definido por um ato de fala. A partir da ação realizada pelo batismo, constrói-se, tanto no interlocutor, quanto na comunidade a identidade de pertencimento legítimo à

comunidade, sendo esse gênero o único meio que a IPB possui de produzir esse efeito identitário.

3.4.7. Pública profissão de fé

Abaixo, um exemplo de rito de pública profissão de fé:

(58)

PROFISSÃO DE FÉ

Em ocasião própria, no decurso do culto público, o ministro recebe por profissão de fé as pessoas que tiverem sido aprovadas pelo Conselho, do modo seguinte:

Dirigindo-se à Congregação, faz semelhante

COMUNICAÇÃO

- Faço-lhes saber, irmãos, que o Conselho desta Igreja examinou e aprovou, para fazerem profissão de fé os senhores...

Aqui diz os nomes das pessoas admitidas, em seguida, o ministro chama os professandos, dirigindo-lhes o seguinte:

- As pessoas mencionadas queiram apresentar-se.

E depois que os professandos se apresentam diante do púlpito, o ministro lhes dirige as seguintes palavras:

ENCAMINHAMENTO

- Nosso Senhor Jesus Cristo ordenou que seus servos fossem um só corpo com Ele, unidos uns aos outros pela confissão da mesma fé e pela esperança nas mesmas promessas.

Ele mesmo disse:

“Todo aquele que me confessar diante dos homens, também o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus; mas aquele que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante de meu Pai, que está nos céus.” (Mt 10:32,33)

O Espírito Santo também ensina:

“Com o coração se crê para a justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação.” (Rm 10:10)

ATO PROFESSIONAL

Visto como, pela graça de Deus, vocês se encontram resolvidos a unir-se aos discípulos de nosso Senhor Jesus Cristo, professando publicamente a sua fé, exorto-os a que respondam com sinceridade às perguntas que passo a fazer-lhes:

PERGUNTA: - Vocês creem em um só Deus que subsiste em três pessoas: o Pai, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; o Filho, que

concebido por obra do Espírito Santo e nasceu da virgem Maria, o qual morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação; e o Espírito Santo, santificador de nossas almas e doador da vida?

RESPOSTA: - Cremos.

- Vocês confessam que foram concebidos em pecado; que, por natureza, são incapazes de cumprir perfeitamente a lei de Deus, inclinados antes a amar e fazer o que essa lei ordena, tendo pecado muitas vezes por pensamentos, palavra e obras?

- Sim, confessamos.

- Vocês confessam firmemente que o sangue de Cristo nos purifica de todo pecado, e que não há outro meio de se alcançar o perdão e o poder santificador senão a graça de nosso Senhor Jesus Cristo e a obra do Espírito Santo, que Jesus dá a todo o que lho pede?

- Sim, confessamos.

- Vocês estão agora, sinceramente, arrependidos do mal que têm feito diante de Deus e resolvidos a fazer uso diligente de todos os meios da graça por Ele ordenados para o bem de Seu povo, e a seguir os preceitos de sua lei, deixando de fazer o que Ele lhes proíbe em sua Palavra, e fazendo toda a sua vontade auxiliados por sua graça?

- Sim, estamos.

- E vocês prometem mais que, como membros desta igreja, se sujeitarão sempre à sua disciplina e às autoridades nela constituídas para o seu ensino e governos, enquanto forem fiéis às Sagradas Escrituras?

- Sim, prometemos.

O ministro então declara:

LEGITIMAÇÃO DO ATO PROFESIONAL

- A profissão de fé e as solenes promessas que acabam de fazer diante de Deus e desta igreja, sendo sinceras, importam em uma aliança entre vocês e Deus, na qual Ele promete ser o único Deus de vocês, e vocês prometem pertencer tão-somente a Ele.

Há dois modelos de Pública Profissão de Fé: Um para pessoas já que foram batizadas quando crianças, as quais em prosseguimento à legitimação, continuam a receber as seguintes palavras ditas pelo ministro:

- Agora, meus irmãos, estão admitidos a todos os privilégios da Igreja de Cristo. Corram com paciência a carreira cristã e perseverem firmes na fé, pois nosso Senhor mesmo exorta a cada um dos seus discípulos, dizendo: “Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida.” Amém.

Pessoas que não foram batizadas na infância, somente poderão ser batizadas após efetuarem a Pública Profissão de Fé e então após o batismo receberão as palavras de legitimação dos dois atos.

Para efeito de análise, consideraremos como amostra do gênero o caso em que os professandos já foram batizados na infância, para que a parte da legitimação fique completa.

Com relação às condições de produção, assim como outros, este gênero também é realizado no culto público, sua forma de realização aproxima-se da conversação, havendo troca de posições entre locutor e alocutário sendo que ora o ministro é locutor, ora alocutário, tendo a mesma situação o professando. Porém, pelo objetivo do gênero, podemos presumir que o professando seja o locutor principal, atuando performativamente por meio das respostas que fornece às perguntas que lhe são feitas pelo ministro, e o ministro, que embora permaneça maior tempo que o professando na posição de locutor, pode ser considerado um locutor secundário. Esses elementos, associados ao conteúdo temático e o objetivo, inserem esse gênero no mundo do ritual, carregando, evidentemente a atitude de traduzir o sagrado, como é característica dos gêneros desse mundo.

Quanto ao **conteúdo temático**, refere-se sempre a um conjunto de promessas confirmadoras da adesão do professando ao sistema de fé da comunidade e de declarações confirmadoras de recepção do professando na comunidade pelo ministro.

O **objetivo/função** é o de declarar publicamente um pacto recíproco de adesão e recepção ao sistema de fé da comunidade.

Com relação à **estrutura composicional**, em termos de Superestrutura e composição por tipos, temos:

Primeira parte: *Comunicação*. Realizada pelo tipo narrativo, da espécie não-história;

Segunda parte: *Encaminhamento*. Realizada pelo tipo dissertativo.

Terceira parte: *Ato professional*. Realizado em forma de perguntas e respostas, pelo tipo narrativo, como uma narração presente, pois trata-se de um discurso do fazer e do acontecer, inserido no tempo, com efeito performático;

Quarta parte: *legitimação o ato professional*. Realizada pelo tipo dissertativo em fusão com injuntivo.

As **características que constituem a superfície linguística**, são os itens lexicais caracterizadores dos objetivos desse gênero, que dizem respeito ao ato performativo do(s) professando(s) de aderir ao sistema de fé, ao responder as perguntas do ministro: *cremos, confessamos e prometemos* e nas declarações de recepção e exortação à

fidelidade feitas pelo ministro: *importam em uma aliança, prometem pertencer, estão admitidos, perseverem firmes na fé*. Todos representados por formas verbais, evidenciando ações que caracterizam o gênero. Ao lado do batismo esse gênero está a serviço da criação de uma identidade de pertencimento à comunidade por meio da adesão ao seu sistema de fé.

3.4.8. Ordenação

Há dois tipos de ordenação na IPB, a de ministros e a de oficiais. O item que as diferencia é apenas o locutor, que no caso da ordenação de ministro é o presbitério, representado por um ministro membro deste, e no caso da ordenação de oficiais, o locutor é o conselho local, representado pelo pastor. Para efeito de amostra trabalharemos apenas com a ordenação de ministro.

(59)

ORDENAÇÃO DE MINISTROS

No dia determinado para a ordenação, reunido o Presbitério, um dos membros previamente nomeado prega um sermão apropriado ao ato. O mesmo, ou outro membro nomeado para presidir, recita do púlpito o resumo das medidas preparatórias tomadas pelo Presbitério para a ordenação do candidato, e em seguida expõe a natureza e importância desta ordenação e procura despertar no auditório os sentimentos próprios da solenidade deste ato, dando as seguintes ou semelhantes:

INSTRUÇÕES

O Senhor Jesus Cristo, sobre cujos ombros está o principado; que é chamado Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz; Ele que é Rei e Cabeça da Igreja, havendo subido ao alto e recebido dons para os homens, dotou a Igreja com oficiais extraordinários e permanentes, para reuni-la e edificá-la.

Os apóstolos, os profetas os que possuíam o dom de línguas, de curar e fazer milagres, foram oficiais extraordinários empregados a princípio por nosso Senhor e Salvador para reunir povo dentre as nações, conduzindo-o à família da fé. Esses oficiais e esses dons miraculosos cessaram há muito tempo.

Presentemente, o Senhor Jesus Cristo é servido conservar em sua Igreja os Ministros da Palavra, ou Presbíteros Docentes, comissionados para pregar o Evangelho, administrar os sacramentos e governar; os Presbíteros Regentes são encarregados de ajudar no governo; e os Diáconos, cujas funções consistem na arrecadação das ofertas dos fiéis para fins piedosos, o socorro aos que, na igreja, estão necessitados, e no cuidado da ordem no culto.

O ofício de Ministro da Palavra é o primeiro na Igreja em dignidade e utilidade. Na Escritura são dados diversos títulos àquele que o exercem, e estes títulos exprimem seus diversos deveres. O Ministro da Palavra é chamado Bispo,

porque tem a superintendência do rebanho de Cristo; Pastor, porque dá alimento espiritual ao rebanho; Ministro, porque lhe cumpre ser grave e prudente, um exemplo para o rebanho, e governar porque é Mensageiro de Deus; Embaixador, porque é enviado a declarar a vontade de Deus aos pecadores, e a rogar-lhes que, por meio de Cristo, se reconciliem com Deus; Evangelista, porque anuncia as boas-novas de salvação aos ignorantes que estão a ponto de perecer; Pregador, porque está constituído para proclamar o Evangelho; Doutor, porque expõe a Palavra, e com sã doutrina admoesta e convence aos contradizentes; e Despenseiro dos mistérios de Deus, porque distribui a múltipla graça de Deus e as ordenações instituídas por Cristo.

Estes títulos não indicam diferentes graus de dignidade no ofício, mas descrevem todos o mesmo Ministro.

Achamo-nos aqui reunidos para ordenar mais um Ministro da Palavra. Deus mesmo é quem chama e faz os verdadeiros ministros da Igreja e lhes concede os necessários dotes para o desempenho de seus deveres.

A ordenação, portanto, não é o que faz o Ministro ou lhe dá a capacidade para o ofício, mas é a admissão autorizada de uma pessoa devidamente chamada para desempenhar um ofício na Igreja de Deus, admissão essa acompanhada de oração e imposição das mãos, segundo o exemplo apostólico.

Acha-se presente para ser ordenado Ministro do Evangelho o Sr. que terá a bondade de se apresentar.

O candidato à ordenação se apresenta então diante do púlpito, e o Ministro que preside lhe faz as seguintes:

PERGUNTAS CONSTITUCIONAIS

1 – Você crê que as Escrituras do Velho e do Novo Testamento são a Palavra de Deus, e a única regra infalível de fé e prática?

- Sim, creio.

2 – Você recebe e adota sinceramente a Confissão de fé e os Catecismos desta Igreja, como fiel exposição do sistema de doutrina, ensinado nas santas Escrituras?

- Sim, recebo.

3 – Você aprova e sustenta o governo e disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil?

- Sim, aprovo e sustento.

4 – Você promete sujeitar-se a seus irmãos, no Senhor?

- Sim, prometo.

5 – Você declara que, segundo o conhecimento que tem no seu coração, procura o Santo Ministério movido pelo amor de Deus, e pelo desejo de promover a sua glória pela pregação do Evangelho de seu Filho?

- Sim, declaro.

6 – Você promete manter zelosa e fielmente as verdades do Evangelho, a pureza e a paz da Igreja, seja qual for a perseguição e oposição que contra você se levante por este motivo?

- Sim, prometo, com o auxílio de Deus.

7 – Você promete que, como cristão e Ministro do Evangelho, será fiel e diligente no exercício de todos os seus deveres pessoais ou relativos, particulares

ou públicos; e se esforçará, pela graça de Deus, para adornar a profissão do Evangelho por meio de sua conversação, e andar com exemplar piedade diante do rebanho sobre o qual Deus o constituiu bispo?

- Sim, prometo, com o auxílio de Deus.

8 – Você aceita e empreende agora a obra do Evangelho, e promete que, com o auxílio de Deus, será fiel no desempenho de todos os deveres inerentes à vocação de Ministro de nosso Senhor Jesus Cristo?

- Sim, aceito, com a graça de Deus.

PERGUNTAS À IGREJA

1 – E vocês, povo desta Igreja de Jesus Cristo, continuam determinados a receber, como seu Pastor, ao Sr., aqui presente, a quem convidaram para este fim?

Espera-se o SIM da Igreja

2 – Prometem receber da sua boca, com humildade e amor, a palavra da verdade, e submeterem-se a ele no devido exercício da disciplina?

Espera-se o SIM da Igreja

3 – Prometem animá-lo em seus trabalhos e ajudá-lo nos esforços que empregar para a instrução e edificação espiritual de toda a Igreja?

Espera-se o sim da Igreja

4 – E, enquanto ele for seu Pastor, obrigam-se a dar-lhe a manutenção que lhe prometeram, e a fornecer-lhe aquilo que vier a ser necessário para a honra da religião e para o seu conforto entre vocês?

Após a resposta da Igreja afirmativa com um SIM, o candidato se ajoelha e o Presbitério impõe as mãos sobre ele. O Ministro que preside o consagra com a seguinte oração:

ORAÇÃO DE ORDENAÇÃO

Senhor Jesus! A ti foi dado todo o poder no céu e na terra! Tu és o eterno Filho do eterno Pai, e de tal modo amaste a tua Igreja que, para redimi-la, te humilhaste até à morte de cruz, e para purificá-la derramaste por ela o teu próprio sangue. Damos-te graças porque foste servido dotar a Igreja de Ministros para instruírem, admoestarem e consolarem o povo, anunciando-lhe este Evangelho glorioso; de te haveres humilhado para exaltar-nos, e de teres derramado o teu próprio sangue para lavar-nos. Olhe para nós em tua misericórdia, tu que és o único Profeta, Sacerdote e Rei do teu rebanho; dato com o teu Espírito Santo a este nosso irmão, a quem consagramos e ordenamos em teu Nome para o Ministério do Evangelho, a fim de que pregue fielmente a tua Palavra para instrução do rebanho, e destruição do erro e do vício. Concede-lhe, Senhor Jesus, a tua graça e dá-lhe sabedoria para confundir os inimigos da verdade, instruir os cegos e ignorantes, e alimentar o rebanho na tua Palavra. Dá-lhe aumento de graça, ilumina-o pelo Espírito Santo, robusteça-o na prática de todas as virtudes e governa e guia seu ministério para glória e louvor de teu santo Nome, adiantamento do teu Reino, fortalecimento da tua Igreja e

desencargo da sua consciência diante de ti. E a ti, ao Pai e ao Espírito Santo seja toda a honra, glória e louvor para sempre. Amém.

Acabada a oração, levanta-se o ordenado e o Ministro que preside primeiro, e depois os outros membros do Presbitério, cada um por sua vez lhe apertará a mão, dizendo as seguintes palavras:

Nós lhe damos a destra de companhia para tomar parte neste ministério.

Então, diz o ministro que preside:

Agora proclamo e declaro regularmente eleito, ordenado e investido como Pastor desta Igreja, o Rev.: tudo segundo a Palavra de Deus e de conformidade com a Constituição e Ordem da Igreja Presbiteriana do Brasil; nesta qualidade, tem direito a todo apoio, animação, honra e obediência no Senhor. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Feita esta proclamação, o novo Ministro toma assento em uma cadeira em frente ao púlpito, e aquele que preside, ou algum outro previamente nomeado para este fim, dirige uma solene parênese⁴ ao Pastor e à Congregação, exortando-os a perseverar no desempenho dos seus deveres recíprocos.

PARÊNESE AO NOVO MINISTRO

Atenda por você, meu querido irmão e conservo em Cristo, e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo o constituiu bispo, para pastorear a igreja de Deus, a qual Ele comprou com o seu próprio sangue. Ame a Cristo e pastoreie o rebanho de Deus, exercendo o pastorado não constrangido, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sórdida ganância, mas de boa vontade; nem como dominador dos que lhe foram confiados, antes tornando-se modelo do rebanho. Torne-se padrão dos fiéis, na palavra, no procedimento, no amor, na fé, na pureza. Aplique-se à leitura, à exortação, ao ensino. Não se faça negligente para com o dom que Háem você. Medite estas coisas, e nelas seja diligente, para que o seu progresso a todos seja manifesto. Tenha cuidado de você mesmo e da doutrina. Persevere nestas coisas. Sofra com paciência, como bom soldado de Jesus Cristo, todas as aflições e perseguições que se lhe fizerem por causa da verdade. E quando se manifestar o Supremo Pastor, então receberá a imarcescível coroa de glória. (At 20:28; I Pe 5:2-4; I Tm 4:12-16; II Tm 2:2)

PARÊNESE À CONGREGAÇÃO

E vocês, cristãos, recebam este seu Pastor, e honrem-no. Lembrem-se de que Deus lhes fala por meio dele. Recebam a palavra que lhes pregar, de conformidade com a Escritura, não como palavra de homem, mas, segundo de fato é, como Palavra de Deus (I Ts2:13). Que aquele que lhes anuncia o bem e prega a salvação, lhes seja agradável (Is 52:7). Obedeçam, pois, ao seu Pastor e submetam-se a ele, porque velará por suas almas, como quem há de dar conta

⁴ O termo parênese designa uma espécie de exortação moral com propriedades injuntivas.

delas a Deus, para que o façam com alegria e não gemendo, porque isso não lhes seria de nenhum proveito (Hb 13:17). Sustentem seus braços para que não desfaleçam. Orem por ele para que seja uma bênção entre vocês, entre os seus filhos e entre aquele que os rodeiam. Amém.

Acabada a parênese à Congregação, o Ministro que presidir encomendará a Congregação e o seu novo Pastor à graça de Deus e à sua santa guarda, fazendo:

ORAÇÃO

Acabada a oração, cantar-se-á o hino 282 de Novo Cântico (como exemplo)

A Grande Comissão

1 - Disse Jesus: “Ide por todo o mundo,
E pregai o eterno dom
Da salvação que, com amor profundo,
Dá o Deus gracioso e bom!”
Tendo na cruz a afirmação do amor,
Proclamai o dom do Redentor!
Oh! Conquistai
Almas perdidas, buscai
O pecador enfermo, quase moribundo!

*Vamos, irmãos, levar
Essa luz ao mundo inteiro!
Vamos, irmãos, contar
Que esse dom é verdadeiro!
Vamos, irmãos, pregar
Mui confiados no Cordeiro
Que na cruz, já fez
A nossa Redenção!*

2 - Todos marchemos nesse grande intento
De pregar a salvação!
Sem recuar, sempre mostrando alento.
Sim, cumpramos a missão
Que o Salvador, Cristo Jesus, nos deu!
Ele está também no posto seu.
Diz-nos o Rei:
“Sempre convosco estarei!”
Vamos, irmãos, bem firmes neste pensamento!

3 - Firmes, levemos a mensagem santa
Do Evangelho de Jesus!
Esta mensagem divinal, que encanta,
Espargindo graça e luz!
Cheia de bênçãos do glorioso Deus,
Que conhece os escolhidos seus,

Cheia de amor,
Vem revelar o favor
Da compaixão de Deus e dá-nos graça tanta.

As **condições de produção**, o evento/atividade em que acontece o gênero ordenação é chamado culto de ordenação, o que caracteriza a homonímia entre gênero e atividade. Durante a atividade o gênero acontece, coincidindo os momentos com as partes da superestrutura do gênero, de forma que temos uma tríplice interlocução entre o ministro presidente, o candidato à ordenação e a Igreja. Segue-se que neste caso, o locutor principal é o ministro presidente, pois é este que realiza o ato nuclear do gênero, que é a oração de ordenação. O **conteúdo temático** refere-se sempre a um ato de fala que autoriza alguém a assumir ofício eclesiástico. O **objetivo/função** é o de conferir autoridade a uma pessoa para assumir ofício eclesiástico.

Quanto à **estrutura composicional**, relacionando superestrutura e composição por tipos temos:

Primeira parte: *Instruções*. Realizada pelo tipo dissertativo

Segunda parte: *Perguntas constitucionais ao ministro e à Igreja*. Quando dirigida ao ministro, é realizada pelo tipo dissertativo, vinculando-se a um discurso do conhecer/saber abstraído do tempo e do espaço, quando dirigida à igreja, vincula-se a um discurso do acontecer/fazer inserido no tempo sendo realizada pelo tipo narrativo presente.

Terceira parte: *Oração de ordenação*. Realizada pelo tipo injuntivo do subtipo súplica.

Quarta parte: *Legitimação*. Realizada por ato de fala do tipo narrativo presente.

Quinta parte: *Parêneses ao ministro e à Igreja*. Realizada pelo tipo injuntivo do subtipo ordem.

O hino não é parte caracterizadora do gênero.

Como **características da superfície linguística** podemos apontar o uso de interrogativas a serviço do caráter performático do dizer do candidato ao respondê-las e também o uso de orações declarativas a serviço do caráter performático do dizer do ministro que preside o ato. Além disso, na parte relativa às parêneses, o uso do imperativo marcando a injunção.

Como unidade identitária este gênero estabelece posições entre os sujeitos da comunidade, e tipifica suas relações. Por meio desse gênero constitui-se um novo ministro, uma nova autoridade na comunidade, o qual tem suas funções bem pré-definidas e estabelecidas em outros gêneros normativos como a Constituição e o Estatuto.

3.4.9. Santa Ceia

A seguir, um exemplo da Santa Ceia

(60)

Ministro se dirige à congregação com as seguintes:

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS:

Queridos irmãos, ouçam as palavras da instituição da Ceia do Senhor, reveladas por nosso Senhor Jesus Cristo a seu apóstolo Paulo, e por este registradas ao undécimo capítulo de sua primeira epístola aos Coríntios.

“Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei: que o Senhor Jesus Cristo, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é meu corpo, que é dado por vós; fazei isso em memória de mim.

Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão, e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha.” (I Co 11.23-26)

Em seguida, passa-se ao

HINO

Cantemos o hino 340 (como exemplo)

SANTA COMUNHÃO

1 - Disposta a mesa, ó Salvador,
Estás presente aqui!
Ministra o vinho, parte o pão,
Tipos, Jesus, de ti.

2 - Juntos, lembramos tua cruz;
Por nós sofreste ali.
Por tua graça divinal,
Vivemos para ti.

3 - Desperta, alma, enleva os teus,
Fazendo-os discernir
Que tu presente, ó Cristo, estás
Teu povo a dirigir.

4 - Na Santa Ceia, ó grande Deus,
Buscamos comunhão
Contigo, nosso Benfeitor,
Com todo vero irmão.

5 - Sabemos que regressarás
Em majestade e luz!
Juiz Supremo, eterno Rei,
Oh! Vem, Senhor Jesus! Amém.

INSTRUÇÕES

Na noite em que foi entregue, nosso Senhor instituiu para o seu povo este sacramento da Santa Ceia.

Aqueles que por suas vidas escandalosas, ou por sua ignorância das verdades fundamentais do Cristianismo, mostram que não pertencem ao povo de Cristo, não têm direito nem parte nesta Mesa. Mesmo que participassem destes elementos, receberiam maldição, e não bênção.

Vocês, porém, que se acham arrependidos de seus pecados, que desejam, com a ajuda de Deus, viver santamente, que creem em Jesus Cristo e são membros do seu corpo, têm direito de participar deste sacramento. Foi para vocês que nosso Senhor Jesus Cristo o instituiu. Ele quer que participemos do pão em sua memória, porque é símbolo do seu corpo, ferido por amor de nós; e do cálice, símbolo de seu sangue vertido para a nossa salvação. Quer testemunhar-nos, por este rito de amor perfeito, que nos amou, para que os nossos temores se desvançam. (Veja-se I Jo 4:18)

Esta Mesa é do Senhor. Como ministro seu, convido a participarem desta Santa Ceia os membros professos desta igreja e os membros presentes, em plena comunhão, de quaisquer outras igrejas evangélicas que confiam somente no sacrifício de nosso Senhor Jesus Cristo.

“Nós, embora muitos, temos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão.” (I Co 10:17)

Acabadas as instruções, o ministro consagra os elementos para o sacramento, por meio de oração e ações de graça, dizendo:

- Como ouvimos, nosso Senhor Jesus Cristo, tendo tomado o pão, deu graças. Imitando o exemplo de nosso Senhor, rendamos graças a Deus.

ORAÇÃO DE CONSAGRAÇÃO

Senhor nosso Deus, nós te louvamos pela vinda de teu Filho a este mudo para nos dar a paz, a adoção de filhos teus e a herança da vida eterna. Graças te

damos pelo favor que nos conferes de nos fazeres participantes do fruto da paixão e morte do Senhor Jesus Cristo. Ele morreu por nós, pecadores, e agora nos convida a que nos sentemos à sua Mesa para comermos o pão e bebermos aquela água viva de que nos fala no seu Evangelho. Aceita o nosso louvor pelo dom da vida eterna. Somos indignos, ó Deus, do teu favor. Indignos somos ainda de sermos feitos filhos e herdeiros da glória eterna, pela morte de Jesus e pela obra do Espírito Santo.

Esclarece o nosso entendimento e aumenta a nossa fé, para que possamos compreender melhor o teu amor que sobrepuja todo entendimento e é motivo dos louvores constantes dos anjos e santos que cercam o teu trono. Atraídos, por esse amor, nós nos consagramos ao teu serviço e à tua glória, e participando, segundo Jesus manda, da Ceia do Senhor, anunciamos a sua morte como preço pelo qual fomos resgatados da perdição eterna. Dá-nos uma fé firme e aquela disposição que mais convém aos que se assentam à Mesa do Senhor, a fim de que possamos cumprir devidamente o preceito que Ele deu na mesma noite em que foi traído.

Fazendo isso em memória de Cristo, seja aumentada a nossa fé, robustecida a nossa esperança e avivado o nosso amor para com o senhor e para com todos os que o amam.

Consagra para o nosso sustento espiritual a parte do pão e do vinho que vai ser usada neste sacramento e seja este culto aceitável a ti, por amor dos merecimentos de nosso Senhor. Ouve-nos, ó Pai, porque te pedimos em nome de teu Filho. Amém.

MINISTRAÇÃO

O ministro, então, partindo para a ministração, tomando o pão, o parte na presença do povo, dizendo:

O Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão e, dando graças, o partiu e deu aos seus discípulos, como eu, ministro em seu nome, distribuo este pão entre vocês, dizendo:

“Tomai e comei. Isto é meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim” (Mt 26:26 e Lc22:19)

Nesta parte, o ministro entrega aos presbíteros o pão para que distribuam à comunidade, enquanto o ministro declama as palavras ditas por Jesus.

Depois de distribuído o pão, o ministro o serve aos presbíteros e em seguida toma também o cálice, dizendo:

Por semelhante modo, nosso Senhor tomou também o cálice, depois de haver ceado; e tendo dado graças, como há pouco fizemos em seu nome, o deu aos seus discípulos, dizendo:

“Este cálice é a nova aliança em meu sangue; fazei isto todas as vezes que o beberdes, em memória de mim”. (I Co 11:25b)

Tendo dito isto, o ministro entrega as bandejas com os cálices aos presbíteros para distribuição.

Aqui, se o ministro achar próprio, exorta aos comungantes, falando-lhes da natureza e da utilidade deste sacramento.

Concluída a distribuição do cálice, o ministro o distribui aos presbíteros para que o tomem.

O ministro então se dirige à comunidade para concluir, convidando-a para uma oração semelhante a:

ORAÇÃO DE GRATIDÃO

Deus, onipotente e Pai misericordioso, nós te damos graças porque em tua infinita misericórdia nos deste o Unigênito Filho, para ser nosso Mediador, sacrifício suficiente por nossos pecados, e nosso sustento espiritual. Louvamos o teu santo nome porque nos dás uma viva fé pela qual somos feitos participantes dos teus benefícios; e também porque, por tua graça, teu Filho Jesus Cristo instituiu e ordenou o sacramento da Ceia para reafirmar a nossa fé e confortar-nos na esperança da glória eterna.

Concede, ó nosso Deus e Salvador, que, pela obra de teu divino Espírito, o sacramento que acabamos de celebrar, em memória de nosso Senhor, concorra para fortalecer a nossa fé no Salvador e a nossa íntima comunhão com Ele. E a Ti, ao Filho, e ao Espírito Santo, seja dada toda honra, glória e poder, agora e para sempre. Amém.

Descrevendo as **condições de produção**, a realização da Santa Ceia acontece como um item do culto público, sendo realizada, normalmente, como último ato deste. Ligam-se à sua realização elementos não linguísticos portadores de sentido, tais como o pão, o vinho e os procedimentos de servir os elementos, o que dificulta ainda mais a tarefa de diferenciar se estamos diante de um gênero ou de uma atividade. Na verdade poder-se-ia falar de um gênero multimodal.

Ao observar-se o exemplo acima, pode-se notar que há um locutor e dois alocutários: enquanto o locutor explica os procedimentos e determina as execuções de cada parte, dirige-se à comunidade. Quando ora consagrando os elementos, dirige-se a Deus.

Novamente, se estabelece via performática para compor a atitude de traduzir o sagrado em razão de um locutor autorizado a realizar o ato representado pelo gênero.

O **conteúdo temático** refere-se sempre ao ato simbólico de consagrar e distribuir entre os comungantes o pão e o vinho representando o corpo e sangue de Cristo. O **objetivo/função** é o de promover a comunhão dos participantes entre si e com Cristo

A parte mais relevante deste gênero para sua caracterização seria a **oração de consagração** dos elementos, pois este é o que de fato legitima a Santa Ceia e poderíamos dizer que seu **objetivo** é o de legitimar o uso dos elementos para o fim simbólico a que se propõem. Em sua **estrutura composicional** teríamos que seria

composto pelo tipo injuntivo do subtipo súplica, com uma superestrutura semelhante à de prece. Consequentemente, a superfície linguística traria as marcas características desse tipo de texto. Então teríamos que o gênero **da Santa Ceia** é realizado nas condições de produção que o caracterizam, que tem como parte mais relevante a oração de consagração dos elementos, e é composto pela leitura do texto bíblico que lhe serve de referência, a instrução, a presença dos elementos (pão e vinho) o locutor autorizado a realizá-lo e o que faz desse gênero um gênero identitário são justamente estas condições de produção que configuram a comunidade como Cristã, na medida em que esta realiza, como parte de seus fazeres, protocolarmente, um ato simbólico instituído por Cristo na Bíblia.

No estudo de gêneros religiosos é preciso lembrar que, com frequência, os mesmos são um pré-acordo de como realizar social e culturalmente por meio da língua e/ou outras linguagens certos atos que simbolizam uma ação de comunhão entre o homem e Deus, entre o homem e o sagrado, fazendo assim que os homens estejam em comunhão entre si de algum modo. Isto é altamente identitário para as pessoas em termos de pertença a algo que tem determinadas características.

3.4.10. Lição de discipulado

Ainda entre os mais identitários, está o gênero Lição de discipulado. Abaixo segue um exemplar na íntegra e sua análise.

(61)

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

Curso de Discipulado

Lição nº 11 **A IGREJA, CORPO DE CRISTO**

Data: ____/____/____

Quando falamos sobre a Igreja, é necessário corrigir alguns conceitos que povoam a mente das pessoas: a) a Igreja de Cristo não é uma organização religiosa; b) a Igreja não é um prédio onde acontecem reuniões de louvor a Deus; c) a Igreja não é uma denominação evangélica, e muito menos uma igreja local. A Igreja de Cristo é o conjunto de todas as pessoas que confessam a Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador e o seguem com fidelidade, de acordo com o ensino das Escrituras. É necessário estarmos ligados a uma igreja local, onde possamos crescer na comunhão cristã, no conhecimento da Bíblia, na adoração e no serviço cristão. Isto não ocorre isoladamente, mas na vida comunitária.

Como filho de Deus, um dos grandes privilégios dos quais você desfruta é o de pertencer à família de Deus (Efésios 2: 19), uma família com muitos irmãos (Colossenses 1 :2). Esta família é a **Igreja de Deus**, formada por todos os

que, de coração, confessam o nome do Senhor Jesus Cristo. Neste estudo veremos como um novo crente pode tomar-se membro de uma **igreja local** - parte da Igreja de Deus que se reúne em determinado lugar e por que o deve fazer.

1. Do que a Igreja é chamada em Colossenses 1.24?

2. Que papel desempenhamos individualmente na Igreja, segundo 1 Coríntios 12.27?

3. Qual a posição de Cristo em relação ao seu Corpo, conforme Colossenses 1.18 (1ª parte)? O que isto significa?

COMO FAZER PARTE DA IGREJA?

4. Após ter pregado um sermão em Jerusalém, como Pedro respondeu à pergunta daqueles que se mostraram tocados pela mensagem (Atos 2.38)?

Que ato se seguiu a esta resposta (v. 41)?

5. Que atitude foi tomada (Atos 8.12) por aqueles que aceitaram a Jesus por intermédio da pregação de Filipe?

6. Leia Atos 8.26-40. Filipe explicou as Escrituras ao eunuco etíope e *anunciou-lhe a Jesus*. Que iniciativa teve o próprio eunuco (v.36)?

Filipe, então, encorajou-o a fazer uma confissão oral de sua fé. Que confissão foi essa (v.37)?

O batismo não salva, nem o ato da confissão de fé. Já estudamos que a salvação nos é dada mediante o arrependimento e a fé em Jesus. Entretanto, a Bíblia nos ensina que devemos confessar publicamente a nossa fé e sermos batizados. Estes atos nos identificam abertamente com a família de Deus, a Igreja. **E DEPOIS?**

7. Que recomendação encontramos em Hebreus 10:25?

8. Dê as quatro atividades dos crentes congregados, mencionadas em Atos 2.42.

Além do batismo, outro ato instituído pelo Senhor Jesus é a Santa Ceia, celebrada pela primeira vez durante a Páscoa, na última noite antes da morte do Senhor. Leia Mateus 26.26-30 e 1 Coríntios 11.23-26 para responder às perguntas 9 e 10.1.

9. Qual o significado do pão e do vinho usados na Ceia do Senhor?

10. Qual o objetivo da celebração da Ceia do Senhor segundo os textos abaixo?
1 Coríntios 11.24, 25 (final)

1 Coríntios 11.26 -

11. O que devemos fazer, segundo 1 Pedro 4.10?

12. Sobre que compromisso nos fala 2 Coríntios 9.7, 8 ? E como ele deve ser exercido?

13. Relacione as três características da Igreja em Tessalônica pelas quais o apóstolo Paulo dava graças a Deus.

Veja em 1 Tessalonicenses 1.3.

- ---
- ---
- ---

14. Qual a missão principal da Igreja, segundo Mateus 28.18-20?

Hoje estudamos sobre a bênção de fazermos parte da Igreja de Cristo, participando de uma igreja local. Você viu qual a missão principal da Igreja, e esta missão deve ser executada por mim e por você, membros do Corpo de Cristo. Este será exatamente o assunto do nosso próximo estudo: como podemos tomar parte na grandiosa tarefa de testemunharmos do nome de Jesus e fazermos discípulos para Ele.

PARA SUA LEITURA DIÁRIA: At 1.6-8; 1 Co 5.18-20; Sl 96.1-3; At 4.5-20; Rm 1.14-17

Quanto às **condições de produção**, o gênero Lição de discipulado insere-se em uma atividade homônima que é o curso de discipulado, o qual se compõe de um

conjunto de treze lições. Esta atividade é uma espécie de aula em que o pastor ou um membro dos mais experientes faz uma espécie de papel docente, ensinando de forma introdutória as crenças fundamentais do sistema da IPB a novos membros, ou pretendentes. Pode ser ministrado a uma ou mais pessoas. O gênero tem, portanto, uma atitude de traduzir o sagrado por uma via didática, com ênfase no conteúdo. Sua realização se dá por meio de perguntas e respostas, porém, diferentemente da Confissão de fé, a Lição de discipulado não traz as respostas prontas, estas devem ser deduzidas do texto bíblico que lhes serve de referência, pelo alocutário, passando sempre pela avaliação do ministrante quanto à correção da resposta. O **conteúdo temático** refere sempre a um conjunto de conhecimentos bíblicos fundadores do sistema de crenças presbiteriano.

O **objetivo/função** é exercitar o conhecimento dos saberes bíblicos fundamentais para a IPB.

Quanto à **estrutura composicional**, temos na Disposição dos elementos que o primeiro elemento é o cabeçalho, que traz o tema, o número da lição e a data. Depois, distribuem-se enumeradas, seções de perguntas com referências e espaço para as respostas, e que a superestrutura compõe-se de:

1ª parte: Apresentação, realiza pelo tipo descritivo:

(62)

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

Curso de Discipulado

Lição nº 11 A IGREJA, CORPO DE CRISTO

Data: ____/____/____

2ª parte: Introdução ao tema, realizada pelo tipo dissertativo:

(63)

Quando falamos sobre a Igreja, é necessário corrigir alguns conceitos que povoam a mente das pessoas: a) a Igreja de Cristo não é uma organização religiosa; b) a Igreja não é um prédio onde acontecem reuniões de louvor a Deus; c) a Igreja não é uma denominação evangélica, e muito menos uma igreja local. A Igreja de Cristo é o conjunto de todas as pessoas que confessam a Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador e o seguem com fidelidade, de acordo com o ensino das Escrituras. É necessário estarmos ligados a uma igreja local, onde possamos crescer na comunhão cristã, no conhecimento da Bíblia, na adoração e no serviço cristão. Isto não ocorre isoladamente, mas na vida comunitária.

Como filho de Deus, um dos grandes privilégios dos quais você desfruta é o de pertencer à família de Deus (Efésios 2: 19), uma família com muitos irmãos (Colossenses 1 :2). Esta família é a **Igreja de Deus**, formada por todos os que, de coração, confessam o nome do Senhor Jesus Cristo. Neste estudo veremos como um novo crente pode tomar-se membro de uma **igreja local** - parte da Igreja de Deus que se reúne em determinado lugar e por que o deve fazer.

3ª parte: Exercícios, realizada pelo tipo injuntivo, no item da indagação e pelo tipo dissertativo no item da resposta. É possível o aparecimento esporádico do dissertativo, como nas perguntas 7 e 9 abaixo, como introdução à pergunta (Cf a seguir trecho sublinhado).

(64)

O batismo não salva, nem o ato da confissão de fé. Já estudamos que a salvação nos é dada mediante o arrependimento ea fé em Jesus. Entretanto, a Bíblia nos ensina que devemos confessar publicamente a nossa fé e sermos batizados. Estes atos nos identificam abertamente com a família de Deus, a Igreja. E DEPOIS?

7. Que recomendação encontramos em Hebreus 10:25?

Além do batismo, outro ato instituído pelo Senhor Jesus é a Santa Ceia, celebrada pela primeira vez durante a Páscoa, na última noite antes da morte do Senhor. Leia Mateus 26.26-30 e 1 Coríntios 11.23-26 para responder às perguntas 9 e 10.1.

9. Qual o significado do pão e do vinho usados na Ceia do Senhor?

4ª parte: Conclusão, possuindo três itens:

a) Recapitulação, realizada pelo tipo descritivo

(65)

Hoje estudamos sobre a bênção de fazermos parte da Igreja de Cristo, participando de uma igreja local. Você viu qual a missão principal da Igreja, e esta missão deve ser executada por mim e por você, membros do Corpo de Cristo.

b) Conexão com a próxima lição, realizada pelo tipo descritivo em conjugação com o tipo preditivo:

(66)

Este será exatamente o assunto do nosso próximo estudo: como podemos tomar parte na grandiosa tarefa de testemunharmos do nome de Jesus e fazermos discípulos para Ele.

c) Recomendação de leitura, realizada pelo tipo descritivo com papel injuntivo.

PARA SUA LEITURA DIÁRIA: At 1.6-8; 1 Co 5.18-20; Sl 96.1-3; At 4.5-20; Rm 1.14-17

As **características da superfície linguística** que atuam caracterizando esse gênero são aquelas que remetem a seu caráter didático, apreendido em termos como *curso, lição, corrigir, estudo, veremos (no sentido de aprender)*, todos ligados a um campo semântico relativo a atividades didáticas, além disso, as injunções para que se infiram conteúdos a partir da leitura de textos bíblicos possibilitam a construção de uma interpretação indutiva dos textos bíblicos lidos, assumindo assim uma atitude interpretativa do discurso bíblico, apreendida por via didática.

3.5. Mundo social

Neste mundo a construção identitária busca associação com a sociedade em geral, de maneira que possa parecer atraente pertencer à comunidade.

3.5.1. Logomarca

A partir do exemplar a seguir, trazemos a análise do gênero Logomarca:

(67)



Quanto às **condições de produção**, o âmbito da IPB a que estamos chamando de mundo social, caracteriza-se, como já dissemos, pela atitude de buscar contato com a exterioridade da comunidade por via comunicativa. Embora compartilhado com outras comunidades e instituições, o gênero tem relevância identitária para a IPB, e está presente não somente nas atividades, mas também nos ambientes em que estas acontecem, tais como templos, salas, em suportes como placas, fachadas, bandeiras e cartazes, além de integrarem a composição de gêneros como convites, anúncios, entre outros. Porém, o *locus* de ocorrência em que aparece sozinho, desvinculado de outros gêneros, são as fachadas dos templos, e é da ocorrência do gênero nesse suporte que fazemos nossa análise, por ter esse gênero essa particularidade.

A logomarca da IPB é um gênero que tem como locutor a instituição e prevê um alocutário genérico que pode ser qualquer pessoa, membro da IPB ou não. Sua enunciação é um ato contínuo que se prolonga ininterruptamente pela sua fixação na fachada, sendo reproduzido cada vez que uma pessoa o observa. Embora não seja um gênero do mundo administrativo, a relação que constrói é institucional. Ao buscarmos aferir a que atividade do sistema a que o gênero se liga, verificamos que a relação institucional da qual está a serviço, é a atividade de inserção da IPB na cultura social como instituição, num sistema de atividades que a põem em diálogo com a sociedade civil, a cultura social, e que implementam necessidades comunicativas supridas por gêneros. Impõem-se sobre a IPB, não apenas processos necessários para organizar seus trâmites internos, tais como seus rituais, suas posições hierárquicas, sua ideologia, mas também suas relações com a cultura, e outros entes da sociedade. Ou seja, decorre do fato de que a comunidade reúne-se num lugar e que em frente a esse lugar passam

peessoas e essas podem vir a ser membros da comunidade que a logomarca pode ser uma maneira de apresentar-se a elas.

O **conteúdo temático** da logomarca refere-se sempre a uma sintetização simbólica da identidade da instituição. O **objetivo/função** é estabelecer uma comunicação associativa simbólica sobre conceitos que sintetizem a identidade da comunidade ou algum aspecto relevante dela.

Quanto à **estrutura composicional**, apresentou em sua composição mais de uma linguagem, ao mesclar imagem e língua. Ambos caracterizando o tipo descritivo, numa superestrutura de parte única.

Os elementos estão dispostos numa forma em que a figura está colocada acima das palavras, porém, o deslocamento das margens e disposição das palavras como em camadas alinhadas à direita, embaixo da figura com uma pequena variação no tamanho, sugere que não se deseje uma leitura linear, dos elementos, mas simultânea, como uma espécie de bloco único em que a ordem da leitura não se dê de forma linear, funcionando como uma espécie de estampa.

Quanto às **características da superfície linguística**, a figura presente no gênero é uma referência a um episódio bíblico que narra uma aparição de Deus a Moisés. Moisés fica curioso ao vislumbrar um arbusto que parecia estar em chamas, mas estranhamente a chama não se acabava e o arbusto não se consumia. Ao aproximar-se para conferir o fenômeno de perto, Moisés é surpreendido ao ouvir Deus, do meio das chamas, o designando para uma missão especial.

A figura compositora do gênero é uma referência ao arbusto que era envolvido pelas *chamas divinas*. Quanto às palavras, parecem manter a referência bíblica equiparando a IPB a Moisés, aquele que recebe o chamado para uma missão especial. Esses recursos podem estar a serviço da construção de uma identidade para a IPB em sua inserção na sociedade como uma instituição que nela existe para cumprir uma missão especial que lhe fora outorgada por Deus. Porém, para que se chegue a essa leitura do gênero é imprescindível que se tenha o conhecimento do intertexto bíblico, abrindo ao gênero possibilidades de outras interpretações sobre seu conteúdo, na hipótese de ausência do conhecimento sobre o intertexto bíblico.

3.5.2. Artigo Pastoral

A seguir, expomos um exemplar na íntegra e a análise do gênero Artigo Pastoral

(68)

As Pedras

“Na minha angústia clamei ao SENHOR; e o SENHOR me respondeu, dando-me ampla liberdade.” Sl 118.50 Constantemente culpamos os problemas que passamos para justificar nosso mau humor, nossa preguiça, nossa tristeza. É certo que as pedras no caminho podem atrapalhar nossa caminhada, mas também é certo que, na maioria das vezes, essas mesmas pedras nos fazem mais fortes.

Uma poesia de um autor desconhecido, chamada “A pedra”, diz o seguinte: ‘O distraído nela tropeçou. O bruto a usou como projétil. O empreendedor, usando-a, construiu. O camponês, cansado da lida, dela fez assento. Para meninos, foi brinquedo. Drummond a poetizou. Já Davi matou Golias, e Michelangelo extraiu-lhe a mais bela escultura. E em todos esses casos, a diferença não esteve na pedra, mas no homem!’

Não existe "pedra" no seu caminho que você não possa aproveitá-la para o seu próprio crescimento. O ser humano é extremamente sensível. Por isso, facilmente faz de pequenas pedras grandes muralhas. É preciso entender que, independente das pedras que vamos encontrar em nossa caminhada, podemos viver felizes e alcançar grandes conquistas. Viver é sempre lucro.

O apóstolo Paulo, na epístola de Filipenses, afirma isso. O mesmo Paulo que em 2 Coríntios 11 usa quase todo o capítulo para descrever as dificuldades que já havia enfrentado como naufrágios, prisões, espancamentos, fome, perigo de morte, etc. Paulo entende que os problemas tinham como objetivo distraí-lo de seu alvo que era viver com simplicidade e pureza nos caminhos de Deus. Não importa o tamanho do problema que enfrentamos em nossas vidas; podemos sempre entender a vida como lucro. Podemos sempre viver com gratidão e força, se buscarmos a companhia de Deus em nossa caminhada. Ele nos conforta em toda a nossa tribulação. O caminho de todos é bem parecido. O que vai mudar é como nos comportamos na caminhada. O problema não está no que estamos passando e sim, como estamos passando pelas dificuldades.

Rev. Hebert dos Santos Gonçalves

Começamos a expor as **condições de produção**, destacando que, apesar do nome, não é um gênero exclusivo do pastor. O termo pastoral frequentemente é entendido na IPB como uma espécie de aspecto orientativo que um gênero pode assumir como traço de seu conteúdo. O gênero artigo pastoral tem como *locus* de produção a instância da comunidade local, sendo publicado no boletim informativo, um suporte no qual divide espaço com outras informações, como avisos, convites, listas de aniversariantes, programa de culto, entre outros, que têm como público alvo não somente os membros da comunidade, mas os visitantes também, razão pela qual o

consideramos um gênero mais ligado ao mundo social. O artigo pastoral costuma ser o texto de capa do boletim e sempre tem como produtor um pastor ou UM membro muito experiente da comunidade, tendo como alocutário previsto tanto o leitor membro da comunidade quanto o não-membro. Como um gênero do mundo social, busca contato com exterioridade explorando conteúdos que possam encaixar-se na vida cotidiana de um modo geral. Seu **conteúdo temático** refere-se sempre a uma reflexão e defesa de um ponto de vista sobre algum tema cotidiano, sempre com uma visão cristã e uma forma cristã de encarar os fatos. O **objetivo/função** é o de construir uma identidade de conduta cristã frente a situações cotidianas. Quanto à **estrutura composicional**, nos exemplos analisados pudemos notar que há uma regularidade de ocorrência das seguintes partes:

Primeira: *Abertura*, realizada pelo tipo dissertativo

(69)

As Pedras

“Na minha angústia clamei ao SENHOR; e o SENHOR me respondeu, dando-me ampla liberdade.” (Sl 118.50). Constantemente culpamos os problemas que passamos para justificar nosso mau humor, nossa preguiça, nossa tristeza.

Segunda: *Proposição e argumentos*, realizada pelo tipo dissertativo em fusão com o argumentativo. No exemplo de (68) observa-se a ocorrência de dois argumentos: a proposição e argumento 1 que reproduzimos em (70) e a proposição e argumento 2 que reproduzimos em (71). Em ambos a parte da proposição encontra-se sublinhada e o argumento, em itálico.

(70)

É certo que as pedras no caminho podem atrapalhar nossa caminhada, mas também é certo que, na maioria das vezes, essas mesmas pedras nos fazem mais fortes.

Uma poesia de um autor desconhecido, chamada “A pedra”, diz o seguinte: ‘O distraído nela tropeçou. O bruto a usou como projétil. O empreendedor, usando-a, construiu. O camponês, cansado da lida, dela fez assento. Para meninos, foi brinquedo. Drummond a poetizou. Já Davi matou Golias, e Michelangelo extraiu-lhe a mais bela escultura. E em todos esses casos, a diferença não esteve na pedra, mas no homem!’

Proposição e argumento 2, realizada pelo tipo dissertativo em fusão com o argumentativo.

(71)

Não existe "pedra" no seu caminho que você não possa aproveitá-la para o seu próprio crescimento. O ser humano é extremamente sensível. Por isso, facilmente faz de pequenas pedras grandes muralhas. É preciso entender que, independente das pedras que vamos encontrar em nossa caminhada, podemos viver felizes e alcançar grandes conquistas. Viver é sempre lucro.

O apóstolo Paulo, na epístola de Filipenses, afirma isso. O mesmo Paulo que em 2 Coríntios 11 usa quase todo o capítulo para descrever as dificuldades que já havia enfrentado como naufrágios, prisões, espancamentos, fome, perigo de morte, etc. Paulo entende que os problemas tinham como objetivo distraí-lo de seu alvo que era viver com simplicidade e pureza nos caminhos de Deus. Não importa o tamanho do problema que enfrentamos em nossas vidas; podemos sempre entender a vida como lucro. Podemos sempre viver com gratidão e força, se buscarmos a companhia de Deus em nossa caminhada. Ele nos conforta em toda a nossa tribulação. O caminho de todos é bem parecido. O que vai mudar é como nos comportamos na caminhada. O problema não está no que estamos passando e sim, como estamos passando pelas dificuldades.

A tendência de se compor dessas duas partes, abertura e proposição e argumentos apresentada no exemplo mostrou-se recorrente e sugere que nesse gênero elas sejam partes obrigatórias da superestrutura, podendo variar na quantidade de proposições e argumentos e haver ou não o desfecho ou alguma incitação conclusiva após o desenvolvimento das proposições.

Semelhantemente ao sermão, não encontramos um item da **superfície linguística** que pudéssemos considerar como caracterizador do gênero, a não ser aquelas que marcam propriedades dos tipos que o compõem, como o uso de declarativas e presente do indicativo a serviço do dissertativo para criar pontos de vista e a defesa desse ponto de vista realizada pelo argumentativo, por meio de ilustrações ou exemplificações, comumente narrativas com função argumentativa.

Todos os vinte e sete gêneros que analisamos evidenciaram a plausibilidade de se pensar sua relação com a construção da identidade, especialmente a partir dos cinco parâmetros propostos por Travaglia os quais permitem que se enxergue o gênero numa perspectiva que ao mesmo tempo percebe as generalidades e as particularidades presentes em cada gênero. A identidade da IPB que percebemos como resultante do conjunto total de seus gêneros se evidencia nos fatores que expomos em 3.6.

Sabemos que desse grupo de gêneros há alguns que são compartilhados com outras comunidades, inclusive religiosas, como é o caso do Sermão, da Ordenação, do

Batismo, da Oração Dominical, entre outros, o que enseja um estudo comparativo para perceber diferenças de realização desses gêneros em função de suas comunidades discursivas, inclusive a serviço da identidade, porém, não nos foi possível avançar nessa direção, mas o ensejo para pesquisas desta natureza é oportuno.

3.6 –Fatores na emergência e estabelecimento dos gêneros.

A identificação dos fatores a que aludimos exige uma avaliação global, o que só nos foi permitido vislumbrar posteriormente à análise de cada gênero e do conjunto dos mesmos. A hipótese segunda, pode ser confirmada e apontada no quadro 6 e na análise de cada gênero em particular no capítulo 3. Quanto à primeira, passamos a expor nossas considerações sobre os fatores:

Para que se compreenda nossa conclusão pelos fatores que apontamos a seguir, é necessário que se tenha em mente que nossa pesquisa propôs-se uma dupla tarefa: caracterizar tipologicamente os gêneros encontrados e discutir processos identitários que os fazem emergir. Filtra esta segunda tarefa a hipótese de que há fatores identificáveis no sistema de atividades e gêneros da comunidade. A caracterização tipológica que realizamos se deu a partir de cinco parâmetros: condições de produção, conteúdo temático, objetivo e função sociocomunicativa, estrutura composicional e características da superfície linguística. À luz desses parâmetros, passamos a pensar as relações constituintes do sistema que fazem os gêneros emergir. Nossa análise dá conta da existência dos seguintes fatores:

O fator demanda: a demanda refere-se à necessidade da comunidade de estabelecer aquilo que lhe é pertinente, produzida por natureza histórica e social que exige que se proceda daquela ou desta maneira, não havendo outra forma de ação social que ocupe determinado lugar, a não ser o gênero que atende a essa demanda. Ou seja, em razão de requisitos que emanam do *sistema de atividades/gêneros* que nunca são desprovidos de objetivos da comunidade, como a normatização de seus trâmites, a organização institucional como entidade civil, a organização de seus rituais, o recrutamento e treinamento de membros, o contato com o mundo externo, produzem-se os gêneros, cuja eficiência só se dá por atender à demanda do sistema que o provoca. Coloca-se, nessa relação, a identidade. Ao atender essa demanda, os gêneros incorporam, em sua realização, a satisfação de um anseio identitário, um

estabelecimento de um *nós* que se diferencia de um *eles*. Esse fator é impositivo. Em certa medida, não é a comunidade que o escolhe. Já está lá *a priori*, de forma que, para estabelecer-se a comunidade precisa submeter-se e em submetendo-se, produzir os gêneros que produz, de forma que a emergência destes no interior da comunidade não venha a ser aleatória, mas proceda de sua imposição. Desta forma, o fator demanda se configura como primeiro fator do sistema responsável pela existência e eficiência dos gêneros fazendo com que funcionem como meios de produção da identidade.

O segundo é o fator *legitimidade*. Este fator remete ao fato de que o gênero só tem validade se atender a todos os trâmites previstos no sistema, ou seja, precisa ser resultado de uma *demanda*, realizando uma ação sobre a comunidade por meio dele, conferindo-lhe seu valor, sua força ilocucionária no sistema, legitimando sua existência por meio da ação que por ele se realiza, com as condições de produção devidas, com o locutor correto, com o conteúdo pertinente e os demais parâmetros tipológicos. O fator legitimidade pode ser mais facilmente percebido, por exemplo, em gêneros como a constituição cujo locutor só pode ser o Supremo Concílio, ou o batismo, cujo locutor só pode ser o pastor; para que um gênero seja considerado pertencente à comunidade precisa ser de algum modo produzido ou incorporado por ela, por meio de algum processo que o legitime. Posso encontrar um poema de Drummond emoldurado numa parede da sala de um pastor, mas isso não fará dele um gênero da IPB. Para que o seja, é preciso que algum processo legitime sua inclusão no rol de gêneros produzidos pela comunidade. O fator legitimidade pavimenta a tipificação das atividades e gêneros que constroem a identidade da comunidade, pois organiza os sujeitos no seu interior, atribuindo-lhes funções e posições que se evidenciam nos gêneros que produzem, organizando também atividades e conteúdos, o que só é efetivado se esses gêneros forem reconhecidos como legítimos pela comunidade à luz de seu sistema, levando a hipótese de essa organização identitária acontecer sem esse reconhecimento para o campo da impossibilidade. A legitimidade é um fator do sistema imprescindível para a existência e eficiência dos gêneros em suas funções identitárias.

O terceiro é o *fator ideológico*. A ideologia, definida por nós neste trabalho como *construção de visões de mundo a partir de contextos em que surge a necessidade de posicionamento frente à alteridade, para caracterizar-se, e/ou distinguir-se, determinando a constituição do saber, do agir e do pensar*, é uma espécie de janela pela qual de dentro do sistema pode-se olhar para fora, afirmar-se, e diferenciar-se do que

não lhe é concernente. Neste aspecto, faz-se tudo que se faz e deixa-se de fazer tudo o que não se faz pelas convicções que se tem. A IPB mostra-se à sociedade por meio daquilo que faz e diz publicamente, nos gêneros, dando a conhecer, por meio deles sua ideologia. Os gêneros materializam a configuração dos limites do cognoscível, do dizível, do crível e do factível, dentro daquilo que, em termos ideológicos vai determinar a identidade da comunidade, caracterizando-a e distinguindo-a das outras. Embora tenha um olhar para fora, a ideologia é fundamentalmente um recurso de manutenção do sistema. É ela, materializada nos gêneros, o ente identitário que agrega os sujeitos membros em torno de objetivos públicos comuns e cria a noção de pertencimento, de comunidade. O atendimento das demandas do sistema, e a legitimidade contingenciam o processo de estabelecimento da ideologia e esta é a razão de construir todo o sistema, para sua manutenção e propagação via gêneros. Não há gêneros sem ideologia e também a ideologia é imperceptível fora de um gênero, de tal modo que esta integra o sistema emergindo dele e a ele retornando via gêneros. A comunidade enuncia suas visões de mundo a seus membros e aos outros em atividades e gêneros estruturados ideologicamente, ou, no dizer de Bazerman, discursivamente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar responder nossas perguntas de pesquisa, aliando os objetivos à busca da confirmação ou não das hipóteses, após analisar o *corpus* e completar o percurso que havíamos estabelecido, chegamos a uma conclusão positiva tanto para 1) *que há no sistema fatores identificáveis que são responsáveis por garantir a existência e a eficiência dos gêneros, fazendo com que funcionem como meios de construção da identidade da comunidade, nas dimensões que ela possui*, quanto para 2) *que há gêneros específicos, ou com características específicas da comunidade que se configuram dentro do sistema como mais responsáveis pelo estabelecimento de sua identidade*. Vejamos: nosso trabalho verificou a existência de 27 gêneros no interior da comunidade, apreendendo-os em seu funcionamento concreto, mediante parâmetros que permitissem caracterizá-los, revelando a que papel identitário serviam. Ao desenrolar do trabalho, foram-se evidenciando as características da comunidade, e percebemos assim seus âmbitos de emergência dos gêneros (mundos, instâncias e atividades) e as características de cada gênero. Verificamos por nossa própria vivência na sociedade e cultura de nosso país que a IPB possuía gêneros compartilhados com outras

comunidades, o que nos fez arguir-nos da necessidade de passarmos a enxergar a identidade a partir dos gêneros em uma perspectiva bidimensional, a) uma intrínseca, ligada à totalidade de seus gêneros, sejam específicos ou adaptações específicas em gêneros que, mesmo compartilhados com outras comunidades compõem seu sistema ou ainda que não apresentam peculiaridades, mas ocorrem na comunidade; b) outra referente a gêneros que constroem sua visão de mundo, sua ideologia. Este viés nos fez unir os gêneros em dois grupos: os mais identitários, dentre os quais podemos considerar como específicos da comunidade apenas dois: a Carta pastoral e o Moto. Como compartilhados com outras comunidades, mas com adaptações específicas em algum dos cinco parâmetros, dezoito: a Confissão de fé, os Catecismos, a Constituição, o Estatuto, o Código de disciplina, os Princípios de liturgia, a Resolução, o Sermão, a Benção apostólica, o Batismo, a Pública profissão de fé, os Hinos, a Oração Dominical, a Ordenação, a Celebração da Santa Ceia, a Lição de discipulado, a Logomarca, o Artigo Pastoral. Portanto, um total de vinte dos vinte e sete gêneros identificados na comunidade, situaram-se entre os mais identitários. Verificamos ainda que alguns deles definem a sua identidade em termos ideológicos seja fundando-a, como fazem a Confissão de fé, os Catecismos, a Constituição, os Estatutos, o Código de disciplina, os Princípios de liturgia, a Carta pastoral e a Resolução; seja reafirmando-a ou divulgando-a como fazem o Sermão, o Artigo pastoral, a Lição de discipulado, a Logomarca; seja na vivência e comprometimento com esta ideologia como fazem o Batismo, a Ordenação, a Pública profissão de fé, a Santa Ceia, os Hinos, a Oração Dominical. Ficaram situados entre os menos identitários sete gêneros que não se apresentaram como específicos da comunidade nem com características específicas relevantes para a identidade no viés em que a abordamos: o Digesto, a Planilha orçamentária, a Ata, o Casamento, o Convite, o Aviso e o Programa de culto. Em função das hipóteses prescindimos de caracterizar os menos identitários mais detidamente nos dedicando mais aos mais identitários.

Acreditamos ter chegado ao final do presente trabalho com os objetivos alcançados, as perguntas de pesquisa respondidas e as hipóteses verificadas e confirmadas. Reconhecemos a dinamicidade do trabalho científico que sempre nos deixa a necessária sensação de algo mais a fazer e até mesmo repensar e aprimorar o trabalho já feito. De nossa parte fica a expectativa de que também outros pesquisadores se debrucem em estudos sobre as diversas comunidades discursivas, inclusive a IPB,

concebendo-as como um *locus* de emergência dos gêneros, como proposto por Travaglia (2012), que podem ser campos produtivos para diversos estudos.

Na complexa teia que envolve a teorização sobre gêneros, buscamos contribuir com considerações e reflexões que o trabalho nos provocou a realizar, as quais submetemos à comunidade acadêmica para observações, arguições e aprimoramentos, sempre necessários e bem-vindos.

Na difícil tarefa que realizamos, tivemos que encontrar os elementos caracterizadores de cada gênero, criar nomenclaturas para descrever a Comunidade, saber de sua história, desenvolver um processo de relatar o que descobrimos ao identificar e caracterizar os gêneros, o que é sempre uma tarefa complexa, dados os problemas teóricos que podem advir de um termo mal utilizado, o que exige um esforço que certamente aprimora nossa capacidade acadêmica. Pudemos ver matizes diferentes da identidade materializadas nos gêneros, as quais procuramos demonstrar na análise de cada um deles.

Após o encerramento deste percurso, permeia-nos o desejo de continuar a estudar gêneros textuais e sua relação com identidade, em busca de desenvolvimento da construção de um campo de pesquisa nesse viés que adotamos, cujo horizonte, a nosso ver ainda é pouco explorado, parece promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução: HOFFNAGEL, J. C. e VIEIRA, A. R. São Paulo: Cortez, 2004, p.19-46.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATOS, Alderi Souza de. O Presbiterianismo na Escócia. **O Brasil presbiteriano**, 2005, p.4

_____. **Origens Históricas do Presbiterianismo**. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/7062.html>>. Acesso em 21 ago. 2012a.

_____. **Síntese histórica da Igreja Presbiteriana do Brasil**. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/7088.html>>. Acesso em 21 ago. 2012b.

_____. **Os Oficiais da Igreja no Sistema Presbiteriano**. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/7064.html>>. Acesso em 21 ago. 2012c.

_____. **História do Presbiterianismo**. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/7061.html>>. Acesso em 21 ago. 2012d.

_____. **O que é a Igreja Presbiteriana do Brasil?**. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/7087.html>>. 2012e. Acesso em 21 ago. 2012e.

_____. **A Reforma Protestante do Século XVI**. <<http://www.mackenzie.br/6962.html>>. 2012f. Acesso em 21 ago. 2012f.

_____. **Identidade Reformada e Confessionalidade**. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/7042.html>>. 2012g. Acesso em 21 ago. 2012g.

SILVA, Pollyanna Honorata. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia**. 2007. Dissertação (Mestrado), Linguística, UFU – Universidade Federal de Uberlândia, 225 p.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SWALES, J. M. Genre analysis: **English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos et alii. Gêneros orais – Conceituação e caracterização. Apresentado no XIV SILEL – XIV Simpósio Nacional de Letras e Linguística e IV Simpósio Internacional de Letras e Linguística em 20/11/2013. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia / Instituto de Letras e Linguística, nov. /2013. P.

_____. Esferas de ação social e comunidades discursivas: conceitos superpostos, mas distintos. IN BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários**. São Paulo: EDUC, 2012. p. 75-90.

_____. Sobre a possível existência de subtipos. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. Organizador: Dermeval da Hora. João Pessoa, 2009. p. 2632-2641. ISSN 978-85-7539-446-5.

_____. A caracterização de categorias de textos: tipos, gêneros e espécies. **Alfa: Revista de Linguística**. , v.51, p.39 - 79, 2007a.

_____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros In: 4o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (IV SIGET), 2007b, Tubarão - SC. **Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2007b. v.1. p.1297 – 1306.

_____. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos In: **Língua Portuguesa pesquisa e ensino – Vol. II.1 ed.** São Paulo : EDUC / FAPESP, 2007c, v.II, p. 97-117.

_____. Ensino de gramática e identidade: estabelecimento e apagamento In: **Língua Portuguesa - Reflexões lusófonas.1ª ed.** São Paulo : Editora PUC-SP/EDUC, 2006, v.1, p. 261-275.

_____. Categorias de texto como objeto de ensino In: XXI Encontro Nacional da ANPOLL - Domínios do saber: história, instituições, práticas, 2006, São Paulo. **Revista Eletrônica do GT-Linguística de Texto e Análise da Conversação - Fórum de Debates**. , 2006b. p.1 – 12.

_____. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual (2002). **Revista do GELNE**. , v.4, p.32 - 37, 2005.

_____. Gêneros de texto definidos por atos de fala In: **Relações entre pragmática e enunciação**. 1ª ed. Porto Alegre : Sagra Luzzato, 2002, v. único, p. 129-153

_____. Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos. **Estudos Linguísticos**. v. XXX, p.1 - 6, 2001.

_____. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português**. 1991. 330 p. + 124 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas, SP: IEL / UNICAMP, 1991

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, J. L., **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução: Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003. 353 p.

FIORIN, José Luiz. Tipologia dos textos In: LOPES, Harry Vieira et al. **Língua Portuguesa - currículo e a compreensão da realidade**. São Paulo: Secretaria do Estado de Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1991. p. 33-42.

HALLYDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1979.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A Coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____ e TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____ e FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. In: LETRAS & LETRAS, vol.3, n.1. Uberlândia: Editora da UFU, 1987, p. 3-10.

_____. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984. p. 36 a 48(Os tempos verbais no discurso – Textos do mundo narrado e comentado de Weinrich).

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.

ORLANDI, Eni P. (2001). **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ.: Editora Vozes.

_____. (2002). **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo, SP.: Cortez Editora.

_____. (1996). **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes.

VAN DIJK, Teun A. **La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario**. Buenos Aires/ Barcelona: Paidós. 1983.

BIBLIOGRAFIA DE *CORPUS*.

A Confissão de Fé, O Catecismo Maior, O Breve Catecismo. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Versão Revista e Atualizada. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

Curso de Discipulado. 7 ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

GONÇALVES, Hebert dos Santos. **As Pedras**. Boletim 472/2013. Campo Mourão: Primeira Igreja Presbiteriana de Campo Mourão, 2013.

Hinário Presbiteriano Novo cântico. 1 ed. Cultura Cristã. São Paulo, 1991.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil In: **Manual Presbiteriano**. São Paulo: Editora cultura Cristã, 1998, 208 p.

_____. Carta Pastoral e Teológica sobre Liturgia na IPB. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010.

_____. Carta Pastoral sobre Controle da Natalidade e Métodos Contraceptivos. São Paulo: O Brasil Presbiteriano, 1986.

_____. Carta Pastoral Sobre Liturgia na IPB. São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2011, 32 p.

_____. Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil In: **Manual Presbiteriano**. São Paulo: Editora cultura Cristã, 1998, 208 p.

_____. Estatutos da Igreja Presbiteriana do Brasil In: **Manual Presbiteriano**. São Paulo: Editora cultura Cristã, 1998, 208 p.

_____. Manual Unificado das Sociedades Internas. 3ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2007.

_____. Modelo de Batismo. In: **Manual Litúrgico**. 2ed.: São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1992, p. 85.

_____. Modelo de Bênção Apostólica. In: **Manual Litúrgico**: Casa Editora Presbiteriana, 2ed. 1992, p. 128.

_____. Modelo de celebração da Santa Ceia. In: **Manual Litúrgico**: Casa Editora Presbiteriana, 2 ed. 1992, p. 27.

_____. Modelo de Ordenação. In: **Manual Litúrgico**: Casa Editora Presbiteriana, 2 ed. 1992, 359 p. 123.

_____. Modelo de Pública Profissão de fé. In: **Manual Litúrgico**: Casa Editora Presbiteriana, 2 ed. 1992, p. 43.

_____. **O Espírito Santo Hoje: Dons de Línguas e Profecia** In Carta Pastoral Endereçada aos Concílios e Ministros da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo, Comissão Permanente de Doutrina, 1995, 22 p.

_____. Princípios de Liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil In: **Manual Presbiteriano**. São Paulo, Editora cultura Cristã, 1998, 208 p.

_____. Pastoral de Ética Política. O Brasil Presbiteriano, São Paulo, 1990.

_____. Pastoral Sobre Reforma Agrária. O Brasil Presbiteriano, São Paulo. 1998.

LIMA, Fábio Bezerra. **Deus Conta com Poucos**. Disponível em <http://www.ipsobradinho.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:sermao-do-dia-1511&catid=25:estudos&Itemid=37>. Acesso em 05 ago. 2012.

MACEDO, Jair Francisco. **O Deus que Faz a Diferença**. Disponível em <http://www.comunidadepedraviva.com.br/capa_serie.php?serie=9>. Acesso em 05 ago. 2012

MACIEL, Leonardo Maia, **Com Amor se Ganha, com Trabalho se Paga**. Disponível em: <http://www.segundaigreja.org.br/pastorais_view.asp?id=216>. Acesso em 16 set. 2012.

MENDES, Carlos. **Quem é o Deus a Quem Servimos?** Disponível em http://prcarlosmendes.blogspot.com.br/p/sermoes_23.html. Acesso em 05 ago. 2012.

SATLER, Anderson. Vivendo em Santidade In: **Boletim Dominical da Primeira Igreja Presbiteriana de Manhauçu, Nº 722 – Ano XIII**. Manhauçu, 2012.

SIVA, Veronilton Paz da. **João: Um Evangelista Objetivo**. Disponível em <http://cristaoreformado-cristaoreformado.blogspot.com.br/2011/02/este-e-o-meu-sermao-de-prova-realizado_03.html, 2008>. Acesso em 05 ago. 2012.